



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Departamento de Psicologia Clínica e Cultura

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

Dissertação de Mestrado

**Do Encaminhamento ao Acompanhamento para o CREAS da Diversidade: Narrativas  
de Adolescentes Transgêneros a Partir da Abordagem Narrativa de Michael White**

Amanda Carvalho Valadares

Brasília-DF, agosto de 2023



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Departamento de Psicologia Clínica e Cultura Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Clínica e Cultura

**Do Encaminhamento ao Acompanhamento para o CREAS da Diversidade: Narrativas de Adolescentes Transgêneros a Partir da Abordagem Narrativa de Michael White**

Amanda Carvalho Valadares

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica e Cultura

**Orientadora:** Professora Dra. Isabela Machado da Silva

Brasília-DF, agosto de 2023

**Do Encaminhamento ao Acompanhamento para o CREAS da Diversidade: Narrativas  
de Adolescentes Transgêneros a Partir da Abordagem Narrativa de Michael White**

Amanda Carvalho Valadares

**Banca examinadora**

Profa Dra. Isabela Machado da Silva (Presidente) PsiCC/PCL/IP/UnB

Profa Dra. Silvia Renata Magalhães Lordello Borba Santos PsiCC/PCL/IP/UnB

Profa Dra. Marilene Grandesso (Membro Externo)

## **Agradecimentos**

Um projeto de aproximadamente 02 anos, como é o mestrado, contou sem dúvida com a participação de muitas pessoas queridas envolvidas para que eu conseguisse caminhar com mais tranquilidade e leveza. Todos aqui envolvidos contribuíram de certa forma para que eu realizasse mais uma etapa da vida acadêmica.

Primeiramente, agradeço a Deus, fonte suprema do universo, por me ajudar para que tudo desse certo e se organizasse ao meu favor.

Agradeço a minha família por ser meu porto seguro. Meu marido, sem dúvida, teve uma grande participação, desde o incentivo para iniciar esse grande projeto quanto em minha caminhada. Foram muitos momentos de compreensão e apoio diante da minha ausência em alguns eventos. O meu muito obrigada aos meus filhos e amores Samuel e Giovana pela compreensão por nem sempre eu estar presente fisicamente.

Agradeço demais aos meus pais, Cristina e Darley. O estudo para vocês sempre foi prioridade, mesmo diante de tantas dificuldades. Obrigada por todo apoio (de sempre) sei que vocês ficam sempre na torcida por mim. Agradeço às minhas irmãs Thais e Luana por vibrarem comigo em meus passos acadêmicos e mostrarem empatia nessa reta final. Amo vocês. Agradeço à família de meu marido, por também ser uma Rede de Apoio, em especial para meus filhos quando da minha ausência ou cansaço.

Aos amigos que torceram por mim, agradeço cada almoço, lanches ao longo da tarde, caminhadas e apoio recebidos. Obrigada Carina, Diana, Juliana, Alexandre, Elaine, Árina entre outros tão importantes nessa caminhada. Agradeço também aos colegas que fiz na UnB e que deixaram minha caminhada mais leve: Leide, Marcelo e Heitor meu muito obrigada.

Agradeço a minha querida orientadora, a professora Dra. Isabela Machado pelos seus ensinamentos, paciência e empatia. Confesso que sua orientação fez positivamente toda a diferença em minha trajetória.

Aos membros da banca de dissertação pela parceria e pela disponibilidade de lerem esse trabalho e contribuírem para seu enriquecimento: Prof. Dr. Maurício Neubern, Profa. Dra. Silvia Lordello e Profa. Dra. Marilene Grandesso.

Agradeço aos adolescentes e familiares que toparam participar dessa caminhada. Sem dúvida me tornei muito mais empática com a temática da diversidade sexual. Obrigada por compartilharem trechos da história de vida de vocês.

À Secretaria de Desenvolvimento Social, pela autorização de afastamento para estudos por um ano, o que permitiu que eu me dedicasse mais à pesquisa.

## Resumo

Este trabalho teve por objetivo compreender os significados atribuídos às histórias de vida de adolescentes trans, ao longo de uma intervenção no CREAS da diversidade, a partir da abordagem narrativa de Michael White. Trata-se de uma pesquisa-intervenção com delineamento de estudo de caso coletivo. Conduziu-se uma intervenção psicossocial, baseada nas contribuições da terapia narrativa de Michael White, junto com dois adolescentes transgêneros: um menino e uma menina trans de 14 e 17 anos respectivamente, que residiam na casa dos familiares durante a realização da pesquisa. Os dados foram analisados de acordo com a perspectiva holística de conteúdo. Sugerem-se três momentos de significados ou de compreensão das situações violadoras de direito a partir da vinculação do adolescente com a pesquisadora: o momento 01 caracterizou-se pelo acolhimento e primeiros atendimentos; o momento 02, pela vinculação com a pesquisadora e início das narrativas sobre as situações violadoras de direito e o momento 03; pela resignificação do conceito de violação de direito e elaboração de estratégias para enfrentamento de situações violadoras. Propõe-se que, para a compreensão das situações de violação de direito, considerem-se não apenas as narrativas das Políticas Públicas, mas também as narrativas dos adolescentes sobre suas vivências. Destaca-se, ainda, a necessidade de considerar a história familiar e social para melhor compreensão sobre os significados atribuídos pelos adolescentes às suas histórias. Entende-se que esta pesquisa possa contribuir tanto à compreensão acerca de como os adolescentes transgêneros atribuem significados às suas experiências como ao desenvolvimento de intervenções destinadas a esse público.

*Palavras-chave:* Pessoas transgênero, adolescente, análise narrativa, terapia narrativa, serviços para pessoas transgênero, políticas de assistência social.

### **Abstract**

The aim of this study was to understand the meanings attributed to the life stories of trans adolescents during an intervention at CREAS da diversidade, based on Michael White's narrative approach. This is a research-intervention with a collective case study design. A psychosocial intervention was carried out, based on the contributions of Michael White's narrative therapy, with two transgender adolescents: a trans boy and a trans girl, aged 14 and 17 respectively, who were living with their family members during the time of the research.

The data was analyzed according to the holistic content perspective. We suggest three moments of meaning or understanding of situations that violate rights based on the adolescent's relationship with the researcher: moment 01 was characterized by the welcome and the first consultations; moment 02, by the relationship with the researcher and the beginning of the narratives about situations that violate rights and moment 03; by the reframing of the concept of violation of rights and the development of strategies to deal with situations that violate rights. It is proposed that in order to understand situations of violation of rights, not only the narratives of public policies should be considered, but also the narratives of adolescents about their experiences. It also highlights the need to consider family and social history in order to better understand the meanings attributed by adolescents to their stories. We believe that this research can contribute both to understanding how transgender adolescents attribute meanings to their experiences and to the development of interventions aimed at this public.

*Keywords:* Transgender people, adolescents, narrative analysis, narrative therapy, services for transgender people, social welfare policies.



## Sumário

Lista de Siglas .....	10
Introdução .....	12
Objetivos .....	17
<b>Capítulo 1: Referencial Teórico</b> .....	<b>18</b>
1.1. O Desenvolvimento da Teoria Familiar e suas Principais Influências .....	18
1.2. Abordagem Narrativa de Michael White .....	24
1.3. Recursos Terapêuticos para Abordar as Narrativas de Vida .....	30
1.4. Narrativas Sobre Medidas Protetivas e CREAS da Diversidade .....	34
1.5. Narrativas Sobre Famílias e Adolescência .....	36
1.6. Adolescentes Transgêneros .....	39
<b>Capítulo 2: Método</b> .....	<b>42</b>
2.1. Delineamento da Pesquisa .....	42
2.2. Contexto de Realização da Pesquisa .....	43
2.3. Considerações Éticas .....	44
2.4. Participantes .....	46
2.5. Atendimento Psicossocial .....	47
2.6. Genograma .....	49
2.7. Linha da Vida Familiar .....	49
2.8. Procedimentos Éticos .....	50
2.9. Procedimento de Análise das Histórias de Vida .....	51
2.10. Nível Descritivo Cronológico .....	52
<b>Capítulo 3: Apresentação dos Resultados</b> .....	<b>54</b>
3.1. Análise Descritiva-Cronológica .....	54
3.2. Subsistema 1: João e Sua Família .....	55
3.2.1. Momento 1: Primeiros atendimentos .....	56
3.2.2. Momento 2: Vinculação com a Pesquisadora e Narrativas Sobre Violações de Direitos .....	70
3.2.3. Momento 3: Violação de Direitos e Ressignificação das Violações .....	83
3.2.4. Síntese dos Resultados .....	96
3.3. Subsistema 2: Júlia e Sua Família .....	101
3.3.1. Momento 1: Primeiros atendimentos .....	96
3.3.2. Momento 2: Vinculação com a Pesquisadora e Narrativas Sobre Violações de Direitos .....	109
3.3.3. Momento 3: Violação de Direitos e Ressignificação das Violações .....	120
3.3.4. Síntese dos Resultados .....	135
<b>Capítulo 4: Discussão Geral</b> .....	<b>138</b>
4.1. As Expectativas Com Relação ao Acompanhamento pelo CREAS da Diversidade .....	138
4.2. As Narrativas Sobre Situações Violadoras de Direito e Estratégias Utilizadas .....	141

4.3. Metáforas Utilizadas .....	145
Considerações Finais .....	148
Referências Bibliográficas .....	151
Anexos .....	157

### **Lista de Siglas**

CREAS - Centro Especializado em Assistência Social

LGBTQI+: lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexo, entre outros que se identificam com a diversidade sexual

CAPS: Centro de Atenção Psicossocial

CAPSi: Centro de Atenção Psicossocial Infantil

CNS: Conselho Nacional de Saúde

CAEP: Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos

CRAS: Centro de Referência em Assistência Social

DF: Distrito Federal

UnB: Universidade de Brasília

ECA: Estatuto da Criança e Adolescente

MPDFT: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

OMS: Organização Mundial de Saúde

PNAS: Política Nacional de Assistência Social

RA: Região Administrativa

## **Do Encaminhamento ao Acompanhamento para o CREAS da Diversidade: Narrativas de Adolescentes Transgêneros a partir da Abordagem Narrativa de Michael White**

A presente pesquisa buscou compreender a percepção de adolescentes transgêneros sobre seu acompanhamento no CREAS da Diversidade, a partir do encaminhamento da Rede de Garantia de Direitos e das colaborações da Terapia Narrativa de Michael White. Minha implicação com a temática se deu a partir da experiência clínico-institucional com adolescentes transgêneros nas áreas da saúde mental e da assistência social, com ênfase em um serviço conhecido como Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) da Diversidade, há aproximadamente cinco anos.

O CREAS da Diversidade é a unidade especializada da Política de Assistência Social no âmbito Distrito Federal e Regiões Administrativas para os acompanhamentos de indivíduos e famílias em situação de violação de direitos, em razão da diversidade sexual, étnica e racial, atendendo a todas as faixas etárias. O ingresso nesse serviço pode ser realizado a partir da busca espontânea do indivíduo ou família ou por encaminhamento da Rede de Garantias (Brasil, 2009).

O contexto motivador para a pesquisa foi meu olhar para o sofrimento dos adolescentes tanto com relação à incongruência entre sexo e gênero percebido, e, também, pelas questões que envolviam sua expressão identitária e a reverberação disso para o contexto familiar. De modo geral, as narrativas dos adolescentes apresentavam histórico de transfobia intrafamiliar e no contexto social, favorecendo o processo de sofrimento enquanto público da diversidade sexual.

Concomitante com esses aspectos, no ano de 2020<sup>1</sup>, o serviço recebeu 70% a mais de adolescentes trans com relação aos anos de 2019 e 2018. A predominância da modalidade de encaminhamento pela Rede de Garantias, que chegou a 100% dos casos, em detrimento da busca ativa pelo serviço, também foi outro fator de destaque observado em 2020<sup>2</sup> e que motivou o estudo. Apesar da elevação no número de adolescentes trans em situação de violação de direito, não eram eles ou seus familiares que buscavam o atendimento.

Tendo em vista a ausência de busca das famílias para o serviço, elas eram convidadas para o atendimento inicial, mas nem sempre mostravam disponibilidade ou interesse. Nesse sentido, sabendo-se da importância da parceria entre famílias e serviço para o trabalho de superação das violações de direito e fortalecimento de vínculos intrafamiliares (Brasil, 2009), conhecer a percepção das famílias sobre seu encaminhamento e atividades do serviço é de extrema importância.

Ressalto, ainda, que os encaminhamentos apresentavam o ponto de vista da Rede de Garantias, não contemplando, contudo, a percepção dos adolescentes que recebiam essa medida protetiva. A importância de se considerar a percepção do adolescente sobre seu encaminhamento e sobre as situações que representem violação de direito é um dos aspectos trazidos pela literatura (Penso et al., 2012) e pelas normativas legais (Brasil, 1990), apesar de nem sempre aparecerem, na prática, como norteadores nos atendimentos.

Nesse sentido, o trabalho norteia-se pela escuta das narrativas dos adolescentes a partir de interação colaborativa e constante entre pesquisadora / psicóloga do serviço e participante da pesquisa, em que a coleta de dados para a pesquisa se dá em concomitância com a

---

<sup>1</sup> Dado obtido por meio de consulta ao banco de dados do CREAS da Diversidade em 10/10/2022.

<sup>2</sup> Dado obtido por meio de consulta ao banco de dados do CREAS da Diversidade em 12/10/2022.

intervenção, ou seja, a reelaboração de narrativas por parte do sujeito (White & Epston, 1993). Esse fato privilegia tanto a construção de vínculos entre sujeitos, uma vez que favorece relações mais horizontais, que facilitam a fala de quem narra sua história, como a valorização das experiências em detrimento de teorias ou de um conhecimento unitário.

A preocupação sobre a maneira como o sujeito narra trechos de sua história que são norteados por experiências violadoras de direito é outro foco de interesse desta pesquisa. Buscou-se a utilização de recursos visuais que garantissem um espaço seguro, acolhedor e de melhor compreensão entre entrevistados e pesquisadora, tais como o genograma familiar, a linha da vida, desenhos e metáforas. A utilização de metáforas foi um recurso utilizado a partir de estudos trazidos pela literatura e que contribuem para as finalidades apresentadas (Paschoal & Grandesso, 2016).

Para a compreensão das narrativas, utilizou-se análise narrativa segundo a perspectiva holística de conteúdo proposta por Lieblich et al., 1998. Entendendo que este método possa contribuir para o entendimento de processos complexos, como, por exemplo, a história de vida de um indivíduo. As narrativas contam sobre trechos de uma história de vida, sendo úteis no processo de construção de sentido e de significado para um dado contexto ou para a própria vida. A predileção por determinadas narrativas é multideterminada (White & Epston, 1993), devendo ser compreendida a partir de um sistema maior e contextualizado.

Narrar e renarrar trechos de vida pode contribuir para a valorização de si e de sua história, promovendo-se o protagonismo na própria história. A rememoração de fatos relevantes e a externalização de problemas, ajudam as pessoas a identificarem os discursos ou crenças que generalizam e limitam suas narrativas, encorajando-as a construírem narrativas alternativas (White & Epston, 1993).

Em contrapartida, quem escuta falas proferidas por pessoas que vivenciam contextos de vulnerabilidade tem a possibilidade de compreender de que maneira os contextos sociais repercutem na subjetividade. Nesse sentido, pesquisas com este formato podem contribuir para o desenvolvimento e o aprimoramento de Políticas Públicas, uma vez que ampliam o olhar sobre o sujeito e seus contextos protetivos ou violadores de direito.

O processo de construção e compreensão de narrativas a partir da proposta escolhida nesta pesquisa se faz a partir de três dimensões adotadas no pensamento sistêmico – complexidade, instabilidade e intersubjetividade (Vasconcellos, 2013) – segundo as quais a implicação do sujeito e pesquisador é um aspecto fundamental. Como uma das implicações da pesquisadora nesse formato de pesquisa, tem-se a possibilidade de que ela seja uma agente de transformação social e política, a partir da sua implicação e da valorização das narrativas apresentadas pelo sujeito (White & Epston, 1993).

Acredita-se que a narrativa de vida pode ser favorecedora para a resignificação das violações experienciadas, sobretudo para pessoas trans, dentre outros segmentos representados pela sigla LGBTQI+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexo entre outros que se identificam com a diversidade sexual) e que apresentam identidades historicamente estigmatizadas. Para essas pessoas, que, por vezes, se encontram vulneráveis socialmente, não usufruindo dos privilégios de determinadas classes sociais, narrar trechos de sua história de vida pode representar afirmação e implicação enquanto indivíduos em outros espaços sociais.

Por fim, a partir da revisão da literatura que será apresentada a seguir, observou-se que faltam ainda estudos que considerem a narrativa e a perspectiva do próprio adolescente trans em situação de violação de direitos como produtoras de conhecimento. Acrescenta-se a isso, que, de modo geral, os adolescentes são pouco escutados para a construção de políticas públicas que repercutem em suas vivências (Lordello, 2015). Acredita-se também que intervenções

psicossociais mais efetivas perpassam uma maior aproximação entre as Políticas Públicas e seu campo de atuação, ou seja, os indivíduos aos quais as ações são destinadas.

## **Objetivos**

### **Objetivo Geral**

O objetivo geral desta pesquisa é compreender os significados atribuídos às histórias de vida de adolescentes trans, ao longo de uma intervenção no CREAS da diversidade, a partir da abordagem narrativa de Michael White.

### **Objetivos Específicos**

a) Compreender como os adolescentes atribuem significado às situações violadoras de direito, ao longo do seu acompanhamento pelo CREAS da Diversidade;

b) Compreender como se constroem as estratégias de enfrentamento das situações violadoras de direito;

c) Compreender o entrelaçamento das narrativas familiares, sociais e das políticas públicas no processo de construção da identidade do adolescente trans;

d) Compreender o potencial e as limitações do modelo de intervenção psicossocial proposto nesta pesquisa.

## Capítulo 1

### Referencial Teórico

#### 1.1. O Desenvolvimento da Teoria Familiar e suas Principais Influências

Durante a história, pôde-se observar modelos diversos para a tentativa de explicar e/ou compreender os fenômenos observados pelo homem. Um dos destaques é o modelo sistêmico, ou holístico, que tem por objetivo a compreensão de fenômenos considerados complexos, ou seja, fenômenos compostos por diversos sistemas e inter-relações (Vasconcellos, 2013).

Esse novo olhar sobre a ciência e seus fenômenos nasceu a partir da colaboração do conhecimento de diversos campos: a teoria cibernética, a biologia, a teoria geral dos sistemas, dentre outros, apresentando-se como um divisor de águas para o antigo modelo mecanicista (Capra, 1996). A partir da perspectiva sistêmica, passa-se a questionar a análise fragmentada do fenômeno e o estabelecimento de relações lineares de causa e efeito unidirecionais como modo único e universal de compreensão.

Conforme Vasconcellos (2013), o pensamento sistêmico, ou novo paradigmático, pode ser compreendido a partir de três princípios: a complexidade, a instabilidade e a intersubjetividade. O princípio da complexidade se opõe ao da simplicidade e se baseia na valorização do contexto em que o fenômeno acontece para a sua compreensão. Assim, fala-se nas inter-relações de múltiplos sistemas e subsistemas. Dessa forma, os fenômenos deixam de ser compreendidos a partir de relações de causa e efeito e passam a ser compreendidos a partir de lógicas de causalidade recursiva. As diversas e multidirecionais interações dos sistemas e subsistemas são incalculáveis e de difícil previsão, dando origem ao princípio da instabilidade, ou seja, da imprevisibilidade. Da estabilidade para instabilidade tem-se a concepção de que “o mundo está em processo de tornar-se” (Vasconcellos, 2013, p. 101) e daí a imprevisibilidade de alguns fenômenos.

A intersubjetividade, por sua vez é o reconhecimento do observador como fazendo parte do sistema em que opera, não sendo possível isolá-lo e isentá-lo. O conjunto desses três pressupostos são considerados como o novo pensamento sistêmico paradigmático e influenciou as terapias consideradas como colaborativas.

O que denominamos hoje de Teoria – ou Terapia – Familiar Sistêmica teve início a partir do questionamento das orientações clínicas predominantes na Década de 1950, que eram basicamente individuais e privilegiavam os processos intrapsíquicos (Nichols & Schwartz, 2007). Diversas abordagens, ou escolas, foram então desenvolvidas com o propósito de oferecer uma nova forma de compreender as pessoas, suas famílias e especialmente suas relações, bem como de oferecer alternativas de tratamento para seus sofrimentos e dificuldades. De acordo com esse novo olhar, o ser-humano passa a ser percebido como um ser inserido em sistemas e subsistemas, sendo o primeiro e principal deles a família (Figueiredo, 2013).

Esse movimento foi fortemente influenciado pela Teoria Geral dos Sistemas e pela Teoria Cibernética. Enquanto a Teoria Geral dos Sistemas de Bertalanffy colocava que em um sistema, o todo é maior que a soma das partes, a cibernética de Nobert Wiener consistia inicialmente em uma “teoria da comunicação e do controle”, que concebia tanto máquinas quanto seres vivos como um conjunto de elementos em interação (Vasconcellos, 2009, p.150).

Do início a cibernética centrava-se no controle e na ordem, enfocando, desse modo, os processos de correção dos desvios do sistema. Esse momento da cibernética é o que se denomina de cibernética de Primeira Ordem (Vasconcellos, 2013).

As primeiras escolas no campo da Teoria Familiar Sistêmica mostraram-se influenciadas, portanto, pela chamada Cibernética de Primeira Ordem e englobavam, dentre outras, a Escola Estrutural e a Escola Estratégica, que apresentam, como seus grandes representantes, Minuchin, Cloé Madanés e Jay Haley.

Na abordagem estrutural de Minuchin, a família era compreendida a partir de suas estruturas, ou seja, padrões relacionais como hierarquia, poder, fronteiras e subsistemas (Minuchin et al., 2011). Assim, enquanto a família era compreendida como sendo um sistema unido pelos laços sanguíneos ou de vinculação, os seus subsistemas eram formados por indivíduos, díades, grupos, dentre outros como, por exemplo, o subsistema do casal e o parental. A fronteira, por sua vez, representava o limite entre esses subsistemas com objetivo de regulação do contato (Minuchin et al., 2011).

A partir dessa abordagem, o conceito de família funcional era inicialmente definido pela existência de hierarquia e de fronteiras bem delimitadas entre os subsistemas, em oposição a subsistemas emaranhados ou isolados. A funcionalidade familiar fazia-se em termos de papéis e funções esperadas pelos subsistemas e fronteiras, sendo essas questões priorizadas no processo terapêutico.

A abordagem estratégica, por sua vez, atentava-se principalmente à identificação dos problemas e às tentativas empregadas pelas famílias para solucioná-los. Os atendimentos iniciais eram voltados para a identificação das sequências comportamentais que contribuía para a manutenção do problema.

Embora essas escolas tenham se desenvolvido com o passar do tempo e ampliado sua forma de compreender e trabalhar com as famílias, nesse primeiro momento, elas tinham, como aspectos comuns, uma abordagem pragmática e baseada em uma lógica causal linear para a compreensão do sistema familiar que, por sua vez, era visto a partir de sua disfuncionalidade.

Nesse sentido, os processos de correção e desvios do sistema eram privilegiados em detrimento de outros aspectos do sistema, até então, não contemplados (Nichols & Schwartz, 2007). Outro aspecto importante é o terapeuta como um observador do sistema, isento ao próprio sistema (Vasconcellos, 2013).

Essas primeiras escolas já contemplavam parcialmente o princípio da complexidade de Vasconcellos (2013), mas ainda não abraçavam os princípios da instabilidade e da intersubjetividade. O controle de variáveis e o terapeuta como protagonista da intervenção terapêutica ainda permaneciam nessas escolas iniciais, embora já se considerasse o sistema como complexo.

Com o tempo, esses modelos iniciais de terapia foram sendo questionados. O modo de compreensão dos fenômenos sem uma perspectiva de gênero e interface sociocultural foram um dos principais pontos apontados pelos críticos. Com um olhar atento para questões de gênero, a crítica feminista também questionava a própria teoria dos sistemas que reforçava a disfuncionalidade familiar (Nichols & Schwartz, 2007). Desconsiderar outras dimensões que perpassam a vida familiar, como, por exemplo, histórica, a cultural e a econômica, representa uma forma simplista – portanto, pouco complexa, de compreender o fenômeno.

O crescente reconhecimento da necessidade de técnicas especializadas para problemas e populações específicas foi um outro aspecto favorecedor para a erosão da ortodoxia inicial da terapia familiar sistêmica (Nichols & Schwartz, 2007). Assim, temáticas específicas, como, por exemplo, a violência no contexto familiar, o uso ou abuso de substâncias, dentre outras, não podiam ser compreendidas apenas a partir da sequência de padrões comportamentais do sistema familiar, de modo que a inclusão de outros fenômenos que perpassam a família se fazia necessária.

Outro aspecto questionado foi a objetividade do terapeuta. Nesse sentido, desenvolveu-se a Cibernética de Segunda Ordem, que incluiu o "observador" ao sistema, representando, assim, um salto qualitativo em relação ao momento anterior. Conforme Esteves de Vasconcellos (2013), a substituição da cibernética simples pela cibernética da cibernética contextualiza a primeira e permite que ela seja vista com um olhar novo e que considere a complexidade e intersubjetividade. A inclusão do observador no processo foi incorporada no paradigma da pós-modernidade, em que o pressuposto do construtivismo e da co-construção passam a emergir (Guimarães & Costa, 2003).

O Construcionismo Social surge como uma nova possibilidade teórica de compreensão sobre as narrativas e os fenômenos individuais e familiares. Essa abordagem questiona o conhecimento como algo dado apoiando-se, para isso, em seu processo de construção a partir de intercâmbios sociais (Guimarães & Costa, 2003). Infere-se assim, que todos nós somos ou nos tornamos protagonistas do conhecimento e que o caráter local e contextual legitima as múltiplas narrativas.

A ótica pós-moderna difere-se do pensamento moderno uma vez que a primeira concebe que o conhecimento é construído socialmente pela linguagem nas relações interpessoais experienciadas. Já a postura moderna acredita que a linguagem é apenas o "veículo" que transmite o conhecimento que foi produzido sob uma ótica de verdade, que se traduz, que existe uma verdade absoluta que é distinta do sujeito (Lion, 2017).

Grandesso (2008) considera as teorias pós-modernas como sendo lentes provisórias para compreensão dos dilemas humanos. Dentre as abordagens teóricas pós-modernas, destaca-se a narrativa, desenvolvida a partir das contribuições de White & Epston (1993) como uma dessas possibilidades de compreensão de fenômenos complexos e favorecedores de mudança terapêutica.

Com relação às escolas da Teoria Familiar, o Grupo de Milão, liderado por Pallazolli, foi um dos que deu origem às práticas construtivistas e construcionistas sociais (Guimarães & Costa, 2003). Nesse sentido, esse grupo passou adotar uma abordagem menos centrada em questões comportamentais. O enfoque em como a família compreende os fenômenos, ou seja, o significado atribuído pela família aos sintomas e às suas relações, torna-se o ponto central. Observa-se, portanto, uma transição entre um modelo que separava observador e observado, terapeuta e família, a partir de uma diferença hierárquica entre eles.

No Grupo de Milão o terapeuta passa a integrar o sistema (família-terapeuta) pelo qual ele também é co-construtor de novas possibilidades, deixando de lado a postura predominantemente intervencionista. Segundo essa posição político-ideológica, estabelece-se uma relação mais horizontal entre terapeuta, indivíduo e/ou família, na qual o papel daquele é atuar no favorecimento de diálogos entre os membros do sistema terapêutico

Os pressupostos pós-modernos também se mostram fortemente presentes na Escola Narrativa e na Escola Colaborativo Dialógica. Lion (2017) destaca a construção social da linguagem, da identidade, do conhecimento e das relações interpessoais como sendo transversais às práticas narrativas e colaborativo-dialógicas. Embora distintas, essas práticas assemelham-se em premissas centrais, em especial no diálogo existente entre os interlocutores, compromisso com relações acolhedoras, mais empáticas e colaborativas. Acrescenta-se, ainda, que “as terapias baseadas na ideia pós-moderna não estão voltadas para a busca de um conhecimento universal que possa servir, por exemplo, para diagnosticar uma família” (Paschoal & Grandesso, 2014, pg 02).

## **1.2. Abordagem Narrativa de Michael White**

As narrativas de vida fazem parte da experiência humana. Vivemos imersos em relatos em que implicamos outras pessoas em nossas histórias e somos implicadas por elas (Ramos, 2001). A partir de suas características, tais como comunicação, atribuição de sentido e significado às experiências humanas, as narrativas vêm sendo amplamente utilizadas nas práticas sociais, acadêmicas e psicoterápicas (White & Epston, 1993).

De modo geral, as práticas narrativas pós-modernas consideram que as pessoas compreendem suas vidas por meio de histórias e que essas servem para atribuir sentido e significado a suas vivências. Compreender como pessoas e famílias dão sentido a essas histórias construídas, a partir de um determinado contexto, é um dos focos dessa abordagem. Para isso, tem-se como um dos princípios adotados que a história de vida é maior e mais rica do que as narrativas, que se aproxima da metáfora de Bateson “o mapa não é o território” (White & Epston, 1993, p. 20).

Nesse sentido, as narrativas são compreendidas a partir da elaboração linguística utilizada pelo interlocutor onde a base teórica representa um caminho para se acessar esse processo de construção. Para isso, levam-se em consideração os aspectos históricos, sociais, econômicos, dentre outros, que colaboram para a construção de sentido atribuído às experiências.

A terapia narrativa de Michael White é uma das variações das abordagens narrativas. Nessa abordagem, enfatiza-se a ampliação de significados e possibilidades de ação a partir da construção de novas histórias de vida que incluam outros contextos ou narrativas que não foram considerados ou historiados. Dessa forma, “o terapeuta narrativo contribui para abrir histórias empacotadas, enriquecer histórias estreitas e ralas, buscando significado não só nas lacunas e contradições” (Grandesso, 2008, p. 04). A desconstrução das histórias dominantes, saturadas de problemas, é uma das propostas para a mudança, concebendo-se, ainda, que, para cada

história narrada, existem muitas outras que estão silenciadas ou ainda não-contadas. As histórias ainda não contadas são consideradas por White (2007) como histórias alternativas.

Para o desenvolvimento da abordagem narrativa, Michael White contou com a influência de autores diversos: Bateson, Michel Foucault, Vygotsky, Jacques Derrida, dentre outros, que colaboraram tanto para os fundamentos conceituais como para o desenvolvimento das práticas narrativas (Grandesso, 2008). Assim, a partir de um olhar crítico sobre narrativas ou fenômenos considerados opressores, “das lentes para compreender famílias, pessoas e relações, presentes nos diferentes modelos de terapia, Michael White envolveu-se na teoria feminista, teoria literária, antropologia cultural e teoria crítica” (Grandesso, 2008, p. 04).

Em virtude da centralidade colocada sobre o relato ou narrativa proveniente das ideias de Bateson, White parte do princípio de que as narrativas de vida não são escolhidas ao acaso, mas a partir da organização e sentido atribuídos pelas pessoas a suas experiências (Grandesso, 2008). A partir do paralelo entre mapa e narrativa, o autor coloca que a organização dessas experiências se dá por meio de mapas de mundo pessoal (White, 2007) e a partir de múltiplos fatores (White & Epston 1993), em que a narrativa é uma parte do mapa, mas não o mapa completo. Em contrapartida à ideia anterior, "acontecimentos que não se encaixam nos mapas já construídos pelas pessoas acabam não tendo existência para ela" (Grandesso, 2008, p. 6).

A partir dessa ideia percebe-se o conhecimento não como algo objetivo, mas como algo a ser encontrado ou metaforicamente falando, navegado no mapa. Já do ponto de vista da terapia, os problemas não surgem do indivíduo e sim de suas interpretações e significados atribuídos aos fatos. “Assim, para Michael, os significados que são atribuídos aos acontecimentos da vida, construídos continuamente ao longo da existência decorrem dos mapas de mundo que a própria pessoa elabora” (Grandesso, 2008, p. 03).

Tendo em vista os fatos como questões contextuais, parte-se para outro pressuposto da teoria em que os problemas apresentados pelas pessoas advêm do significado atribuído e não de algo consolidado por alguma teoria. Concentrando sua atenção em como as pessoas organizam sua vida em torno desses significados, a Terapia Narrativa propõe a técnica conhecida como externalização do problema, segundo a qual o problema é o problema e a pessoa é a pessoa (White & Epston, 1993). Essa técnica visa ao favorecimento do relato da experiência de vida, ao mesmo tempo em que desculpabiliza o sujeito pela existência do problema (White, 2007).

Isso, sem dúvida, representa um marco para as psicoterapias familiares, uma vez que o sujeito e/ou a família deixam de ser o problema e/ou considerados como disfuncionais. A prática da externalização colabora também para a narrativa de temas difíceis de serem falados e para a identificação e a ressignificação de conhecimentos tidos como unitários e os discursos de verdade que pouco colaboram para as experiências singulares (Grandesso, 2008).

Além da externalização, outras técnicas conversacionais colaboram para a ampliação da história narrada, ou seja, a ressignificação das crenças e valores considerados inicialmente, como por exemplo, as conversações de reautoria. A reautoria parte do pressuposto de que uma história é apenas parte de uma experiência. Ao se incorporarem no discurso, outras narrativas, ou seja, acontecimentos extraordinários, é possível a incorporação de novos elementos ainda não historiados, e, portanto, a ressignificação da narrativa inicial (White, 1990).

Nesse mesmo sentido, pode-se dizer que as conversas de reautoria abrem possibilidades de reconstrução das narrativas dominantes ao mesmo tempo em que permitem explorar outras vivências (Lordello, 2022). Ao reorganizar trechos de sua história, o usuário ressignifica as vivências. A reautoria, pode então ser útil, para pessoas que apresentam histórias saturadas

pelos problemas como discursos dominantes e que veem poucas possibilidades de ressignificação.

“Assim como Bruner afirma que um texto de mérito literário apresenta uma indeterminação, estando sempre aberto a um espectro de atualizações, uma história sobre a experiência vivida também se apresenta sempre aberta a mudanças e reformulações” (Grandesso, 2008, p. 06).

Toda história narrada, portanto, apresenta lacunas e contradições que devem ser significadas por meio de histórias alternativas.

As abordagens pós-modernas favorecem, ainda, o conceito de agência pessoal, ou seja, auto-regulação. Aplicado no âmbito do SUAS, os próprios usuários dos serviços de assistência social protagonizam sua ressignificação de histórias envoltas por violações de direito, ou seja, o usuário é o especialista no conteúdo enquanto o servidor público é especialista; no processo. Especificamente na adolescência, “muitas vivências podem ser revisitadas, permitindo outras narrativas sobre si mesmo” (Lordello, 2022, p. 24)

A lembrança também é outra técnica utilizada para a ampliação da narrativa. A partir da relembração de pessoas ou fatos que marcaram a experiência de vida de uma pessoa é possível incluir ou excluir elementos desejáveis ou não. Essa técnica teve origem nas ideias da antropóloga Barbara Myerhoff e Michael White introduz o conceito de Lembrança (remembering) ao contexto de terapia, compreendendo-o, a partir da metáfora de "clube da vida" (White & Epston, 1993). Na prática, isso significa que cada indivíduo possui um grupo de membros que compõem esse clube e que, por meio de diferentes ações e falas, moldam o modo da pessoa atuar e viver. É mais do que lembrar, é atribuir funções, identificar papéis que cada pessoa representa ou não para a vida do indivíduo que narra sua história.

Para Grandesso (2008), os membros do clube da vida de uma pessoa “são aquelas cujas vozes são influentes para a forma como a pessoa constrói sua identidade” (Grandesso, 2008, p. 09). Considerando-se o processo do desenvolvimento do adolescente marcado pela construção identitária (Lordello, 2022), as conversações de lembrança podem desempenhar papel importante nessa fase da vida.

Por fim, entendo que a abordagem proposta possa favorecer os relatos de vida de adolescentes transgêneros, que, muitas vezes, não apresentam oportunidade de expressar sua identidade de gênero, tendendo a se sentirem culpados quando o fazem. Uma abordagem sensível às questões individuais e que não considera a família e/ou indivíduo como disfuncionais pode favorecer o vínculo existente entre serviço público e beneficiários.

Ao acessar a história de vida de um adolescente trans, é possível identificar também elementos do contexto sociocultural, que, por vezes, reverberam como discursos de verdade, limitando o modo como os adolescentes se colocam no mundo (White & Epston, 1993). Além disso, as conversações de lembrança ajudam a identificar e a favorecer a construção de uma rede de apoio para o próprio adolescente enquanto as histórias de reautoria podem atuar nas vivências passadas.

White e Epston (1993) ressalta que embora haja uma interdependência dos sistemas individuais, familiares e sociais, as trocas entre eles ocorrem de modo desigual. A constituição do sujeito e de sua narrativa se dá por meio do controle social exercido, por exemplo, por algumas instituições e que tem por objetivo subjugar a identidade do sujeito. A partir de tais aspectos, o terapeuta narrativo passa a ser visto como um ativista sociopolítico que denuncia práticas culturais colonizadoras (White, 2007).

A proposta desenvolvida por White e sua equipe do Dulwich Centre de Adelaide caracteriza-se, ainda, por um enfoque respeitador, não-culpabilizador e que considera as

peessoas como especialistas em suas vidas. O terapeuta, por sua vez, é compreendido como especialista no processo, considerado como uma testemunha externa. Identificar como as histórias foram sendo apresentadas pelo sujeito, favorecer a experiência individual e ampliar novas histórias é uma das especialidades dessa abordagem (White, 2007).

A ênfase dada as testemunhas externas vêm do trabalho de Myerhoff (Grandesso, 2008). Essas testemunhas, no seu entender, criam o contexto para reconhecimento e legitimação das pessoas que narram sua história. Ao tornarem pública suas demandas, a partir da narrativa de vida, as pessoas podem se sentir valorizadas.

“Familiares, amigos, outros profissionais, ex-clientes, enfim, pessoas convidadas e devidamente preparadas para ocuparem o lugar de testemunhas externas oferecem oportunidade para pessoas em terapia tornarem-se visíveis em suas realizações, qualidades pessoais, valores, aspirações e projetos pessoais” (Grandesso, 2008, p. 17).

Sensível também ao processo de mudança de quem narra sua história, White (2007) considera o processo de atuação terapêutico como gradativo, embora não linear. Assim, idas e vindas entre narrativas podem acontecer. Suas explorações terapêuticas são inspiradas nas ideias de aprendizagem e desenvolvimento de Vygotsky e foram transpostas para a ideia de conversação de andaime (White, 2007).

White (2007) reconhece, em seu mapa de conversação de andaime, quatro níveis de investigação. No primeiro nível, há a transposição de eventos gerais para o contexto individual, ou seja, a identificação do problema a partir da ordem particular. No segundo nível, tem-se o reconhecimento do efeito/influência do problema na vida do indivíduo e em suas relações. Os níveis três e quatro referem-se respectivamente à avaliação dos efeitos dos problemas para o indivíduo e à busca por explicações do porquê sobre o modo como o problema se encontra.

No que se refere a esta pesquisa, pode-se dizer então que favorecer narrativas que identifiquem as situações de violação de direito é uma tarefa de nível 1 ou de nível baixo, enquanto identificar os problemas decorrentes das violações consiste em investigação de nível 02. Como atividades de nível 03 e 04, pode-se relacionar a avaliação dos problemas vivenciados pelos adolescentes referentes às situações violadoras e, também, reconhecer estratégias ou possibilidades de mudanças a partir da avaliação realizada.

A partir dos conceitos propostos, compreender e ampliar as narrativas dos adolescentes em situação de violação de direito por serem parte do público trans é um dos objetivos da pesquisa. Para isso, utilizaram-se recursos considerados como favorecedores, ou seja, conhecidos por proporcionarem “conversas de andaime”, tais como genograma familiar, linha da vida familiar, mapa de rede e a produção de metáforas adaptadas à realidade do adolescente.

### **1.3. Recursos Terapêuticos para Abordar as Narrativas de Vida**

A partir do referencial sistêmico, o manejo do contexto terapêutico ou psicossocial e os recursos a serem utilizados podem ser variados. A utilização de instrumentos que flexibilizam o espaço terapêutico para que ele possa ser desenhado em função das necessidades específicas do atendimento aparece sinalizado na literatura sistêmica tanto por teóricos clássicos, como, por exemplo, Bowen (1976, citado por Guimarães & Pessina, 2011), como por teóricos pós-modernos, como, por exemplo White (2007).

Para a abordagem narrativa de White, os recursos utilizados na prática narrativa devem favorecer as experiências individuais em detrimento do conhecimento lógico-científico, além de colaborarem para a desconstrução de discursos dominantes. A ênfase em uma compreensão contextual do mundo, que é visto como um mundo de trocas baseadas nas experiências vividas na dimensão temporal, e o estímulo à adoção de uma postura reflexiva e de interpretação são outras características desejáveis na prática narrativa (White & Epston, 1993).

Nesse sentido, destaca-se o genograma como um dos instrumentos comumente utilizados a partir de uma perspectiva sistêmica. Esse recurso visa à articulação das histórias do indivíduo e dos membros de sua família através das gerações. Identificar a complexidade do contexto de uma família, seus valores, crenças e os significados atribuídos aos fatos da vida é um dos aspectos trabalhados a partir do uso da técnica (McGoldrick et al., 2011). Fontes e/ou recursos de resiliência da família e suas potencialidades também podem ser observados.

McGoldrick et al. (2011) ressaltam, contudo, que o genograma não pode ser utilizado como um livro de receitas, mas a partir de um olhar sensível do terapeuta para questões ou temas que fazem sentido também para quem narra sua história, sendo um bom instrumento de vinculação entre os interlocutores. White (2007) sugere, ainda, um uso mais amplo dessa técnica, ou seja, relacionada com outros contextos macro que privilegiam também as experiências individuais, para além da família de origem. Por fim, as informações devem ser compreendidas a partir de uma avaliação clínica mais abrangente, sendo, portanto, uma técnica interpretativa (McGoldrick et al., 2011).

A linha da vida foi desenvolvida a partir das contribuições de Virgínia Sartir (1983) e é outro recurso que favorece o acesso à narrativa e aos significados dos fatos narrados (Tracz & Gehart-Brooks, 1999). O recurso consiste na disposição, em uma linha horizontal que apresenta uma ordem cronológica, de fatos positivos ou negativos que sejam marcantes para aquele que narra sua história.

Segundo White (1990), como pontos positivos de se trabalhar com a linha da vida, tem-se a rememoração dos fatos, bem como a possibilidade de reautoria, uma vez que sentidos diferentes podem ser atribuídos aos mesmos fatos, a partir de uma nova contextualização. De modo geral, o recurso facilita a organização e elaboração de sentido para quem narra uma

história, facilitando assim, o processo de comunicação entre quem narra sua história e de quem a escuta (Tracz & Gehart-Brooks, 1999)

A utilização de metáforas é outra ferramenta auxiliar nas práticas narrativas, o qual propõe uma terapia de mérito literário (Paschoal & Grandesso, 2016). Dentre as suas vantagens, está ser outro recurso de linguagem para o indivíduo narrar sua história, favorecer relatos de experiências difíceis e ampliar possibilidades existenciais pela construção de novas narrativas (Paschoal & Grandesso, 2016). O uso de metáforas, portanto, torna a comunicação dentre os interlocutores mais leve.

A partir da observação de situações práticas, Paschoal e Grandesso (2016) relatam que “os clientes ampliam seu repertório e conseguem explicar de outra forma o que estão vivenciando, possibilitando a ressignificação e construção de novas e preferidas histórias” (p. 25). Esse ponto torna-se central no relato das histórias de adolescentes que em seu cotidiano já fazem uso de metáforas indicativas do local, grupo social e cultura do qual fazem parte. Para adolescentes trans e vítimas de violação de direitos, o recurso metafórico pode auxiliar na facilitação da narração de trechos de vida, além de representarem “conversas de andaime” para ampliação de narrativas.

Por fim, pode-se dizer que as metáforas estão presentes nas conversações de externalização, de reautoria e de lembrança (Paschoal & Grandesso, 2016). Nas conversações de externalização, as metáforas podem ser utilizadas, em especial, quando da objetificação do problema. Já nas conversas de reautoria, o estímulo de outras conclusões de identidade positivas e a criação de novos significados, são também bem-vindas. Nas conversações de lembrança, ressalta-se o *clube da vida*, que tem por objetivo reinserir pessoas da história de vida do indivíduo no contexto atual (Paschoal & Grandesso, 2016).

O Mapa de Rede Social a partir das colaborações de Lia Sanicola (2008) também pode ser considerado como outro recurso interessante para trabalho com famílias da assistência social. Isso porque ele sinaliza as redes individuais consideradas pela autora a partir da composição das redes primárias e secundárias, possibilitando intervenções. Enquanto a rede primária caracteriza-se pelas pessoas que fazem parte da família, laços de amizade e trabalho, a rede secundária caracteriza-se pelas instituições ou terceiro setor. A apresentação gráfica desses participantes ajuda na visualização da rede e dos laços de vinculação (Sanicola, 2008).

Uma das intervenções propostas se baseia na possibilidade de as pessoas com relacionamentos significativos se encontrarem, para que possam assumir responsabilidades face às necessidades que surgem (Sanicola, 2008). Parte-se, então, da premissa que cada pessoa é responsável pela própria vida, concebendo-a junto a outras pessoas. Essa ideia, portanto, se aproxima da metáfora utilizada por White sobre clube da vida, onde pessoas são selecionadas para compor ou não a rede pessoal a partir da proximidade de vinculação com o indivíduo.

#### **1.4. Narrativas Sobre Medidas Protetivas e CREAS da Diversidade**

As medidas protetivas são dispositivos jurídicos instituídos na perspectiva dos direitos humanos. As medidas são aplicadas em favor da criança e do adolescente em virtude de ameaça ou violação efetiva de seus direitos por parte da sociedade, Estado, família e/ou outros, tendo por objetivo a reparação desses direitos (Brasil, 1990). Para aplicação da medida, entende-se ainda, a escuta ativa e a participação dos adolescentes nesse processo de modo a torná-lo construtivo.

Conforme o artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), uma das medidas de proteção aplicáveis é o encaminhamento dos pais ou responsáveis para serviços de

orientação, apoio e/ou programa comunitário ou oficial de auxílio à família e ao adolescente (Brasil, 1990). Nesse sentido cabe aos equipamentos do Sistema de Garantias de Direitos - tais como conselho tutelar, unidades de saúde, unidades da assistência social - atuar junto às famílias e à criança e/ou ao adolescente vítimas de violação de direitos.

De modo geral, as medidas de proteção podem ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa. Segundo o artigo 100 do ECA, a escolha das medidas deve levar em conta as necessidades pedagógicas, dando preferência àquelas que visam ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Considerando-se as várias unidades que compõem o sistema de garantia de direitos, destaca-se o CREAS da Diversidade como unidade de referência para indivíduos que estão com os vínculos familiares e/ou comunitários fragilizados em decorrência, também, da diversidade sexual. Isso porque o CREAS é um dos poucos equipamentos especializados no Distrito Federal nas questões de violação contra público LGBTQ+ e atuação para fortalecimento de vínculos.

Ainda com relação ao CREAS da Diversidade, embora a tipificação norteie o atendimento aos beneficiários em termos de garantias em relação ao serviço, cabe ao profissional e/ou equipe pensar nas melhores estratégias de fortalecimento de vínculos com base nas especificidades de cada indivíduo e/ou família. Nesse sentido, destaca-se a perspectiva sistêmica, por privilegiar o contexto familiar, social e histórico em que um indivíduo ou família se encontram inseridos. Reconhece-se então a importância de um olhar mais amplo para a compreensão do contexto de aplicação de medidas protetivas.

A partir da perspectiva sistêmica, a identificação de processos protetivos ou de riscos, presentes nos sistemas dos quais as pessoas fazem parte pode ser uma das ferramentas utilizadas para buscar os recursos para a investigação, a pesquisa, a prevenção e a intervenção nos atendimentos psicossociais. Segundo Ladvoat (2011), para avaliação de fatores protetivos

e de risco, devem-se identificar os recursos dentro e fora da casa, na rede de parentesco e na comunidade. A contextualização dessas informações nas diferentes etapas da história de vida, incluindo as gerações passadas, também faz parte da compreensão do estudo de caso e/ou intervenção.

A partir do exposto, destacam-se como fatores protetivos a capacidade de colaboração familiar nas ações do serviço, boa capacidade de elaboração de suas necessidades, capacidade em lidar com situações ou eventos estressores, dentre outros (Ladvocat, 2011). Como fatores de risco, citam-se como exemplos a história de vida familiar, situações de perdas, repetições e segredos familiares. Outras características importantes de serem observadas como fatores de risco envolvem a dependência química, negação do problema, ambiente de alta vulnerabilidade econômica, evasão escolar, dentre outros (Ladvocat, 2011).

Diante do apresentado, percebe-se que, mesmo com a delimitação deste estudo em compreender os significados atribuídos às histórias de vida de adolescente trans ao longo de uma intervenção no CREAS da Diversidade, é possível ampliar esse olhar, a partir da perspectiva sistêmica, ao se considerarem os contextos dos quais o indivíduo faz parte. Compreender o entrelaçamento das narrativas familiares, sociais e das políticas públicas no processo de construção da identidade do adolescente trans e como eles constroem suas estratégias de enfrentamento das situações violadoras de direito, também são outros objetivos e uma das formas de se olhar para o encaminhamento.

### **1.5. Narrativas sobre Famílias e Adolescência**

O marco etário é uma das formas de delimitar a adolescência. Para a realidade brasileira, a faixa etária que compreende dos 12 aos 18 anos é o que caracteriza adolescência (Brasil, 1990). Esse critério etário não é fixo e depende da realidade sociocultural de cada país. Tendo em vista discussões sociais e a necessidade de investimentos prolongados no que se refere à

saúde e bem-estar dessa população, a Organização Mundial de Saúde (OMS) indica a ampliação dessa faixa etária para o período entre 10 e 19 anos. Em conformidade com as justificativas da OMS para compreensão da adolescência, nesta pesquisa, será considerada essa indicação etária.

O olhar sobre a adolescência é novo de modo que foi somente a partir do século XX que essa fase passou a ser reconhecida por suas especificidades (Lordello, 2015). Paralelo ao contexto sociocultural, foi recente a inclusão dessa fase nos estudos referentes à Psicologia do Desenvolvimento. Estudos iniciais concebiam essa fase do ciclo vital a partir de uma visão organicista, universalista e que generalizava suas características (Lordello, 2022). As contribuições teóricas mais recentes enfatizam o desenvolvimento de uma pessoa a partir de uma perspectiva mais integradora, inserindo, portanto a adolescência em um paradigma contextual (Lordello, 2022).

Destaca-se a adolescência como sendo a fase do ciclo de vida individual em que ocorrem as maiores mudanças de ordem biopsicossocial (Penso et al., 2012). A entrada na puberdade, maior socialização com rede de amigos, menor dependência dos pais, preparação para vida adulta e organização de autonomia financeira são algumas dessas mudanças esperadas dos adolescentes (Micucci, 2009) e que reverberam no contexto familiar e social. As características desse momento são complexas, e múltiplas abordagens procuram compreender e responder às necessidades desse período situado entre a infância e a idade adulta.

A construção da identidade é outro ponto central da adolescência. A diferenciação com relação aos pais e pares é uma das características, e sua expressão pode ser chamada de oposição: “Os adolescentes se engajam na defesa de seus pontos de vista, muitas vezes não compreendidos pelos pais, que podem associar essa atitude à desobediência ou à insubordinação” (Mauch et al., 2022, p.24).

Portanto, quando a família vivencia a adolescência de seus filhos, observam-se desafios que exigem reorganização e adaptação não só do adolescente, mas de todo o sistema familiar (Carter & McGoldrick, 2001). A adolescência introduz uma nova fase no ciclo de vida familiar, com uma nova definição de regras, rotinas, crenças familiares dos filhos dentro de casa. A reorganização familiar em torno dessas mudanças é inevitável, podendo ser fonte de desafios para todo o sistema.

Apesar desses desafios, a importância da família durante a adolescência segue sendo fundamental. Segundo Figueiredo (2013) é a família quem situa e legitima o indivíduo no seu espaço social e colabora para seu processo de identidade pessoal. A centralidade da família para a execução das políticas públicas, também é reconhecida pela Constituição Federal, quando se apresenta a afirmação “a família é a base da sociedade” (Art. 226).

Diante do exposto, compete à família ser locus de proteção social juntamente com o Estado e a sociedade em geral, cabendo a eles “assegurar à criança e ao adolescente o exercício de seus direitos fundamentais” (Art. 227). Ao longo dos anos, o conceito do que é uma família tem se transformado, passando a predominar a ideia de que as famílias são diversas e que múltiplas são as formas como podem se apresentar os sistemas familiares (Figueiredo, 2013).

Pode-se dizer ainda que a família é uma realidade em transformação e que as mudanças vivenciadas por ela impactam e são impactadas por sistemas maiores, como, por exemplo, o social, o econômico e o histórico. Os sistemas menores também se inter-relacionam, como, por exemplo, o individual com o familiar e outros. Assim, de acordo com essa concepção sistêmica, a família e seus organismos são considerados interdependentes (Figueiredo, 2013).

Em síntese, diferentemente de anos atrás, quando a adolescência era concebida de modo isolado e estereotipado, ou seja, como uma fase instável e intensa, atualmente, sob uma

perspectiva sistêmica pós-moderna, privilegia-se a compreensão do contexto social e familiar (Mauch et al.,2022).

“Contemporaneamente, teorias desenvolvimentais consideram a adolescência como um processo fluido e criticam o reducionismo com que, por vezes, produz estereótipos ligados a sintomas universais. Neste sentido, fala-se de adolescências plurais, em que cada adolescente deve ser reconhecido como ser único.”(Mauch et al., 2022, p. 24)

Do ponto de vista da Teoria Familiar Sistêmica também houve avanço no modo de se conceber a adolescência. Enquanto na Cibernética de Primeira Ordem, os terapeutas buscavam compreender os problemas no processo de individuação do adolescente como um sintoma de disfunção familiar, a Cibernética de Segunda Ordem promove um novo discurso sobre essa fase do desenvolvimento, desmistificando os rótulos colocados sobre a adolescência (Guimarães & Costa, 2003).

A partir do exposto, este estudo buscará não só pontos em comum entre os adolescentes, mas também diferenças que possam ser destacadas em seus processos de individuação. Esse olhar privilegia a subjetividade e pluralidade, desconstruindo estigmas relacionados à adolescência, em especial à adolescência trans.

## **1.6. Narrativas sobre Adolescentes Transgêneros**

A diversidade sexual engloba um guarda-chuva de diversidades, dentre elas, a orientação sexual e identidade de gênero. Diferentemente da orientação sexual, que está relacionada ao investimento socioafetivo, a identidade de gênero vai além do sexo biológico e traduz-se nas mais diversas formas de autopercepção, sendo representado por como a pessoa se expressa, se identifica (Jesus, 2013). Pessoas que apresentam congruência entre gênero e

sexo biológico são denominadas de cisgêneros e as pessoas que apresentam incongruência são denominadas transgêneras (Jesus, 2012).

Historicamente pessoas transgêneras tiveram sua identidade de gênero como alvo de patologização, de modo que o termo "transexualismo" aparecia na Classificação Internacional de Doenças (CID-10), associando essa nomenclatura à ideia de transtorno de identidade (Coelho, 2018). Em 2018, o termo foi retirado do rol das doenças conhecidas como transtornos mentais pela Organização Mundial de Saúde - OMS. Atualmente, olha-se para a disforia de gênero como o sentimento relacionado a incongruência entre sexo atribuído no momento do nascimento e gênero percebido. A terminologia advém do estranhamento do indivíduo com relação as suas características sexuais referentes ao sexo biológico (Jesus, 2012).

Embora avanços legais tenham ocorrido no sentido de superar a transexualidade como doença mental, pessoas trans ainda sofrem estigmatização de suas identidades. Destaca-se que o Brasil é o país em que mais se mata pessoas trans no mundo, apresentando ainda, altos índices de outras violências cometidas contra essas pessoas (Acontece et al., 2023). Conforme relatório do Grupo Gay da Bahia, além dos homicídios voltados contra pessoas trans, a taxa de suicídio é alta (2022) havendo carência de dados que especifiquem o quantitativo ou percentagem de adolescentes dentro dessa população.

A literatura mostra ainda que as violações contra pessoas trans tendem a se iniciar no âmbito familiar (Acontece et al., 2023). Trata-se de violências psicológicas - como, por exemplo, ofensas contra a identidade de gênero e transfobia - até violências físicas e situações em que os adolescentes são expulsos de casa. Tudo isso contribui para um processo de adoecimento e risco social dessa população. Quando se fala de adolescência trans, todas essas questões tornam-se mais complexas pela própria especificidade desse contexto e, conseqüentemente, do ciclo vital desses jovens e de suas famílias (Bontempo & Mendes, 2020).

A partir dos dados de violência direcionados a população trans, pode-se dizer que ser adolescente trans no Brasil não é uma tarefa fácil. “Em culturas sexistas, como o Brasil, tornar-se pessoa é tornar-se homem ou mulher, em um binarismo que ainda estamos longe de desconstruir” (Zanello, 2018, p. 15). Assim, expostos a vários tipos de violência, os adolescentes precisam elaborar estratégias para minimizar a disforia de gênero percebida ao mesmo tempo em que lidam com as pressões para cumprimento dos padrões heteronormativos (Silva & Oliveira, 2015).

Apesar de ser um grupo heterogêneo, estudos apontam que adolescentes que adequam sua fisionomia e corpos ao gênero identificado o fazem sem ser de forma abrupta (Bomtempo & Mendes, 2020; Silva & Oliveira, 2015). Em busca da adequação aos padrões heteronormativos, uma das mudanças iniciais é a experimentação de papéis de modo “escondido” e/ou a busca de disfarces para adaptarem o visual. O uso de hormônios, muitas vezes, sem acompanhamento médico, também é uma prática comum entre eles (Bomtempo & Mendes, 2020; Amaral & Toneli, 2018).

Muitos desses aprendizados de se tornar “verdadeiramente” homem ou mulher advém da cultura pela qual eles participam e são atravessados (Zanello, 2018). Desse modo, a internet desempenha um importante papel social de transmissão de conhecimentos sobre “como” se produzir (Amaral & Toneli, 2018).

Ressalto, ainda, que foram encontrados poucos estudos nacionais que apresentam o processo de identificação enquanto público trans. Neste sentido, faz-se interessante maior produção de pesquisas que envolvam a percepção de adolescentes trans sobre seu processo. Observa-se, contudo, que apesar da singularidade da vivência de gênero, quando se trata pessoas trans, “existem similaridades cotidianas em função dos processos de transfobia e da cisnormatividade que perpassam suas vivências” (Bomtempo & Mendes, 2020). Pode-se dizer,

portanto que são adolescentes que estão mais expostos a situações de vulnerabilidade pessoal e social em que a rede de apoio e a família desempenham um papel relevante para superação de possíveis violações de direito.

## Capítulo 2

### Método

#### 2.1. Delineamento da Pesquisa

Optou-se por uma abordagem qualitativa diante da complexidade do objeto de estudo proposto: compreender o significado atribuído pelos adolescentes “trans” ao encaminhamento para o CREAS da Diversidade, com foco na sua experiência. A abordagem qualitativa em pesquisa caracteriza-se pela análise dos significados contidos nas narrativas ou o conhecimento construído pelas pessoas (Stake, 2005). Tendo em vista que seu objetivo é compreender como a experiência individual é dada e o sentido atribuído a ela, esse tipo de pesquisa preocupa-se em estudar casos particulares em detrimento de considerar populações extensas (Stake, 2005).

Para compreender qual o sentido do encaminhamento para adolescentes trans para o CREAS da Diversidade, escolhemos realizar um estudo de caso coletivo (Stake, 2005). Segundo esse autor, o estudo de caso aprofunda-se em um fenômeno particular a partir de suas múltiplas dimensões. O estudo de caso coletivo é aquele em que se estuda conjuntamente alguns casos para compreender certo fenômeno, buscando semelhanças e diferenças entre eles.

Nesse sentido, três dimensões epistemológicas estão presentes como eixos norteadores e delineadores da pesquisa. O primeiro é a complexidade, referindo-se a uma atitude de contextualização dos fenômenos e ao reconhecimento da causalidade recursiva. O segundo é a instabilidade, ou seja, a imprevisibilidade de alguns fenômenos. Por fim, o terceiro é a intersubjetividade, segundo o qual o conhecimento parte de uma construção social, em que existe uma implicação subjetiva direta do pesquisador e dos participantes na pesquisa (Vasconcellos, 2013)

Para compreender as questões de pesquisa aqui propostas, privilegiou-se a abordagem narrativa associada à proposta de Michael White e David Epston (White & Epston, 1993).

Segundo essa perspectiva teórica, as narrativas de vida fazem parte do cotidiano das pessoas que a utilizam para dar sentido à vida, aos acontecimentos e aos fatos vivenciados. Além dessa funcionalidade, as narrativas servem também para localizar o indivíduo em um determinado contexto sócio-histórico e cultural, apresentando para ele como uma função de pertencimento social (White & Epston, 1993).

## **2.2. Contexto de Realização da Pesquisa**

O contexto para realização da pesquisa foi escolhido a partir da minha vivência como servidora pública no serviço intitulado como Centro Especializado em Assistência Social, conhecido também como CREAS da Diversidade, que faz parte da Política Nacional de Assistência Social.

Durante minha trajetória profissional, observei a predominância no encaminhamento de adolescentes no serviço por meio de encaminhamento da Rede de Garantia de Direitos em detrimento da busca ativa, sendo a violação intrafamiliar o principal motivo para ingresso. Paralelos às violações de direitos relatadas pela Rede de Garantias de Direito, tinham-se sentimentos diversos dos familiares - culpa, vergonha, raiva - em contrapartida com o silenciamento dos adolescentes “trans”. Diante do apresentado, compreender o sentido atribuído ao encaminhamento por parte dos adolescentes faz-se relevante.

Mesmo com o advento da pandemia de COVID-19, os atendimentos psicossociais do CREAS da Diversidade não foram interrompidos, sendo previstos na modalidade presencial para casos considerados excepcionais. Os atendimentos presenciais excepcionais podiam ser individuais ou direcionados ao núcleo familiar. Diante dos atendimentos presenciais, coube ao CREAS a adoção de todos os protocolos de segurança, tais como aferição de temperatura para ingresso no prédio, uso de máscara dentro do espaço público, espaçamento mínimo entre

servidores, beneficiários do serviço e equipe terceirizada, higienização frequente do espaço, limpeza das salas entre os atendimentos e disponibilização de álcool em gel.

Diante do contexto apresentado e considerando-se que as famílias dos adolescentes em acompanhamento não apresentavam espaço físico adequado para a garantia do atendimento remoto individualizado com privacidade e sigilo, todas as etapas da pesquisa, exceto a análise de prontuário, aconteceram com base nos atendimentos presenciais individuais ou familiares (respeitando-se o mesmo núcleo familiar, quando for o caso), no CREAS da Diversidade.

Embora afastada do meu cargo efetivo no serviço público para realização da pesquisa, situo-me enquanto pesquisadora implicada nas vivências de minha trajetória profissional neste CREAS da Diversidade. Desse modo, previ, durante a realização da pesquisa, todos os cuidados éticos com o serviço público no qual a pesquisa foi realizada, os servidores do CREAS da Diversidade, os participantes e familiares e/ou responsáveis.

### **2.3. Considerações Éticas**

Avalio que a pesquisa ofereceu risco mínimo aos participantes, uma vez que todo o acesso às informações aconteceu de modo individualizado, seguro, com sigilo e em ambiente já conhecido e frequentado pelos adolescentes. Como forma de minimizar o desconforto decorrente de narrativas de trechos de vida difíceis de serem falados, utilizou-se o recurso de metáforas, que é amplamente reconhecido na literatura (Paschoal & Grandesso, 2016) e no método narrativo de White (White & Epston, 1993).

Além disso, por se tratar de pesquisa-intervenção, os desconfortos percebidos pelos adolescentes, pesquisador e/ou familiar(es) foram acompanhados por meio de atendimento nas modalidades teleatendimento ou atendimento presencial a depender da escolha do adolescente e mediante avaliação de sigilo. O contato pessoal da pesquisadora foi disponibilizado para atendimento dessas demandas bem como para o agendamento e a remarcação de entrevista.

Para as famílias com situações de graves violações de direito atuais ou em seu histórico familiar, ofereceu-se acompanhamento psicoterápico por meio de psicólogos parceiros da Rede de Garantia de Direitos e do Centro de Estudos e Atendimentos Psicológicos da Universidade de Brasília (CAEP/UnB), contudo não houve interesse por parte dos participantes ou seus familiares. Houve, ainda, estudos de casos frequentes com a Rede de Garantias e com o CREAS da Diversidade quando constatadas situações violadoras de direito. No que diz respeito ao sigilo das informações, estas foram armazenadas em um computador pessoal com senha, em uma pasta protegida.

Em relação aos possíveis benefícios decorrentes da participação nesta pesquisa, consideramos o que indica White (2007) ao afirmar que, ao falar de sua história, possibilita-se ao sujeito mudar sua relação com ela, ressignificando-a. Essa maior compreensão da própria trajetória, por meio da revisitação a acontecimentos que compuseram sua própria existência a partir de um outro olhar, bem como suas possíveis repercussões na conduta dos participantes foi a contribuição desta pesquisa aos dois participantes envolvidos.

A pesquisa seguiu as diretrizes definidas na resolução da Comissão Nacional de Pesquisa, Resolução CNS n. 510, de 2016, na Resolução CNS n. 466, de 2012. Sua aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa da UnB deu-se em 12/10/2022, sob número CAAE: 59631822.8.0000.5540 (Anexo C).

Ressalto que durante os atendimentos psicossociais os adolescentes eram estimulados a falarem sobre como estavam se sentindo, no intuito de propor temáticas que fossem condizentes com sua realidade e com a atuação do CREAS da Diversidade. Além disso, posterior aos atendimentos psicossociais, sempre era perguntado ao adolescente sobre como ele ficou e se a temática trabalhada reverberou em mudanças na dinâmica familiar.

Outro cuidado tomado para que meu papel no serviço público não fosse sobreposto ao papel de pesquisadora foi com relação a continuidade de participação dos adolescentes no CREAS independente de sua participação na pesquisa. Assim, os adolescentes que não tiveram consentimento dos pais para participar da pesquisa ou interromperam sua participação no decorrer dela, não tiveram prejuízos com relação ao seu encaminhamento no CREAS da Diversidade. Os benefícios socioassistenciais não foram condicionados à participação do adolescente na pesquisa assim como qualquer outro tipo de inscrição em programas de transferência de renda.

#### **2.4. Participantes**

Foram convidados para participarem da pesquisa cinco adolescentes transgêneros que faziam parte do meu encaminhamento enquanto psicóloga do serviço, ou seja, que estavam sendo acompanhados por mim durante a realização da pesquisa. Além de serem acompanhados por mim, esses adolescentes cumpriam os critérios estabelecidos: ingresso no serviço por meio de encaminhamento da Rede de Garantia de Direito em virtude de violação por identidade transgênero, acompanhamento no serviço há mais de 01 mês e disponibilidade de narrar trechos de sua vida na modalidade presencial.

Dos cinco adolescentes participantes iniciais da pesquisa, dois deles permaneceram até a fase final do presente estudo. Os demais adolescentes não permaneceram até a fase final da pesquisa devido a impossibilidade de continuidade no atendimento na modalidade presencial, sendo um deles não teve consentimento de sua genitora para participação na pesquisa. A seguir, descrevemos as características principais que compõem cada núcleo familiar<sup>3</sup> pesquisado.

---

<sup>3</sup> Os nomes dos adolescentes e de seus familiares foram alterados a fim de preservar a confidencialidade dos mesmos.

*Família 1:* João tem 17 anos de idade e passou por 02 acolhimentos no CREAS da Diversidade. O primeiro acolhimento aconteceu mediante encaminhamento do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios/ MPDFT, em 07/2019 e foi realizado por outro profissional da psicologia que logo em seguida, foi transferido de unidade. O segundo acolhimento aconteceu mediante encaminhamento de uma Unidade de Acolhimento Institucional do Distrito Federal, em 04/2021, e foi realizado por mim. João é filho único de Maria cuja renda familiar é de 01 salário-mínimo. As principais violações de direito relatadas no encaminhamento foram: transfobia intrafamiliar, abuso sexual intrafamiliar e violência psicológica.

*Família 2:* Júlia é uma adolescente de 14 anos de idade, filha mais nova de Maria cuja composição familiar são 04 filhos. Adolescente foi acolhida no CREAS da Diversidade em 01/2020 a partir do encaminhamento do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal - IGESDF. A família tem como renda familiar 01 salário-mínimo que advém de Benefício de Prestação Continuada de um dos irmãos. As violações de direito constantes no encaminhamento foram: transfobia intra e extrafamiliar, abuso sexual intrafamiliar e violência física intrafamiliar.

## **2.5. Atendimento Psicossocial**

Os atendimentos psicossociais tiveram por objetivos: a vinculação inicial entre pesquisador, adolescentes e familiares; conhecimento e levantamento de informações sobre a família sobre seu ciclo de vida familiar, ou seja sobre as fases de vida da família e sua história; acesso às crenças e aos valores dos adolescentes sobre os acontecimentos que culminaram no seu encaminhamento para o CREAS da Diversidade; e identificação do apoio recebido pela família dos órgãos governamentais e não governamentais para superação da situação de violação de direitos. A ampliação da narrativa de vida para outros elementos até então não

olhados e a ressignificação dessas narrativas, foram um dos objetivos alcançados em função da pesquisa e dos atendimentos psicossociais.

Como roteiro inicial dos atendimentos (Anexo D), foram utilizadas frases disparadoras, tais como: “Conte-me sua história de identificação enquanto mulher ou homem trans”, “Quais foram os momentos que mais marcaram seu processo de construção identitária trans?”, “Quais foram as pessoas que mais te apoiaram neste processo?”, dentre outras perguntas que serviram para conhecer a história de vida dos adolescentes. As frases disparadoras foram validadas previamente por dois especialistas do CREAS que não faziam parte da pesquisa.

Posteriormente a esse momento inicial, utilizou-se perguntas com vistas a compreender como se deram as violações de direitos contra os adolescentes a partir da perspectiva deles. Para isso, foram utilizadas as seguintes perguntas: conte-me sobre outras violações de direito sofridas por você? Como você lidou? Quais equipamentos públicos te acompanham em virtude da violência sofrida?

Foram realizados 12 atendimentos psicossociais a João, sendo o primeiro atendimento na modalidade familiar e os outros, na modalidade individual. Com relação à Júlia foram realizados 10 atendimentos psicossociais, sendo 04 atendimentos na modalidade familiar, em que participaram ela e a sua genitora e 06 atendimentos na modalidade individual.

Nos atendimentos familiares trabalhou-se breve histórico familiar de ambas as famílias e, no caso de Júlia, além do breve histórico, tiveram atendimentos voltados para dirimir os conflitos familiares existentes entre ela e a genitora. Os atendimentos familiares, no caso de Júlia, foram solicitados, em sua totalidade, pela genitora e acordados com a adolescente.

Os atendimentos individuais tiveram por objetivo conhecer a história de vida dos adolescentes trans e a dinâmica familiar envolvida. Para isso, utilizou-se como recurso o e Mapa de Rede, Genograma e a linha da vida familiar e no CREAS da Diversidade, nessa ordem

e sendo um atendimento para cada um desses instrumentos, com exceção do genograma. Destinaram-se para o genograma dois atendimentos consecutivos.

Os atendimentos psicossociais tiveram duração média de 1 hora e meia e eram finalizados a partir da sinalização dos adolescentes com relação ao seu desfecho, ou percepção da pesquisadora de que o tema havia sido encerrado.

## **2.6. Genograma**

O genograma consiste em uma expressão gráfica sobre a estrutura familiar e suas relações. A partir da utilização desse instrumento, foi possível conhecer a estrutura e a dinâmica das famílias dos adolescentes participantes, bem como de suas outras gerações, legados, mitos, padrões de relacionamento e de repetições, conflitos familiares, dentre outros aspectos da vida familiares que tendem a interferir nas vivências dos adolescentes (McGoldrick et al., 2011). Para a construção do genograma, foram utilizadas inicialmente perguntas que envolviam o núcleo familiar primário, tais como nome dos genitores e irmãos, dados que informem sobre idade de cada membro familiar, número de filhos, relações afetivas e de vinculação entre membros (Anexos H e L).

## **2.7. Linha da Vida Familiar**

A Linha da Vida de Sartir e a Linha no CREAS da Diversidade (Anexos E, I, F e J), tiveram por objetivo, respectivamente, avaliar, a partir da perspectiva do adolescente, fatos que marcaram seu percurso enquanto adolescente trans, bem como fatos que marcaram seu acompanhamento, neste serviço público, do ponto de vista de expectativas para o CREAS e de resolutividades alcançadas.

As linhas da vida foram construídas em dois atendimentos psicossociais, sendo construída uma linha da vida por atendimento e por adolescente. Os adolescentes foram

orientados a desenhar uma linha horizontal e pontuar fatos marcantes a partir da data e contexto de vida. Para isso, orientou-se que o adolescente poderia escrever livremente essas informações a partir do objetivo proposto.

A linha da vida é um instrumento tradicionalmente usado na clínica da terapia familiar e utilizamo-nas, nessa pesquisa, com a finalidade de coleta das informações acima. Foi feita adaptação da Linha da Vida (Sartir, 1983), a qual denominamos de "Linha da Vida a partir da diversidade sexual" e "Linha da Vida no CREAS da Diversidade".

## **2.8. Procedimentos Éticos**

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa e, após ajustes, teve sua execução aprovada por meio do protocolo n. 5.698.181. Visto que o CREAS da Diversidade compôs o rol dos serviços considerados essenciais pelo Governo do Distrito Federal/GDF, durante a pandemia do Covid-19, o serviço funcionou em sistema híbrido, com atendimentos presenciais para os casos excepcionais, ou seja, para o público com dificuldades no acesso ao serviço por meio da modalidade teleatendimento, incluindo o público cuja residência ou local de moradia de referência fosse inadequado para garantia do sigilo, bem-estar individual durante o atendimento, dentre outros fatores descritos no Código de Ética do Psicólogo.

Foram convidados a participar da pesquisa todos os adolescentes referenciados no CREAS da Diversidade há mais de 01 mês. Todos os participantes chegaram até a pesquisa por meio de convite verbal realizado por mim e os adolescentes e/ou responsáveis que não quiseram participar da pesquisa não foram prejudicados em relação ao acompanhamento pelo serviço. O convite foi realizado durante o atendimento familiar, no qual estavam presentes o adolescente e seu responsável visto a necessidade do consentimento do responsável para a participação do filho na pesquisa.

Após manifestação de interesse, os adolescentes e seus responsáveis assinaram respectivamente os termos de Assentimento Livre e Esclarecido e de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexos A e B) A escuta da história de vida dos adolescentes, bem como o acesso a outras informações que fazem parte dos objetivos desta pesquisa, aconteceu no CREAS da Diversidade. Os encontros com os adolescentes aconteceram na modalidade individual, em sala privada, com abordagem humanizada, ou seja, no diálogo com os adolescentes foi respeitada a escolha que faziam em relação às respostas, com a entrevista transcorrendo livremente a partir da interação do adolescente comigo. Além disso, foi respeitado o momento de cada adolescente sobre querer falar ou não sobre as situações violadoras de direito.

Inicialmente participaram da pesquisa cinco adolescentes trans. Contudo, ao longo da pesquisa, uma das famílias não concedeu autorização para que seu filho continuasse na pesquisa. As outras duas famílias desistentes da participação pontuaram sua desistência a dificuldades de comparecimento na modalidade presencial. Houve, com essas famílias, um atendimento final com intuito de encaminhamentos para outros serviços bem como saber sobre a necessidade e disponibilidade de continuarem referenciadas ao CREAS da Diversidade. Também disponibilizei meu contato pessoal para caso de dúvidas com relação a continuidade no acompanhamento pelo serviço.

## **2.9. Procedimento de Análise das Histórias de Vida**

A compreensão de elementos da história de vida dos adolescentes foi realizada a partir da análise narrativa, segundo a perspectiva da análise de conteúdo holística advinda das contribuições de Amia Lieblich (Lieblich et al., 1998). Considerando essa perspectiva, tem-se inicialmente, a escuta e o registro global da história de vida, que posteriormente foram utilizados para a contextualização dos fatos narrados, com enfoque nas violações de direito

informadas pela Rede de Garantia de Direito, nas situações relatadas pelo adolescente e em suas estratégias de enfrentamento.

Amia Lieblich (Lieblich et al., 1998) sumariza o processo de escrita da história de vida em passos que são sumarizados da seguinte forma: passo 1- leitura do material por várias vezes em busca de padrões emergentes. A leitura deve ser feita cuidadosamente e com empatia. Não existe, neste passo, uma direção clara, mas deve-se atentar sempre para o contexto da história narrada. Passo 2- Escrever inicialmente a impressão global sobre a história lida, atentar-se para as exceções e impressões gerais observando também, possíveis contradições e outros aspectos que caracterizam a história contada. Passo 3- Indicar focos especiais ou temas que seguem na história contada, indicar também possíveis omissões de modo contextualizado. Passo 4 – indica-se marcações no texto sobre os vários temas que aparecem na história. Passo 5 – Separação dos resultados de vários modos: descrição da história global, transição entre os temas e o contexto de cada um. Neste momento, deve-se prestar atenção aos episódios que buscam contradição entre o tema de conteúdo, modo ou avaliação pelo sujeito.

Diante do apresentado, busquei atentar-me para os temas e acontecimentos considerados como repetições ou padrões nas narrativas, assim como para fatos que destoassem ou apresentassem desarmonia com a história contada. A primeira e última vez que determinado tema surgiu, a transição entre temas e suas interfaces com os contextos de vida também foram observados. Por fim, a compreensão dos fatos advindos da narrativa de vida não tem por objetivo a suposta acurácia dos fatos narrados (Lieblich, et al., 1998), uma vez que se entende nesta pesquisa que a compreensão e o relato das experiências são experiências subjetivas.

## **2.10. Nível Descritivo Cronológico**

A partir da análise das narrativas e de sua organização no tempo cronológico, ou seja, em que as situações narradas foram apresentadas, iniciando da mais antiga para a mais recente,

descrevi a narrativa dos adolescentes em 03 momentos conforme descrito abaixo. Vale ressaltar que as histórias dos adolescentes se apresentaram por meio de idas e vindas em relação às mesmas temáticas e que houve a preservação da maneira de falar dos adolescentes, para não descaracterizar as histórias narradas por eles.

A partir das narrativas apresentadas nas sessões com os adolescentes, construí três momentos diferentes e que foram subdivididos em sequência cronológica na temporalidade de 06 em 06 meses. Desse modo, considerei a fase de 0-6 meses como acolhimento e primeiros atendimentos, de 6-12 como vinculação comigo e início das narrativas sobre as situações violadoras de direito e de 12-18 meses como ressignificação do conceito de violação de direito e elaboração de estratégias para enfrentamento a situações violadoras. O título para cada temporariedade foi escolhido a partir das minhas vivências com os adolescentes.

Para a Teoria Narrativa de White, quem narra sua história é visto produzindo não só a “matéria-prima” necessária para a análise, mas também participando da reflexão teórica e da análise de dados em si (White & Epston, 1993). As informações, os sentimentos, as crenças e os valores narrados não se reduzem apenas à sua história singular, visto que esta está inscrita num contexto familiar, social e histórico. Nesse sentido, a análise dos dados é vista como um processo de co-construção.

Por fim, destaco que, diante da minha implicação como pesquisadora e servidora do CREAS da Diversidade, serão utilizados dados dos prontuários dos adolescentes que autorizaram sua participação na pesquisa e que estavam no meu referenciamento durante meu período de exercício nesse serviço.

## Capítulo 3

### Apresentação dos Resultados e Discussão

Os dados serão apresentados separadamente por participante e seu núcleo familiar. Cada um dos grupos formados pelo participante e seu núcleo familiar representa um caso, totalizando-se dois casos. Foi realizada uma análise vertical de cada caso, a qual foi exposta neste capítulo conforme demonstrado na Tabela 1 e 2. A análise descritiva-cronológica dos relatos foi dividida em três momentos: Momento 1 - Primeiros atendimentos, Momento 2 - Vinculação com a pesquisadora e início das narrativas sobre as violações de direito e Momento 3 - Ressignificação do conceito violação de direito e estratégias de minimização de situações violadoras. A análise compreensiva dos temas, por sua vez, se deu com base nos objetivos desta pesquisa, na revisão da literatura e dos conteúdos presentes nas falas dos dois participantes.

#### 3.1. Análise Descritiva-Cronológica

O acesso à história de vida de João e Júlia deram-se por meio de 12 e 10 atendimentos psicossociais respectivamente realizados com cada adolescente, ao longo dos quais se construíram o genograma familiar e a linha da vida. A análise dos encontros foi dividida em três momentos a partir da vinculação estabelecida entre os adolescentes e a pesquisadora, assim como, os objetivos da pesquisa.

Desse modo, a categoria referente ao primeiro momento englobou o acolhimento dos adolescentes no CREAS da Diversidade e os primeiros atendimentos psicossociais. Nessa categoria, foram abordadas as percepções iniciais dos adolescentes com relação ao serviço, suas expectativas e breve histórico familiar. Ressaltou-se, durante a fase inicial, as principais figuras de vinculação com adolescente e seu Mapa de Rede (Sanicola, 2008). As crenças e os valores familiares, a partir das conversas iniciais, também foram destacadas. O segundo momento incluiu-se o início das narrativas relacionadas às situações violadoras de direito, tanto

as elencadas pela Rede de Garantias quanto as percebidas pelos adolescentes. Já o terceiro momento apresentou a ressignificação das situações violadoras bem como a elaboração de estratégias de minimização dessas situações e perspectivas futuras. A organização da narrativa segundo os momentos atravessados pelo adolescente ao longo do seu atendimento no serviço teve por objetivo explicitar as transformações da narrativa ao longo do processo de atendimento psicossocial bem como torná-las mais didáticas para a leitura da história narrada.

Os últimos atendimentos psicossociais foram realizados em dezembro/2022 e novembro/2022. O critério para o término das entrevistas foi a temporalidade estabelecida inicialmente, assim como a percepção, tanto do participante quanto minha, de que ele ou ela já havia expressado grande parte de sua história de vida bem como trechos que representassem o objetivo da pesquisa.

Após a finalização da pesquisa, todos os participantes da pesquisa continuaram no referenciamento do CREAS da Diversidade e não desejaram referenciamento no território de moradia. Ambos os participantes foram encaminhados também para outros serviços, em especial, adolescento e ambulatório trans, a partir do desejo deles mesmos em iniciar outros acompanhamentos. Houve encaminhamento para retificação do prenome, conforme desejo apresentado ao longo da pesquisa.

### **3.2. Caso 1: João e Sua Família**

João ingressou no primeiro acolhimento do CREAS da Diversidade com 16 anos de idade e com 17 anos de idade no segundo acolhimento. O adolescente é filho único de Maria e considera a avó materna a Sra. Elô também como sua mãe. João apresenta nível médio incompleto e renda familiar de 01 salário-mínimo por núcleo familiar. Compõe o núcleo familiar de João sua avó/mãe materna Elô, seu avô, sua tia e uma sobrinha. O primeiro acolhimento no serviço deu-se mediante solicitação do Ministério Público do Distrito Federal

MPDFT e o segundo acolhimento no CREAS, deu-se a partir de solicitação de Unidade de Acolhimento Institucional. Entre as violações de direito apresentadas pelo Ministério Público constava o não reconhecimento da identidade trans do adolescente pelos familiares, em especial pela avó materna, transfobia intrafamiliar e abuso sexual intrafamiliar. Trata-se de família com histórico de acompanhamento pela Assistência Social por meio dos equipamentos Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CRAS e Unidade de Acolhimento.

### **3.2.1. Momento 1: Primeiros Atendimentos**

O adolescente João reingressou no acompanhamento do CREAS da Diversidade em 2021 e, à época, estava com 17 anos. Durante o atendimento psicossocial inicial, João relatou já ter sido acompanhado por outro psicólogo do serviço, contudo os atendimentos foram interrompidos sem que ele fosse informado ou remanejado para outro profissional: “Fiquei sem entender nada, pois passei pelo acolhimento e o psicólogo me disponibilizou um número funcional, mas ninguém me atendia”.

O recolhimento do adolescente foi uma surpresa tanto para equipe, quanto para mim e para a família, visto que não havia prontuário e nem informações mínimas de atendimentos psicossociais já realizados. Senti-me constrangida ao ter de repetir algumas perguntas relacionadas ao contexto familiar, história de vida e situações violadoras e busquei conduzir um acolhimento e acompanhamento que não repetisse a sensação de abandono percebida pelo adolescente.

Ressalto, ainda, que esse momento coincidiu com o período de início da pandemia de COVID 19, quando a unidade estava se reorganizando para a realização de teleatendimentos ou atendimentos presenciais para os casos excepcionais. Tendo em vista a predileção do adolescente pelos atendimentos presenciais e a falta de condições mínimas para a realização dos atendimentos online - como, por exemplo, ambiente seguro e acolhedor, com sigilo, bem

como linha telefônica - os atendimentos foram combinados de modo presencial e quinzenal. O fato de o adolescente ter sofrido violações intrafamiliares e residir com a família também contribuiu para a indicação de atendimentos psicossociais presenciais.

A pandemia pelo COVID-19 foi um dos atravessamentos para agravamento da situação de vulnerabilidade econômica e individual percebida neste estudo de caso. Segundo estudos da literatura o confinamento das pessoas colocou em perigo as relações familiares, em especial aquelas que vivem em lugares precários e com poucas possibilidades de privacidade (Theodoro, 2020). Com relação a esse contexto houve, ainda, relatos de pessoas psicologicamente sufocadas, maior incidência de comportamentos agressivos contra mulheres, crianças e adolescentes entre outros de ordem econômica (Theodoro, 2020) que, conforme exposto abaixo, também reverberaram nesse caso.

Diante do acolhimento de João, percebi sua vergonha em relatar trechos da sua violação de direito sendo expressada de modo direto por ele, em especial, sobre as situações de abuso sexual e as violações intrafamiliares à sua identidade trans. Percebi, conforme indicado por White (2007), que seriam importantes as *conversas de andaime*, ou seja, conversas baseadas em narrativas graduais sobre o tema, de acordo com o conforto do adolescente. Nesse sentido, trabalhamos inicialmente com a rerepresentação do serviço e suas expectativas para o seu atendimento.

O adolescente trouxe como expectativas questões concretas e relacionadas à identidade trans, mas que não dependiam de modo direto da unidade, como, por exemplo: “eu tinha a expectativa de chegar aqui e conseguir retificar meu prenome, além de encontrar outras pessoas iguais a mim”. O adolescente também acreditava que era o CREAS da Diversidade a unidade fornecedora dos hormônios para melhoria na incongruência entre gênero percebido e sexo

atribuído no momento do nascimento. O auxílio vulnerabilidade também apareceu como expectativa sendo solicitado com o adolescente cabisbaixo.

Algumas das expectativas de João deixam claras as dificuldades de compreensão sobre as atribuições da Assistência Social e de outras unidades que compõem a Rede de Garantia de Direitos. Ressalto, ainda, que, durante meu histórico no CREAS da Diversidade, era comum a solicitação de hormônios por outros beneficiários, que eram esclarecidos ser essa uma atribuição da Política de Saúde. A solicitação do benefício como favor e não como um direito também transpareceu no modo como a família formulou a pergunta sobre o auxílio. Assim, embora a Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2004) preveja o repasse de transferência de renda para pessoas que dele necessitem, percebe-se, ainda, certo constrangimento em ter de assumir essa condição social.

Com relação à expectativa na participação de grupos e/ou outras atividades coletivas visando ao fortalecimento de vínculos comunitários, embora fosse papel do CREAS, as atividades estavam suspensas em função da pandemia. Desse modo, o adolescente, apesar de vir de modo quinzenal ao serviço, pouco se encontrava com outras pessoas trans.

Percebi que a falta de contato com outras pessoas trans era um dos fatores desmotivadores iniciais para sua ida ao CREAS. A ausência de algo concreto que pudesse ajudá-lo no seu processo de maior congruência entre gênero e sexo - como, por exemplo, hormônios, retificação simplificada do prenome - também era outro fator desmotivador, uma vez que não estava claro, neste primeiro momento, para o adolescente e sua genitora, no que consistia o serviço do CREAS.

Apesar de não ter claro o papel do CREAS da Diversidade, ou seja, sua atuação para ressignificação de violações de direito e fortalecimentos de vínculos familiares (Brasil, 2009), o adolescente observou melhora na sua relação com a mãe Maria atribuindo o fato aos

atendimentos iniciais desse serviço. Anteriormente ao serviço, Maria não compreendia a terminologia transgênero, associava a diversidade de identidade de gênero à doença, além de não chamar João pelo seu nome social. Esses achados corroboram estudos recentes apresentados pela literatura no que se refere às violações de direito contra o público LGBTQI+, em especial o público Trans GGB (Acontece et al., 2023). A violação intrafamiliar também é trazida pela literatura como sendo comum, podendo, por isso, agravar ainda mais a situação da pessoa trans, que fica sem uma de suas primeiras redes de apoio e convivência social, quando não são expulsas de casa (Acontece et al., 2023; Bontempo & Mendes, 2020). Assim, embora as famílias contemporâneas apresentem-se a partir de múltiplas configurações, elas ainda são consideradas como sendo o suporte identitário primário e prioritário, ou seja, a qualidade dos vínculos construídos entre o adolescente e seu sistema familiar é de grande importância para o estabelecimento do sentimento de pertencimento (Penso et al., 2012).

Ressalta-se que, embora a família de João continuasse significando uma referência para ele, outras pessoas com a exceção da mãe biológica não o chamavam pelo seu nome social. Uma dessas pessoas era sua avó Elô, com quem ele tinha boa vinculação e quem ele considera também como mãe. O fato de não ser reconhecido como homem trans por outros familiares tais como a avó, avô e tios o deixava triste, contudo, não foram narrados outros trechos referentes a essa violação de direito, para além do seu descontentamento.

Percebi, nesse caso, que o adolescente não tinha a mesma percepção sobre o conceito de violação de direito que a minha e que a Rede de Garantias e/ou não gostaria de falar sobre isso, nessa etapa inicial dos atendimentos. Mediar conversas entre o indivíduo e as instituições é colocado como um dos papéis colaborativos das Políticas Públicas (Lordello, 2015). Seguiu-se a estruturação das conversas de andaimes, pelas quais se estabelecem etapas na

conversação. Entendeu-se que esta seria a primeira etapa de uma conversação futura com níveis de detalhes mais claros.

A vergonha notada nos atendimentos, percebida por mim a partir da cabeça sempre cabisbaixa do adolescente e de seu modo para solicitar auxílio vulnerabilidade é um sofrimento notado em outros atendimentos a pessoas em situação de vulnerabilidade individual, econômica e social. Essa postura encontra respaldo na literatura. São pessoas que segundo Gaulejac (2003) vivenciaram várias formas de humilhação e encontraram no silenciamento uma das formas de lidar com esses sentimentos. O silenciamento, por sua vez, é compreendido por Gaulejac como uma espécie de fechamento em si mesmo, cultivo de um sentimento de ilegitimidade (2003), ou seja, de não direito de ser quem se é.

Enquanto a vulnerabilidade individual consiste em "compreender a capacidade do sujeito em organizar as informações das situações-problemas e, que tragam mudanças positivas de proteção ao sujeito" (Marcolino-Gali & Musial, 2019, p. 295), a vulnerabilidade social está associada às informações que se acolhem do meio social. Como exemplo da vulnerabilidade social, cita-se o acesso aos serviços públicos, educação, trabalho, moradia entre outros, bem como a sua participação neles, sem normas violentas. Segundo Marcolino-Gali e Musial (2019) Ambos conceitos devem ser compreendidos a partir do contexto sócio-histórico, devendo ainda estarem articulados entre eles para sua melhor compreensão.

Além da vulnerabilidade individual e social, pessoas que se configuram como público LGBTQI+ sofrem outras humilhações e riscos sociais, em especial pessoas trans (Acontece et al., 2023). Diante dessa perspectiva, percebe-se que o adolescente em questão teve de dar conta de uma série de atravessamentos sociais e culturais que negam sua existência (Gaulejac, 2003). Todos esses questionamentos e violações ocorreram, contudo, durante a pandemia, ou seja, contexto em que as escolas e outros serviços públicos estavam funcionando apenas

remotamente, em que os confinamentos sociais foram recomendados, agravando, portanto, ainda mais as relações intrafamiliares que já não estavam boas.

Por fim, tendo em vista o acompanhamento histórico do CRAS desses núcleos familiares, outra questão que emerge é o órgão encaminhador da família, ou seja, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. A partir do encaminhamento do caso via Ministério Público, surgem perguntas tais como: Será que o CRAS do território identificou violação de direito por diversidade sexual? Caso sim, por que não nos informou sobre a violação? Questões como essas são importantes para identificarmos os pontos de atuação da Rede de Garantia de Direitos, suas potencialidades e falhas. Ressalta-se ainda, que conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009), cabe ao CRAS prestar serviço de proteção e prevenção a situações violadoras de direito e ao CREAS atuar com indivíduos e famílias com direitos já violados. Por fim, encaminhamentos entre os serviços são previstos com vistas a melhor atender as especificidades familiares.

Apesar das situações de violação de direito intrafamiliar, nos momentos iniciais da pesquisa, ficou claro também, por diversas vezes, que o adolescente se sente orgulhoso por ter duas mães, o que pode ser visto aqui como fator de proteção social. João, inclusive, fez questão de destacar a hierarquia existente entre elas, em que a avó ocupa um espaço afetivo e de maior vinculação e a genitora de responsabilidade de João. O adolescente explicou a diferenciação entre elas a partir de gesticulação com a mão em formato de escadas, ou seja, por meio de metáforas, para estabelecer níveis diferenciados entre as duas.

Informa-se que a partir da linha da vida de João, identificou-se que ele reside com a avó materna desde os 3 anos de idade. Isso ocorreu por conta do histórico de uso abusivo de substâncias por parte de Maria e de seu genitor. Diante do exposto, destaca-se a Sra. Elô como

a principal figura de acolhimento para João e de sua retirada das ruas e “das bocadas” em relação à filha Maria.

A partir da frase: “mãe é quem cria, e minha mãe Elô é tudo para mim” percebi a grande importância atribuída a função de Elô na família se aproximando quase de um papel heroico por ajudar a todos. Elô foi a principal agente de mudança para que a filha Maria saísse da “bocada” e principal agente também para que João não ficasse em situação de risco, observando-se, nessa família, repetição familiar com relação ao uso de substâncias.

Em contrapartida com esse lado heroico das mulheres da família, falou-se pouco sobre os homens. João conhece pouco a história do pai, não se referiu a ele como tal e nem citou o seu nome. Cabe ao sujeito ser o especialista nos acontecimentos de sua vida, bem como atribuir-lhe sentidos e significados (White & Epston, 1993), de modo que não se compreende como disfuncional uma família com duas mães e sim algo natural e que faz parte do reconhecimento às diferentes configurações familiares.

Embora seja considerada natural a configuração familiar acima, destaco impactos significativos de famílias com composição monoparentais em que os homens abandonam os lares. A questão financeira, ausência de compartilhamento de cuidados físicos e emocionais dos filhos, entre outros são algumas das repercussões sociais desta dinâmica familiar. Neste caso, embora na contemporaneidade se identifique numerosos núcleos familiares coordenados somente por mulheres, não se pode esquecer a sobrecarga percebida por elas que ficam com os filhos até idade tardia em seus lares (Figueiredo, 2013)

Ressalta-se que o adolescente apresentou as narrativas iniciais sobre sua trajetória de vida com uma postura cabisbaixa, pouco contato visual e frequentemente enviava mensagens telefônicas. O adolescente inicialmente ficava amassando alguns papéis ou arranhando-se enquanto falava. Em razão da agitação psicomotora para narrar fatos da sua trajetória de vida,

passsei a utilizar recursos como popete, tatuagens do corpo, papel, lápis de cor, dentre outros. Os recursos utilizados tiveram por objetivo a facilitação de narrativas difíceis de serem contadas e maior conforto para o adolescente, conforme indicado também na literatura (Paschoal & Grandesso, 2016). Os desenhos realizados pelo adolescente no CREAS e a utilização de metáforas foram os recursos mais utilizados.

A construção de seu autorretrato foi o primeiro desenho realizado por João no CREAS e representou o desejo de adquirir caracteres secundários correspondentes ao gênero identificado e a retomada no uso de hormônios. Com relação aos hormônios, João estava sob uso esporádico e sem acompanhamento de endocrinologista o que representa um fator de risco, mas comum entre o público trans (Bontempo & Mendes, 2020).

Percebe-se que a falta de apoio sinalizada, em alguns relatos, por João, fazia-o querer recorrer à hormonioterapia como uma das alternativas para dar início a transformações que lhe aproximem do gênero com que se identifica. Outro fator a chamar atenção foi sua apresentação pessoal no CREAS pelo seu nome social e com vestimentas congruentes ou próximas ao gênero masculino. O adolescente, no início do acompanhamento, também apresentava corte de cabelo mais associado ao público masculino. Por fim, observou-se que embora a mãe Maria tivesse dificuldade em chamá-lo pelo nome social, havia um respeito com relação a sua expressão de gênero.

Durante a elaboração de seu autorretrato, João também chamou a atenção para o uso das tatuagens no pescoço e braço. Uma das primeiras tatuagens a serem faladas e desenhadas por João foi o símbolo de anarquia, que representava a partir da fala dele sua não submissão a nada e nem a ninguém. Outra tatuagem que me chamou atenção foi o símbolo trans, tatuado no braço e amplamente conhecido na comunidade LGBTQI+.

As tatuagens apresentadas inicialmente pelo adolescente eram repletas de sentidos e significados e pareciam-me sinalizar algum tipo de “revolta” ou mecanismo de proteção. De modo geral, eram tatuagens que comunicavam algo sobre seu contexto de vida individual e social. Por fim, o adolescente relatou que eram feitas ao acaso, quando ele estava “drogado” ou “chapado”. Nos atendimentos iniciais, eram comuns falas associadas à violência na comunidade e suas estratégias de proteção, dentre elas, ser uma pessoa “grossa” e de difícil trato. João falou ainda que ser uma pessoa “grossa” era uma forma de se impor diante das adversidades sociais.

Nessas falas, percebi muito a vontade de João em me chamar a atenção para o que acontecia no seu contexto comunitário e com o que ele tinha de lidar, ou seja, o cotidiano repleto de situações de violência e suas estratégias de enfrentamento. Ressalto que as falas iniciais não traziam exemplos concretos de situações de violação de direito ou esses eram trazidos a partir de discursos considerados por White (2007) como ralos, ou seja, generalizados. Neste momento inicial, a descrição da influência do problema, ou seja, das situações violadoras intrafamiliares ou comunitárias, além das suas repercussões no seu cotidiano, não apareceram de modo direto, lembrando-nos das conversas de andaime apresentadas por White (2007).

O uso diário de maconha também apareceu nessas narrativas iniciais bem como o desenho de folhas de maconha enquanto falava. A partir de perguntas de externalização, como, por exemplo, “Qual a contribuição que a maconha tem para sua vida?”, “Como ela te ajuda ou te atrapalha no seu dia a dia?”, observou-se, personificação da droga utilizada e a compreensão de ausência de problemas ocasionados. O adolescente verbalizou que, para conseguir ficar “normal” ou menos “agressivo”, precisava fazer uso dessa substância. O uso também era visto como importante para não se tornar homem “cis”, definido por ele, como um homem que é

violento: “É impossível eu me relacionar comigo e com os outros sem a maconha, uso para acordar e para dormir”, referindo-se ao papel de autorregulação diário da maconha.

A centralidade da maconha em sua vida apareceu ao longo de toda a pesquisa, acompanhada pelo desinteresse pelo encaminhamento ao Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS). Desse modo, embora a narrativa legal constante do Estatuto da Criança e do Adolescente sinalize a proibição de venda de substâncias que causem dependência a criança e/ou adolescente, assim como seu uso, observou-se a naturalização transgeracional por parte da família quanto a esse uso. Ressalta-se, ainda, que a naturalização do uso de drogas e o seu uso juntamente com o adolescente foi visto por mim como fator de vulnerabilidade para o adolescente, embora ele não signifique desse modo.

Informo, ainda, que a narrativa sobre uso de maconha por João se deu com ele também cabisbaixo e com vergonha de contar que faz uso de substância não legalizada. Foi a primeira vez que o adolescente fala sobre a sensação de vergonha e sobre o medo de ser julgado ou considerado como "vagabundo". O medo do estereótipo encontra força em estudos recentes sobre drogas que apontam antigos contextos sociais e legais de proibicionismo de drogas, a começar pelo antigo nome "política contra drogas" (Lordello, 2015).

Outra atividade realizada neste primeiro momento foi o Mapa de Rede de João (Anexo G), que teve por objetivo identificar as principais figuras de vinculação. A partir do desenho, observou-se, de modo geral, uma rede de apoio esvaziada. Com relação ao Mapa de Rede Familiar, são poucas as figuras de vinculação com o adolescente, no que se citam a avó, o tio-avô e sua sobrinha de 10 anos de idade. Além disso, o adolescente não apresenta vínculos com nenhum outro adolescente, não citando nenhum amigo(a). A baixa inserção comunitária é acompanhada por poucas figuras de referência nas Instituições em que João é acompanhado, com exceção do CREAS da Diversidade.

O baixo nível de inserção social pode ser considerado como fator de vulnerabilidade individual e social para o adolescente e vai contra as narrativas sobre adolescência que situam essa fase da vida como uma grande busca por inserção social e/ou comunitária, conforme Miermont (Penso et al., 2012; Lordelo, 2015). As narrativas da Política de Assistência Social, por sua vez, também destacam a importância da constituição de vínculos familiares e sociais a partir de uma atuação territorializada, de modo que se destinam equipamentos especializados na Assistência Social para sua promoção (MDS, 2009). Por fim, percebe-se um grande impacto da pandemia para a vida de João, a partir da interrupção de grupos no CREAS, que poderiam ser um espaço de construção de novos vínculos, e da suspensão das aulas presenciais.

Considerando, ainda, o Mapa de Rede como uma ferramenta conversacional, foi possível ter acesso e explorar histórias ainda não contadas e identificadas pelo adolescente, como, por exemplo, sua baixa Rede de Apoio e de inserção comunitária. A visualização de poucas pessoas para contar, parece ter reforçado o papel desempenhado pela maconha na sua vida e esta foi colocada como representando sua família, amigos, instituições e outros: “A maconha é tudo para mim, pode colocá-la em todos os círculos”, esta foi uma das frases em menção ao papel desempenhado pela droga, trazendo sua personificação.

Ainda nessa fase inicial da pesquisa, um dos primeiros temas trazidos de modo espontâneo pelo adolescente, foi o namoro com uma menina trans e suas dificuldades no relacionamento. Os problemas relacionados ao namoro advinham, segundo João, de seu modo de vida: interrupção dos estudos para trabalhar, subemprego (na época estava lavando carro), uso/abuso de substâncias, dentre outros “minha namorada diz que eu sou muito imaturo, e sou mesmo”, atribuindo-lhe os problemas advindos do relacionamento a partir de uma visão limitante de si.

Percebeu-se que ambos tinham valores e crenças diferentes com relação às temáticas emprego e uso de drogas. As questões divergentes foram identificadas a partir da singularidade da dinâmica de cada família e indivíduo, ou seja, enquanto a namorada morava na casa de familiares que a respeitavam na sua diversidade sexual e que tinham condições de custear seu processo transexualizador, João vinha de uma família que não colaborava afetiva e financeiramente com relação ao seu processo de identificação enquanto trans. Percebe-se assim que as questões relacionadas à vulnerabilidade econômica atingiam João de modo diferente do que a sua namorada e, por isso, o trabalho em sua vida se fazia de modo emergencial.

Com relação ao uso da maconha, a namorada, segundo João, não se esforçava para compreendê-lo, ou seja, não conseguia acessar o significado que a droga representava para o adolescente, para além das narrativas sociais, isto é, que as drogas representam um problema onde o adolescente era visto sob olhar de um estigma social. Considerar-se, inicialmente, como "maconheiro" foi o primeiro rótulo dado por ele diante do relacionamento com a namorada, mas que pouco ajudava-o a compreender o significado da droga para si. Ressalta-se ainda que foi por meio dos atendimentos psicossociais que o próprio adolescente identificou o significado da maconha em sua vida, identificando-se um processo de re-autoria em relação às suas próprias narrativas.

Acessar o sentido e significado das drogas para si, para além de estereótipos sociais, faz parte de metodologia de estudos recentes sobre drogas que buscam compreender como os adolescentes percebem essa situação. Lordello (2015) chama atenção, ainda, para a carência de estudos que englobam a percepção do adolescente para se compreender a temática sob um novo viés. A autora acrescenta: "no que tange à percepção do adolescente sobre uso de drogas, é preciso que os trabalhos de prevenção levem em consideração a dimensão contextual, evitando atribuições de valor que se limitem a relações de causa e efeito" (p. 124).

Outro fator identificado a partir da narrativa sobre o namoro foram a ausência de rotinas na vida do adolescente, em diferentes aspectos. Percebe-se que o adolescente vivia um dia de cada vez e que, apesar de estar referenciado ao CAPS adolescente, além de estar matriculado na escola, pouco buscava esses equipamentos. Narrativas institucionais tais como da Política de Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), considerariam-no em situação de vulnerabilidade social, contudo o adolescente não se percebia desse modo.

O cuidado e a cooperação entre os membros da família, uns cuidando dos outros, como, por exemplo, o próprio João ajudando no cuidado com as sobrinhas e o tio-avô, foi outro valor familiar percebido a partir da narrativa de João. Ressalta-se que a família reside em sua grande parte na mesma Região Administrativa do DF (R.A) e em endereços próximos, o que possibilita a João transitar a pé entre eles. São três núcleos familiares diferentes que residem nesse formato, cada núcleo tem uma pessoa que recebe 01 (um) salário-mínimo e uma composição familiar que varia de 03 a 04 pessoas. João oscila sua moradia entre a avó e o tio-avô, que se mudou recentemente para a mesma R.A. Os encontros com a mãe biológica se dão de modo esporádico e aos finais de semana.

Como atividades que ele não faz, mas que aparecem como obrigação, tem-se o cuidado com sobrinhos mais novos, apesar de sua impaciência para cuidar de criança. Essa atividade é diária. Outras atividades de manutenção da casa, também aparecem como obrigação e nem sempre o adolescente as realiza. Observei ainda que ele é um dos únicos homens da família que contribui com as atividades domésticas, visto que os outros homens, pai-avô e tio-avô, pouco colaboram. Um dos fatores ligados a esse fato pode ser o não reconhecimento familiar de João como homem.

O tabu em falar sobre sexualidade de modo amplo, tanto por parte do adolescente quanto entre os familiares, foi outro valor familiar trazido. Poucos da família entendem o que

quer dizer ser um rapaz trans, ao mesmo tempo que não conversam sobre questões sexuais, como prevenção, violência e consentimento. Nesse momento, o adolescente percebeu que o tabu da sexualidade atrapalha a prevenção de situações abusivas podendo reverberar em outros membros. Com relação a essa temática o adolescente relatou: “minha família falava que ninguém podia nos tocar e eu interpretava ao pé da letra”. Para o adolescente, o modo como a família aborda a prevenção de situações de ofensa sexual é pouco válida, já que as crianças não conseguem compreender uma linguagem tão abstrata.

A postura do adolescente, cabisbaixo e com a voz baixa, ao falar sobre a temática, deixou perceptível que era algo difícil de ser falado e que ele precisava de um tempo maior para criar comigo a vinculação necessária para tratar desse assunto. Busquei respeitar e acolher João enquanto vítima da situação de ofensa sexual. Ressalto, ainda, que João, até o momento, tinha restrições com relação a toque, tanto em função da pandemia quanto por objeção a pessoas estranhas lhe tocarem, e que este foi o primeiro atendimento em que houve acolhimento por meio do abraço.

A verbalização, por parte da família, sobre o cotidiano do agressor na frente de João é outro fator que lhe gera desconforto. João verbalizou sentir raiva e desqualificação de sua presença pelo histórico ocorrido. A situação foi traduzida como algo que o faz sentir-se vulnerável. Ficou bem evidente a raiva de João diante dos comentários da família sobre o dia a dia do agressor, além da vergonha de ter sido abusado sexualmente. Essas falas tornam-se ainda mais desconfortáveis quando são feitas pela Sra. Elô, figura familiar com a qual o adolescente mostra mais vínculo.

Na fase final deste primeiro momento, iniciou-se a construção do genograma familiar (Anexo H), em que se identificou a morte de uma tia, com 23 anos, devido a bala perdida. A ocasião aconteceu na frente de João, próximo ao bar da família. Ao falar sobre ela, o

adolescente demonstrou tristeza e raiva, acrescentando que: “bala perdida sempre acha pele negra”. Por fim, percebeu-se, a partir das falas de João, que ser trans e negro é um aspecto de vulnerabilidade social diante do modo como a sociedade e família compreendem esses corpos. Foi a primeira vez também que a cor da sua pele foi associada à situação de violência e vulnerabilização individual e social.

### **3.2.2. Momento 2: Vinculação com a Pesquisadora e Narrativas Sobre Violações de Direitos**

Entre o momento 1 e o momento 2 da pesquisa, João passou aproximadamente dois meses sem comparecer ao CREAS da Diversidade. Segundo o adolescente, as questões familiares, em especial financeiras, ficaram mais difíceis e ele não estava conseguindo realizar "bicos". Com a recomendação de isolamento social, quem já era vítima da vulnerabilidade econômica e do trabalho informal ficou em uma situação de precariedade ainda maior (Theodoro, 2020). Isso também ocorreu neste caso.

Percebeu-se, novamente, que a situação de vulnerabilidade econômica é um fator que traz constrangimento para o adolescente, em especial nas situações em que precisa solicitar o auxílio e/ou receber valor referente ao seu transporte para pesquisa. Assim, embora o auxílio vulnerabilidade represente uma das garantias legais e de direito para famílias vulneráveis, reconhecer-se nesta posição traz-lhe vergonha, em especial por ter completado a maioridade.

Outra questão que emergiu, neste segundo momento, foram as atribuições desejáveis para alguém de 18 anos, como, por exemplo, aquisição de autonomia financeira e pessoal. Percebi que esses fatores geram expectativas tanto para o adolescente quanto para seus familiares: “pô eu já tenho 18 anos, né? Não tenho nada ainda...”.

Segundo o adolescente, os familiares, em especial as duas mães, o pressionam para que ele consiga um trabalho formal, compareça sozinho aos serviços públicos referenciados e

consiga acompanhar suas questões de saúde com maior autonomia. A comparação com as gerações anteriores aparece de forma clara em sua narrativa, embora o contexto socioeconômico, cultural e familiar seja outro: “com 18 anos, minha avó já estava no mundo, a vida dela não foi nada fácil...”.

Diante das narrativas trazidas pelo adolescente, percebe-se o paradoxo experienciado por ele com relação à autonomia, pois, por um lado, existe o “desejo” de cumprir o papel social esperado para sua idade, que coexiste com o sentimento de ainda não se sentir pronto para isso. Ressalta-se, ainda, que o adolescente se mostrou cabisbaixo e envergonhado por não conseguir exercer a autonomia de modo pleno: “minha mãe não me entende, acha que é fácil para mim chegar nos lugares sozinhos...”.

Por fim, a forma como as narrativas legais, que consideram como adolescentes apenas pessoas com até 18 anos de idade (Brasil, 1990), e as narrativas familiares estão presentes na vida de João, vão de encontro à realidade brasileira, em que parcela significativa dos adolescentes reside com os pais e depende financeiramente deles até a vida adulta, em função das dificuldades econômicas e sociais (Figueiredo, 2013).

A partir da frase trazida pelo adolescente, percebe-se que não só a falta de autonomia pessoal para chegar aos locais sozinhos é um fator dificultador, mas também a própria identidade de gênero: “tenho medo também de olharem para minha identidade e não entenderem quem eu sou eu”. Entende-se, portanto, a importância da presença da mãe como fator de proteção frente a uma situação desconfortável com seu nome, além da importância de documentação coerente com sua imagem pessoal.

Estudos relacionados à revisão da literatura apontam que pessoas trans estão mais suscetíveis a violências diversas quando comparadas a pessoas cisgêneras (Bontempo & Mendes, 2020). Toda violência direcionada a essas pessoas junto ao medo de sofrer novas

situações de bullying colaboram para que elas sejam mais vulneráveis a segurança pessoal, problemas de saúde mental e angústia psicológica, em especial jovens trans (Bontempo & Mendes, 2020). Ressalta-se a tudo isso que o Brasil continua sendo o país onde mais se mata pessoas da diversidade sexual (Acontece et al., 2023).

A vulnerabilidade econômica de João não permite “o tempo para ser adolescente”, pois é preciso assumir a responsabilidade do trabalho em uma época em que, segundo Carreiro (Penso et al., 2012), seria importante e natural vivenciar o descompromisso com o processo produtivo. Esse tempo de ser adolescente é visto, contudo, em adolescentes de classe média e alta, para os quais o tempo para estudo e lazer são priorizados em detrimento ao trabalho.

Retomando a complementaridade existente entre as vulnerabilidades, percebe-se aqui como que a vulnerabilidade econômica, vulnerabiliza também o indivíduo. Ou seja, a ele não é permitido usufruir livremente de tempo de lazer e esporte visto sua situação econômica. Por sua vez, a situação econômica vivenciada gera-lhe, também, o desconforto em solicitar o auxílio vulnerabilidade.

A possível depressão percebida por João durante sua ausência à pesquisa foi outro fator trazido como dificultador para seu comparecimento: “estava desanimado para fazer qualquer coisa..., mas ficar longe do CREAS me fez piorar”. Ressalta-se que João faz acompanhamento no CAPS, com uso de medicação controlada. Contudo, com frequência, ele se esquece de tomar o remédio e não busca apoio no serviço diante das oscilações de humor: “lá é só medicação, não tem conversa como aqui tem...”, referindo-se à falta de vinculação com o serviço.

Ambulatório Trans, Casa Azul e Promotoria Pública, são outros serviços pelos quais João se encontra referenciado, contudo, com baixa vinculação. Informa-se, ainda, que a Casa Azul é um dos equipamentos voltados para adolescentes que cumprem medidas

socioeducativas e que, nesse momento da pesquisa, João estava finalizando o cumprimento de Liberdade Assistida. No entanto, ele não quis falar sobre isso.

A literatura traz a adolescência em conflito com a lei como um fator de risco não só para o adolescente, mas também para os familiares. Segundo Ladvoat (2011) toda a família encontra-se em risco e precisa ser trabalhada, ou seja, contemplada nos atendimentos. Apesar de não ser o escopo dessa pesquisa, por questões éticas e acumulando o duplo papel de pesquisadora e servidora pública, a família de João foi convidada para participar de alguns atendimentos de fortalecimento de vínculo, contudo sem sucesso.

Ressalto que a família de João tem composição monoparental, onde a mãe biológica assume todos os cuidados com o adolescente e com as despesas econômicas o que a deixa, segundo ela, sobrecarregada. No início dos atendimentos, a mãe de João mostrou-se com pouca disponibilidade de tempo para participar das atividades familiares voltadas para a proteção social dos vínculos familiares o que se prolongou ao longo dos atendimentos.

Percebo que a dinâmica familiar de Maria é comum entre a maioria das famílias dos grandes centros urbanos. São famílias cuja composição familiar monoparental vem se destacando. Apesar de na família contemporânea haver a ausência de definições de papéis com relação à sexualidade, autoridade e direitos e deveres na família, no que se refere à divisão de tarefas relacionadas à educação dos filhos e afazeres domésticos, é notória a desigualdade nas parcelas realizadas pelos homens e pelas mulheres (Figueiredo, 2013)

Apesar de toda essa dinâmica sociocultural que sobrecarrega as mulheres e as deixam como as únicas cuidadoras de seus filhos, é comum alguns equipamentos públicos culpabilizá-las sobre situações de violações de direito (Carvalho, 2015). Ressalto, portanto, que a exposição da não participação familiar, neste caso, teve por objetivo uma compreensão mais ampla sobre o caso ao invés de culpabilização.

A escola também foi outra instituição à qual ele não se sentiu motivado para comparecer. Ele já vinha apresentando oscilações com relação a sua frequência e com a pandemia, o adolescente suspendeu totalmente qualquer contato com a política de ensino. Por fim, a partir do exposto sobre as Redes de Garantia, pode-se dizer que para João, adolescente cuja história de vida é marcada por vulnerabilidade individual, social e econômica, a pandemia trouxe ainda mais agravos.

Surgiu também, nesse momento da pesquisa, o interesse em buscar trabalho. Atuações como barbeiro ou tatuador, visto já ter realizado curso profissionalizante na primeira opção. Com relação também à empregabilidade, o jovem relatou o interesse de participar do Processo Seletivo do Programa Vira-Vidas, que consiste em escolarização e capacitação para o mundo do trabalho remunerado. Contudo, apesar do interesse e do seu encaminhamento para o programa, o adolescente não conseguiu dar continuidade às entrevistas sendo desclassificado do processo.

Segundo João, a perda do cartão da passagem foi um dos fatores que o impediram de comparecer ao local, fato que lhe gerou frustração. Perdas de valores financeiros e objetos são comuns em sua trajetória de vida e geram também vergonha. A distração para a guarda de pertencimentos já o fez perder o celular, cartão de passagens e datas de atendimentos em algumas Instituições, em especial o Ambulatório Trans, que ele também apresenta interesse em frequentar.

Em paralelo com a dificuldade do adolescente, existe também a dinâmica dos serviços públicos de funcionamento que, a partir de sua alta procura, não conseguem notificar o usuário do serviço sobre seu agendamento na véspera do atendimento. Em caso de perda do atendimento, alguns serviços também apresentam dificuldade para que haja remarcação em

uma data próxima, devido à falta de agenda, ocasionando “novo esquecimento” da data pelo usuário, como, por exemplo, no caso de João.

Nesse momento de vinculação com a pesquisadora, retomou-se também o genograma familiar, que teve por objetivo identificar pessoas de maior vinculação com o adolescente entre outras pessoas público LGBTQI+. Na ocasião, foi possível rememorar uma tia, público da diversidade sexual, por orientação sexual e que também teve histórico de LGBTfobia intrafamiliar. A retomada da história da tia, chamou a atenção do adolescente no sentido de não se sentir sozinho como representante da diversidade sexual e de gênero nessa história familiar. Assim, embora João não lembre detalhes sobre a história da tia, relembra-la fez-se sentir pertencente. Por fim, ressaltou que o modo como a tia conseguiu superar a violação de direitos foi saindo de seu núcleo familiar para ir residir com a companheira: “É a casa dela, pô! Quem manda é ela”.

A situação de expulsão de casa em virtude de ser público LGBTQI+ é retratada em alguns estudos (Bontempo & Mendes, 2020) sendo uma situação que vulnerabiliza ainda mais os adolescentes. Embora a situação de João não seja essa, seu não reconhecimento por sua identidade de gênero familiar, ainda lhe causa desconforto. "Também tenho interesse em morar sozinho, minha casa, minhas regras" foi a frase utilizada em alusão às vivências transfóbicas sofridas.

Durante a construção do genograma familiar, também foram relatadas questões relacionadas ao uso e abuso de substâncias, histórico de situações de ofensas sexuais e violência psicológica. Identificou-se, portanto, uma repetição multigeracional de padrões. As questões apresentadas foram sendo pontuadas ao longo das entrevistas, sendo a situação de ofensa sexual, abordada por último e de modo progressivo e inicialmente, por meio de metáforas.

Com relação ao uso de álcool e outras drogas, percebi inicialmente vergonha do adolescente em relatar as pessoas que faziam uso ou que tinham histórico. Diante disso, trabalhamos com cores para finalizarmos as diferentes drogas e as pessoas da família que fazem ou fizeram uso. A partir desse instrumental, observa-se que existe predominância de homens que fazem uso/abuso de álcool e outras drogas, em especial o tio-avô com quem ele reside atualmente. Outras figuras familiares também aparecem fazendo uso, como, por exemplo, a Sra. Maria, pela qual o adolescente considera uso regular, apesar de histórico de abuso com outras drogas, entre elas o crack. A Sra. Elô aparece como uma das únicas figuras que não faz mais uso, apesar do histórico de abuso de drogas, dentre elas, álcool e crack.

João admira as duas mães, que conseguiram superar o uso abusivo dessas substâncias. Segundo ele, foi a força de vontade e a religião que as fizeram ressignificar o uso e não as instituições governamentais. Percebi, nesse momento, o descrédito atribuído às instituições pelo adolescente, em especial no que se refere àquela voltada para a Saúde Mental. João vê o CAPS como uma instituição meramente medicamentosa e com poucas possibilidades de vínculo entre profissionais e usuários. Assim, embora a Rede de Garantias tenha por objetivo a seguridade na convivência comunitária, percebe-se discordância no que é percebido pelo adolescente.

Com relação às repetições de comportamento entre as gerações, Marin et al. (2013) defendem haver associação entre as práticas educativas com o processo de transmissão intergeracional, embora esse último seja complexo. Isto significa que a família para cumprir seu papel de socialização aos filhos, transmite a eles, valores, crenças e cultura familiar por meio de práticas indutivas e/ou coercitivas. Enquanto as práticas indutivas estão relacionadas ao direcionamento da criança para as consequências de seu comportamento, ao invés das

consequências punitivas para ela mesma, as práticas coercitivas caracterizam-se pela aplicação de forma direta e poder dos pais (Marin et al., 2013).

As autoras acrescentam que as práticas educativas parentais constituem um fator importante influência no desenvolvimento socioemocional de pais e filhos (Marin et al., 2013). Assim também ocorre no caso de João. Embora as mães não recomendem o uso de drogas por ele, percebe-se que as drogas fazem parte da cultura familiar, ainda que sob forma de segredo familiar. Desse modo, pode-se dizer que práticas educativas colaboram para o uso indevido de substâncias por parte de João, ou seja, para repetição de valores entre gerações.

Importante destacar que as repetições intergeracionais são uma das formas de aprendizado, contudo, considerando-se o processo de educação e de socialização entre outros pares para além da família, a transgeracionalidade pode ser rompida (Marin et al., 2013). Isso, aconteceu por exemplo no caso abaixo, com a temática de ofensa sexual, em que João solicitou materiais didáticos para esclarecimento a outros membros da família sobre a ao rompimento desses ciclos.

Para a situação de ofensa sexual, trabalhou-se com a metáfora do disco e da vitrola em que cada faixa musical representa uma música e, em analogia, um tema da história de vida a ser narrado. A partir da compreensão da metáfora do disco, o adolescente sinalizou a ofensa sexual sofrida como uma música a não ser tocada no disco, sinalizando, desse modo, a necessidade de pular essa faixa musical. Esta metáfora foi trabalhada a partir de riscos fortes no papel para indicar o dano sofrido.

João relatou, ainda, que o funcionamento do seu disco, parece com o funcionamento do disco de sua avó. Embora não haja conversa familiar sobre situações já ocorridas transgeracionalmente, o adolescente suspeita que a avó também já tenha sofrido abuso sexual, porém é uma música que ela não gosta de tocar. Para João, a estratégia da avó para sinalizar

que a música não deve ser tocada são os sintomas corporais sentidos por ela, como, por exemplo, fortes dores nas articulações e no joelho quando questionada sobre temáticas relacionadas a essa violação de direito. Esses mesmos sintomas ocorrem, também, quando João quer conversar sobre um assunto sobre o qual a avó não deseja compartilhar.

A partir do exposto, fica claro que os segredos familiares são de certo modo percebidos. A ansiedade de João para descobrir a verdade sobre as situações de ofensa sexual e poder se identificar com outros membros ainda que por meio de situações violadoras, também ficou evidente. Acredito que o compartilhamento dessas situações poderia trazer mais realidade e concretude para o papel heroico desempenhado pela avó, assim como proximidade entre os membros familiares. Ressalto, ainda, que o adolescente também denomina o fato narrado como segredo e vê isso como mais prejudicial do que benéfico, uma vez que não colabora para prevenção da violência nas novas gerações.

Percebi, a partir do atendimento acima, que o uso de metáforas foi um bom recurso narrativo para que ele se sentisse à vontade para dizer como se sentia: “Fico muito puto ainda com essa situação, se eu pegar ele, eu mato, minha família sabe disso”. Ressalta-se que à época desse atendimento, o agressor ainda não havia sido responsabilizado pela violência cometida, continuava solto, fato que deixava o adolescente ainda mais com raiva e descrente das instituições públicas: “Caralho já se passaram 05 anos e nada acontece...”. Por vezes, eu sentia-me também envergonhada por representar uma instituição governamental que, no passado, tinha falhado com ele. Não desistir de João passou a fazer parte do meu papel enquanto pesquisadora também.

Embora as ofensas sexuais sejam mais relatadas em meninas do que em pessoas do sexo feminino, os efeitos decorrentes deles são graves em ambos os sexos (Habigzang et al., 2017). As autoras apontam que comportamentos de drogadição, violência a outras pessoas como uma

das consequências advindas da situação de ofensa sexual (Habigzang et al., 2017). Segundo Almeida et al. (2009) a morosidade para denunciar em ambos os sexos também é outro fator trazido pela literatura como uma das características desse tipo de violência, em especial intrafamiliar.

Assim, enquanto os meninos não contam sobre a violência em função de normativas sobre sua sexualidade, as meninas tentam transformá-la em "o segredo" (Almeida et al., 2009). A morosidade da denúncia, por sua vez, é retratada na literatura acompanhada por comportamentos ambivalentes dos familiares que tomam conhecimento, em especial quando trata-se de ofensa intrafamiliar (Almeida et al., 2009). Por fim, a ambivalência dos familiares aconteceu também no caso de João e foi descrita no momento 3 da pesquisa, quando essa fala apareceu.

Durante a confecção do genograma, observei também o modo como o adolescente se refere às mulheres e aos homens da família. O tema surgiu do próprio adolescente que identificou as mulheres da família como sendo “as fortes” e os homens como “seres em evolução”. Nesse sentido, características como independência financeira, assunção de vários papéis para manter o núcleo familiar unido e responsabilidade são atribuídas às mulheres: “Pô olha a resposta, se vira sozinha, faz o próprio corre, cuida de criança de 05 anos”. “Aprendi muito com cada uma delas”. Tudo isso foi contado com muita agitação motora e já com total contato visual com a pesquisadora.

João relata ainda bastante empatia pela história das mulheres da família dizendo: “sei o que cada mulher passou... elas são também muito observadoras, conseguem focar em muitas coisas ao mesmo tempo”, ao se referir que ele se perde fácil quando submetido a vários estímulos. Em contrapartida, os homens, referindo-se em especial ao pai/avô e tio/avô, são trabalhadores, mas não progridem, estão presentes só fisicamente, não têm tanta

responsabilidade nem disciplina. Tudo isso foi falado ao se referir ao alcoolismo entre os homens: “fazem o que querem na hora que querem e, quando bebem, é quando conversam”.

A partir das questões de gênero trazidas pelo adolescente, emergiram também situações de violência psicológica voltada às mulheres, como, por exemplo: “minha mãe era a mais velha, então ela tinha de dar conta de tudo e, se não desse, o pau comia...”, “não existia a criança querer, a mãe dela mandava e pronto...”, referindo-se à história da mãe Elô. João também narrou emocionado todas as violências sofridas por Elô, tais como ajoelhar-se no milho, violência sexual sofrida no âmbito intrafamiliar, porém não contada, dentre outros episódios de violência psicológica e física.

A contextualização da violação para suas vivências foi outro fator que lhe chamou atenção: “até então, não tinha percebido essas violências psicológicas, elas são mais difíceis de se perceber, né...?”, “poxa... também acho que sofro violência psicológica quando não sou aceito”, João mostrou-se emocionado quando narrava esses fatos. Pode-se dizer que ao narrar essas histórias ainda não contadas João reconheceu o seu efeito no seu contexto atual, através de um processo de re-autoria: “agora entendo porque minha vó é tão brava comigo...”, ao lembrar-se da história da família.

Conforme falado anteriormente, percebe-se aqui caso de transmissão intergeracional de práticas educativas parentais coercitivas. Observa-se que ambas as gerações impuseram o uso da violência verbal e física a outras gerações como uma forma de se buscar autoridade. Essa prática, contudo, ficou invisibilizada por João por um tempo, contudo quando perceptível do ponto de vista intergeracional, pode ser ressignificada. Pode-se observar aqui como a re-autoria (White, 2007) colaborou para este processo.

O adolescente ressaltou ainda que foi a primeira vez que pôde contar e falar sobre essas histórias. Percebi ainda, orgulho do adolescente ao contar sobre sua história, sentimento de

pertencimento a algo maior, bem como sensação de bem-estar por ter alguém disposto a ouvi-lo. Por fim, a partir da rememoração de situações de violações de direito, o adolescente relatou o desejo por outro modo de comunicação familiar, ou seja, com menos violência.

Com relação aos vínculos familiares, além da avó materna, o tio-avô aparece como uma figura de forte vinculação com João e com quem o adolescente tem passado maior tempo. O tio-avô apresenta autonomia para atividades diárias, contudo, por vezes, esquece-se de tomar a medicação. João é o principal responsável por esse tio, de modo que, durante essa fase da pesquisa, passou a residir com ele. Informa-se, ainda, que o tio-avô, apesar de não ter conhecimento com relação à temática da diversidade sexual, respeita o adolescente com relação ao seu gênero e eventuais erros de chamar-lhe com o nome da certidão não são consideradas como violação de direito pelo adolescente,

O padrasto e o avô materno também são figuras de vinculação com o adolescente. Já a mãe biológica é retratada como quem lhe deu origem, mas com quem tem pouca vinculação é descrita por João como “óleo e água, não se misturam”. Com relação ao pai biológico, o adolescente relatou que eles residiam no mesmo bairro e a última vez que ele o visitou, foi quando tinha 13 anos, depois não se viram mais. Sempre que o pai o encontrava, dava-lhe algumas moedas na mão, contudo não existiam outras interações. O adolescente rememorou esse fato com bastante emoção, percebendo-se a diferença em relação ao modo como se referiu ao pai pela primeira vez. Conforme relatado anteriormente, a partir de avanços na trajetória conversacional, é possível observar mais atribuição de sentido e significado e/ou emoção aos fatos narrados.

Outro episódio de rememoração que lhe trouxe bastante emoção foi a sua ida para a casa da genitora por conta da violência sexual sofrida. O adolescente trouxe o fato como uma dupla violação, pois, além de ter sido violentado sexualmente, foi ele quem teve de sair da casa

da mãe Elô com quem tem maior vinculação. O fato de ter de morar com a mãe Maria representou uma violência para o adolescente, pois, segundo ele, a mãe o levou para sua casa mesmo sem a concordância dele.

Após o trabalho sobre violência psicológica conforme exposto acima, João descreveu esse fato como sendo outro episódio de violência psicológica uma vez que não foi consultado sobre onde queria morar. Percebe-se então, mais uma vez, incoerência nas narrativas das políticas públicas, em especial Direito da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), que versa sobre a liberdade de expressão e de escolha, o que não se mostrou presente no caso de João.

Ressalto que a violência sexual reverberou no acolhimento institucional do adolescente. Segundo ele, a dificuldade de os membros da família aceitarem que houve a violência sexual, agravada por conflitos com sua genitora Maria, acarretou a solicitação a medida de proteção de acolhimento Institucional. João narrou essa parte de sua história muito emocionado e com raiva por rememorar a falta de credibilidade em sua fala: “eles me perguntaram porque eu só resolvi denunciar só depois de anos, ou seja, parecia que eu estava mentindo”.

A narrativa do adolescente também me emocionou, pois afinal ele tinha ficado duplamente desprotegido, sendo a primeira vez pela situação do abuso sexual e a segunda pela descrença da família em relação à denúncia. Percebi, ainda, que o desejo pelo acolhimento familiar era uma das ações mínimas esperadas pela função da família como proteção. Neste sentido, percebe-se, que a família pode ser tanto protetora quanto desprotetora.

Com relação à narrativa de João sobre a unidade de acolhimento institucional, o fato foi narrado como protetivo e desprotetivo. Como protetivo, o adolescente reconheceu o lugar como de apoio e suporte a suas necessidades mínimas frente aos conflitos familiares, sendo imprescindível esse tempo para a reaproximação familiar após a ofensa sexual. Como desprotetivo, o adolescente narrou a instituição como sendo lugar de uso e abuso de

substâncias, violências física e psicológica, indo, portanto, de encontro com a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais.

Por fim, João também expressou novamente seu ponto de vista sobre o conceito de adolescente, deixando claro que a faixa etária que compreende a adolescência no Brasil, deveria ser até os 19 anos de idade, tendo em vista o grau de maturidade. Antes de completar os 18 anos, o adolescente acreditava que, com essa idade, ele iria trabalhar, morar sozinho, ter autonomia pessoal e financeira. Contudo, atualmente com 18 anos, sente saudades de ser mais jovem, bem como do tratamento de sua família com ele.

Por fim, enquanto o primeiro momento da pesquisa caracterizou-se pelo conhecimento das histórias a serem contadas com enfoque na ação, o segundo momento caracterizou-se pela reflexão acerca das repercussões das situações de violação de direito em sua história. Diante do apresentado, percebeu-se semelhança entre os momentos da pesquisa com os níveis de investigação utilizados nas “conversas de andaime” de White (2007), ou seja, momento 01 investigação dos problemas e momento 02 reconhecimento do efeito do problema.

### **3.2.3. Momento 3: Violação de Direitos e Ressignificação das Violações**

Entre o momento 02 e 03 da pesquisa, novamente houve a repetição de quase dois meses de ausência do adolescente no CREAS. Os primeiros dias foram motivados pelo isolamento social da pesquisadora diante da COVID-19 e os demais, motivados, segundo o adolescente pelo início de um namoro e pela recaída no uso de crack. Foi a primeira vez que o adolescente deixa claro a utilização de outra droga, para além da maconha e de relacionamento afetivo com uma pessoa do mesmo sexo.

A partir da perspectiva do adolescente, os dois meses de ausência foram caracterizados pela oscilação de humor e busca pelo uso de outras drogas como necessidade de se anestesiarem. O adolescente atribuiu, ainda, significados diferentes para o abuso de substâncias, sendo o

primeiro momento caracterizado pelo uso como recreativo a partir do envolvimento afetivo com “F”, traficante e usuário de drogas e o segundo momento, como dependência, pela dificuldade na interrupção do uso de drogas, em especial crack.

Segundo o adolescente, alguns fatores favorecedores para sua recaída no crack foram os conflitos familiares com pouca comunicação para resolutividade, baixa autoestima e falta de esperança com relação ao seu futuro. A transfobia também foi uma outra situação de violação de direito que trouxe incômodo para o adolescente e que abriu espaço para a utilização da droga como uma das estratégias de enfrentamento do sofrimento. Ressalta-se, ainda, que a transfobia compareceu de modo indireto, nas falas de João, a partir do seu relacionamento com “F” e outras falas de familiares.

Com relação ao namoro, João conheceu “F” no contexto do uso de drogas, pois “F” além de usuário era também o traficante com o qual o adolescente adquiria seus produtos. O relacionamento durou aproximadamente dois meses e foi interrompido a partir de violência de “F” contra João.

João iniciou sua narrativa culpabilizando-se por não ter enxergado “F” como uma pessoa violenta e chamando-se de “idiota”. Como colocam White e Epston (1993), diante de uma situação problema é comum as pessoas se culpabilizarem, percebendo-se como sendo o problema. Pensando que o problema é o problema e a pessoa é a pessoa, construiu-se uma metáfora para desculpabilização do adolescente frente à situação apresentada. A metáfora contribuiu ainda para maior compreensão sobre o contexto tanto por parte do adolescente quanto por parte da pesquisadora e colaborou para estratégias para prevenção para outros namoros.

Embora estratégias de prevenção a situações de violação de direito sejam direcionadas à proteção básica, ou seja, aos CRAS, cabe também aos CREAS atuação frente às situações de

violação já instauradas, bem como reflexões de prevenção para situações futuras (PNAS, 2004). Segundo Murta et al. (2013) a violência no namoro é um fenômeno multicausal para o qual concorrem fatores de riscos culturais, familiares e individuais. Entre estes, citam-se viver em comunidades sexistas, ter histórico de violências intrafamiliares, ter sofrido abuso sexual entre outros (Murta et. al, 2013). Observa-se a partir da história de João todos esses fatores como de risco para a violência sofrida por ele no namoro com "F" e como predisposições para novas violências.

Diante do exposto, caracterizamos o relacionamento do adolescente a partir da metáfora do semáforo de trânsito. Consideramos para isso, sinal verde ou relacionamento verde, quando o relacionamento entre eles tinha aspectos protetivos, sinal/relacionamento amarelo, início do aparecimento de situações de violência e vulnerabilização do adolescente e, por fim, sinal vermelho, agravamento dessas situações.

No início do relacionamento entre eles, João percebeu a relação como sinal verde, pois, além de fornecer-lhe a droga, "F" também cuidava da sua saúde física do adolescente, comprando-lhe remédio quando necessário, dentre outros bens materiais: "poxa, ele até comprou cueca para mim". A partir dessa frase, percebi grande valor atribuído por João a "F", pois para além da aquisição material o gesto representava a aceitação de sua identidade de gênero. Esse fator para ele era de grande valia, uma vez que a família não realizava esses gestos.

Um dos fatores que me chamou atenção no namoro foi o fato de "F" ser 30 anos mais velho do que ele. Contudo, João não se considerava em situação de vulnerabilidade no namoro, ressaltando, inclusive, predileção por pessoas mais velhas, o que, para ele, estaria relacionado à facilidade dessas pessoas em aceitarem sua identidade trans, o que não ocorreria com pessoas mais novas.

A partir da narrativa do adolescente e diferentemente do expressado por ele, compreendi que o relacionamento o colocava em uma situação de risco individual, principalmente pelo fornecimento do uso de drogas por parte de uma pessoa maior de idade. O contexto de tráfico de drogas também trazia exposição para o adolescente em seu território. A situação como um todo, me fazia percebê-la como um sinal vermelho, diferentemente do ponto de vista de João.

Para o jovem, o sinal começou a ficar amarelo diante dos ciúmes de “F”. O adolescente relatou que a primeira vez que “F” gritou, ele se assustou, pois não esperava tal postura do namorado. Outros episódios de gritos e de violência psicológica começaram a acontecer. Contudo, João tinha a expectativa de que fosse temporário, pois afinal tinha conhecido “F” em um outro contexto.

Para João, o relacionamento ficou vermelho quando “F” o agrediu fisicamente. Esse episódio culminou com a separação do casal: “pô, eu não sou comédia não, nem minha mãe me bate”. Após o término da relação, “F” passou a proferir ameaça de morte contra João que teve de se mudar temporariamente para outra Região Administrativa, retornando para casa da mãe Maria quando a poeira baixou.

Ressalta-se que nesta parte da pesquisa, diante de situação iminente de risco, ou seja, situações que colocam em perigo a sobrevivência do adolescente (PNAS, 2004) e que contam com poucos recursos de proteção, o adolescente foi informado sobre seus direitos e possibilidades de denúncia, contudo, João deixou claro sua incredulidade nos órgãos protetivos e a lentidão para tomarem providências para casos urgentes relatando: “para quem sabe ler, um ponto é uma letra”. Além disso, uma denúncia contra o traficante poderia intensificar ainda mais o conflito entre eles.

Nesse momento da conversa, percebi, mais uma vez, a ineficiência dos órgãos de proteção e a importância da habilidade de João de se proteger, sem contar com o serviço público. Para Penso et. al (2012), a dinâmica de ter de elaborar suas próprias estratégias, é comum entre adolescentes que vivenciam a desigualdade social e que se alternam nos papéis de vítimas e de algozes, apesar da proteção integral estabelecida pelo ECA a esse público. São, portanto, adolescentes que pouco contam com os equipamentos governamentais e que se articulam a partir de seus recursos pessoais.

Por fim, a partir de um olhar sistêmico para a vulnerabilização de João a partir do uso de drogas, pode-se dizer que o uso indevido de substâncias aconteceu devido a múltiplos fatores que se relacionam entre si de modo complexo. A partir da abordagem narrativa de White, compreender a co-construção do sentido e significado trazido pelo adolescente e suas interações com o contexto social é uma das lentes possíveis para a compreensão (White & Epston, 1993).

Diante de casos ou situações-limite e de difícil manejo, faz-se também relevante destacar os fatores protetivos individuais, familiares e/ou comunitários. Segundo Paschoal e Grandesso (2016), esses fatores podem amortecer o peso trazido pelas situações de desproteção social, sendo sua identificação útil para o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento de situações adversas.

Nesse sentido, no âmbito familiar, João reconhece de modos diferentes tanto a Sra. Elô, quanto a Sra. Maria como figuras protetivas, a depender da temática. Assim, no que se refere à recaída no uso de drogas. João reconhece o papel de Elô como central para sua recuperação, uma vez que é essa mãe quem o tira da “bocada” e o incentiva a ter uma vida mais saudável. Já a Sra. Maria é a figura afetiva com quem João pode contar para o acompanhamento nos serviços públicos e de apoio com relação à temática da transfobia.

Como fatores de proteção comunitários e sociais, destacou-se o papel da pesquisa e da pesquisadora na vida de João. Segundo ele, ter um local de escuta respeitosa é um fator preventivo de recaídas no uso de crack e de suporte para seu autoconhecimento. O adolescente, trouxe, ainda, a percepção de piora a partir do distanciamento do contexto da pesquisa “nos dois meses” e de solidão, visto a perda de espaço de fala sobre suas vivências.

Ressalta-se que, nos momentos de solidão e/ou oscilação do humor, João não busca outras instituições públicas especializadas em saúde mental, de modo que frente à situação apresentada, o adolescente não identificou outras redes de apoio que pudessem desempenhar papel protetivo. Observou-se mais uma vez a resistência pela busca de outros equipamentos públicos acompanhada pelo sentimento de vergonha e medo de sofrer humilhação como um dos significados da evitação dos equipamentos.

Já no âmbito individual, percebem-se algumas estratégias, que, embora contraditórias, auxiliam o adolescente a evitar se expor a situações de maior risco. A utilização de drogas, por exemplo, é uma dessas estratégias pois, embora traga danos para o adolescente, também o impede de tentar autoextermínio. O namoro com uma pessoa mais velha, no caso com “F”, também foi visto inicialmente como protetivo, uma vez que houve acolhimento inicial do adolescente. A iniciativa para terminar com o namoro violento e a mudança de território diante da situação de ameaça também podem ser consideradas como medidas tomadas por ele próprio em direção à sua proteção.

Outro fator considerado como protetivo é sua autonomia para realização de atividades do dia a dia e deslocamento para serviços com os quais se sente seguro. Nesse sentido, o adolescente não depende das mães, que não apresentam disponibilidade para levá-lo. A colaboração para participação das atividades referentes ao acompanhamento psicossocial, também foi outro fator protetivo de destaque.

Outro tema que surgiu pela primeira vez foi o histórico de João em tentativas de autoextermínio. A temática apareceu a partir da narrativa sobre o uso de drogas como sendo uma das estratégias utilizadas para não cometer suicídio. O adolescente falou sobre o assunto cabisbaixo, com vergonha e preocupado com a minha reação: “poxa acho que estou te enchendo com as minhas histórias, né?”

Dois fatores me tocaram diante da postura de João um deles a vergonha de mostrar fragilidade diante da vida e o outro, a preocupação de me chatear em função de conteúdos considerados como “tristes”, ou seja, histórias que não são contadas, não faladas ou não permitidas dentro da dinâmica familiar. Percebi, a partir disso, a importância do meu papel enquanto testemunha externa no sentido de dar atenção a essas histórias e validá-las.

Assim, retomando o tema autoextermínio, antes de entrarmos na temática, pensamos juntos sobre as infinitas possibilidades de fragilidade diante da vida e que não são contadas. Estratégias de enfrentamento da dor que são mais reconhecidas socialmente e, contudo, não deixam de mostrar fragilidade, como por exemplo, gastos excessivos, queixas de dores físicas frequentes entre outros.

A partir da percepção pelo adolescente, das estratégias utilizadas pela família para evitação de dor, dentre elas, uso e abuso de substâncias, relatos de dores físicas frequentes e a utilização da metáfora “o cachorro e suas pulgas”, João conseguiu falar sobre o histórico de autoextermínio. Nesse mesmo sentido, metaforicamente falando, o cachorro representou o adolescente e as pulgas seus problemas. As estratégias utilizadas, como, por exemplo, o uso de drogas, representaram os pesticidas utilizados para combater as pulgas.

Diante dessa metáfora, foi perguntado o que ele queria eliminar com o uso de drogas, dentre outros recursos utilizados historicamente, se era o cachorro ou as pulgas. O adolescente, então, lembrou algumas situações, como, por exemplo, os abusos sexuais sofridos, em que

via como importante eliminar o cachorro. Já em outras situações, como a transfobia intrafamiliar, João gostaria de eliminar as pulgas. Percebem-se, assim, estratégias individuais diferentes a partir das situações de violações sofridas e os significados atribuídos a elas.

A frase seguinte utilizada por João, demonstra ainda os poucos recursos individuais e familiares frente a tantas situações de violação de direito “Eu queria eliminar as pulgas, mas tinha hora que eram tantas que qual pesticida dá conta?”. Ressalto, ainda, que o adolescente fez a pergunta de uma forma mais leve e rindo de si a partir da temática apresentada, ocasião pela qual observamos ele, ou seja, o seu humor como sendo um bom pesticida para si também.

Observou-se, a partir do contexto acima, a utilização de metáforas como um bom recurso de “quebra-gelo” para conversas difíceis com adolescentes, sendo possível o favorecimento de sentidos e significados singulares, ou seja, o conhecimento unitário para o adolescente que experienciou a situação. Ressalto, também, a importância do meu papel de testemunha externa para favorecimento dessas conversas externalizadoras que são uma contraprática cultural e de algumas instituições públicas.

A questão da identidade de gênero foi outro tema que pode ser trabalhado a partir das narrativas de abuso sexual e de tentativas de autoextermínio e que, até então, não tinha sido aprofundada. Destaca-se, ainda, que essa foi a primeira vez que João apresentou uma narrativa sobre a dificuldade de aceitação da identidade trans por ele mesmo: “me sentia fora da casinha, não me identificava com o meu corpo e não sabia o que era isso”. Falou, ainda sobre a dificuldade de aceitação por parte da avó: “ela achava que eu estava com demônio e eu me sentia muito mal e culpado”. Anterior a esse momento, percebia-se certa compreensão do adolescente com relação a não-aceitação por Elô.

Com relação a essa temática, fizemos ainda uma linha da vida para destacarmos os momentos principais de identificação com a diversidade sexual. Conforme narrativa do

adolescente e Anexo E, percebe-se que aos 12 anos, João se identifica como uma menina lésbica e que, aos 15, passa a se reconhecer como menino trans: “ser menina lésbica trouxe impacto para minha família, mas até que foi de boa, mas quando eu me descobri trans, aí foi outra coisa... minha avó achava que eu estava possuído por um demônio, me senti muito mal”. Diante da narrativa de João, fica explícita a questão da transfobia intrafamiliar e suas possíveis repercussões “foi muito ruim não ter o apoio da minha vó, porque ela é uma referência para mim”

Conforme estudos apresentados pela literatura, a transfobia intrafamiliar representa um grande impacto para o adolescente, visto que a família é o primeiro local de acolhimento e da qual se espera proteção. A falta de espaço de acolhimento pode intensificar processos depressivos relacionados não só à disforia de gênero, mas também à transfobia social (Bontempo & Mendes, 2020).

Diante da identificação enquanto menina lésbica, a escola foi o primeiro espaço acolhedor: “as pessoas, de forma geral, me respeitavam, tinham bons professores, até namorei com uma menina na época”, Segundo ele, a experiência foi diferente quando passou a se perceber trans: "Aí foram outros quinhentos, não me senti acolhido".

O processo de reconhecimento enquanto um menino trans iniciou-se a partir do encaminhamento do conselho tutelar para o Adolescentro, em função da situação de ofensa sexual sofrida. O Adolescentro, à época, contava com um grupo de adolescentes da diversidade sexual, sendo esse o local de maior reconhecimento de sua identidade trans: “quando vi todos aqueles adolescentes, e trans, pensei, como é bom encontrar outros de mim”.

Nesse sentido, destaca-se a importância não só dos atendimentos individuais pela rede de garantias, mas também, dos grupos como fortalecedores da identidade, instilação de esperança e de aumento da rede de Apoio. Para White (2007), as pessoas que compõem o

grupo, funcionam ainda como testemunhas externas de histórias muitas vezes não contadas indo ao encontro do conceito de agência pessoal utilizado por esse mesmo autor, ao se referir à valorização da pessoa como protagonista da própria história.

O adolescente apresenta, ainda, gratidão, com relação ao acompanhamento pelo adolescente “eles foram tudo para mim, foi lá que eu me encontrei e fui muito respeitado”. Anteriormente ao adolescente, João sentia-se culpado por não se encaixar nos padrões heteronormativos da mãe Elô, muito influenciados por discursos dominantes religiosos “ela achava que eu tinha de buscar a igreja para me curar”.

Diante do discurso religioso, trabalhou-se com a metáfora dos especialistas nos assuntos e/ou alguns temas familiares, para identificarmos o especialista na temática da diversidade sexual em sua família. A partir dessa metáfora, João percebeu que apesar da mãe Elô ter muitas vivências e ser uma referência de vínculo, ela é pouco entendida nos assuntos relacionados à diversidade sexual, em razão de sua história de vida e por não ser público da diversidade.

Pode-se dizer, ainda, que a pergunta da agência pessoal sobre o especialista na temática da diversidade, contribuiu para o empoderamento de João, tanto em relação a sua mãe Elô quanto para a pesquisa, uma vez que era ele o especialista no assunto também em sua relação comigo. Percebi que João ficou enaltecido por ser considerado especialista em uma temática, em especial, por conta de sua longa história de vulnerabilidade social e descrença em relação a ele.

A partir desse ponto, houve também a reconsideração da narrativa de vinculação com a mãe Elô, na qual destacam significados diferentes a depender do momento da pesquisa. Enquanto no primeiro momento da pesquisa, a narrativa sobre a avó aparece repleta de momentos positivos e sem violações, em um segundo momento, começam a aparecer narrativas sobre as dificuldades no relacionamento com ela, sobretudo com a temática da diversidade

sexual. Por fim, neste terceiro momento, inicialmente a Sra. Maria aparece como negligente e violadora dos direitos de João, por não respeitar sua identidade trans, ressignificada pelo próprio adolescente, que a considera como ignorante no assunto.

Ressalta-se que foi também com o encaminhamento para o Adolescente e outros órgãos da Rede de Garantias que João e a mãe Maria passaram a estreitar os vínculos entre eles, sendo a primeira vez que a mãe aparece nas narrativas de João desempenhando função protetiva e de afeto. João narrou, emocionado, a trajetória entre eles pelos serviços de proteção, reforçando também que foi ela quem percebeu pela primeira vez suas escarificações e que motivou as denúncias de abuso sexual.

A partir do exposto, pode-se dizer que a lembrança do papel da mãe Maria, trouxe a ampliação da narrativa de João, com relação ao relacionamento entre eles. Percebi que a partir dessa lembrança, a mãe foi incluída novamente no clube da vida de João, ou seja, em sua rede pessoal. Utilizamos, ainda, a metáfora do copo meio cheio e meio vazio para dar nome a esse processo experienciado pelo adolescente, no qual metaforicamente falando, não é possível mudar o nível da água no copo, mas é possível olhar de um modo diferente para relação entre a água e o observador.

Outro tema trazido pelo adolescente a partir da lembrança das mães foram as violências transgeracionais sofridas por elas, em especial pela mãe Elô. Conforme expressado pelo adolescente: “minha mãe comeu o pão que o diabo amassou com a mãe dela”, Sra. Elô sofreu violência física e psicológica por parte de sua mãe, havendo ainda relato de abuso sexual por parte de um irmão. O adolescente descreveu os castigos sofridos por essa mãe bastante emocionado e expressando raiva.

Segundo o adolescente, a avó consegue expressar parte das violências físicas, mas a situação de abuso é narrada por outros membros da família. Nesse momento, percebeu-se a

empatia de João com a história da avó, acrescentando que ela também era usuária de outras drogas: “deve ser por isso que ela usava droga também”.

A mãe Maria também foi a primeira filha da Sra. Elô, cujo companheiro, ela também conheceu na “bocada”. A partir da frase: “o pai da minha mãe só fez, não criou”, percebemos repetições desses padrões familiares. Ambas as mães, Sra. Maria e Sra. Elô tiveram o primeiro filho de companheiros usuários de droga e que pouco ajudaram ou participaram da parentalidade. Contudo, diferentemente de Elô, Maria teve apoio de sua mãe junto com João.

Diante do trabalho com as violações de direitos transgeracionais, João se deu conta de que as mães também sofreram violência psicológica: “como pode você sofrer abuso sexual e isso não ser violência psicológica também?”. A partir das narrativas das histórias transgeracionais, o adolescente percebeu o quanto a violação psicológica encontra-se presente nos dias atuais, embora dificilmente seja percebida.

Ao falar sobre as violências psicológicas, o adolescente destacou: “dói tanto ou mais que agressão física”, referindo-se a alguns sofrimentos na sua relação com a Sra. Elo no dia a dia. Outra frase referente à ampliação de sua narrativa de história de vida foi “se você não ficar ligado, vai sofrendo violência e nem percebe”. Percebi que João ficou emocionado por se dar conta de que também sofre violência psicológica intrafamiliar e que isso, de alguma forma, foi transmitido através das gerações.

Um dos exemplos citados foram as ordens da Sra. Elô para o adolescente com relação a arrumação da casa. João não gosta da expressão: “estou te mandando arrumar...”, uma vez que remete a violências passadas e por acreditar que sua relação com a Sra. Elô é de cooperação e não de uso da força. Ele também diz não gostar das ameaças que vai apanhar, pois, apesar de saber que a mãe não faria isso, também se lembra de violências passadas que lhe trazem vergonha e humilhação.

A partir do genograma, o adolescente reconheceu, portanto, que o vocabulário de Elô é fruto de suas relações passadas e que ela o tem educado, a partir do que viveu. Percebi o adolescente aliviado, mas também, mais observador com relação a essas ameaças que ele gostou de nomear, pois: “dar nome me ajuda a saber o que está rolando, né?”

Essa frase foi muito representativa, em especial porque, por vezes, utilizamos, enquanto profissionais, nomenclaturas técnicas, mas que não fazem sentido para aqueles com quem nós falamos. Aproximar a linguagem entre profissionais e usuários do serviço é um dos grandes desafios do serviço público que busca maior acolhida, como é o caso da política pública de Assistência Social.

Por fim, o momento 03 se encerrou com a linha da vida no CREAS da Diversidade, (Anexo F), que demonstrou os principais momentos vivenciados por João no serviço. A partir da narrativa do adolescente, destaco três momentos apresentados por ele, sendo o momento 01 o primeiro acolhimento no serviço, que ocorreu logo após a denúncia da situação de abuso sexual e da identificação do adolescente como sendo público da diversidade sexual. O acolhimento no momento 01, conforme falado anteriormente, foi realizado por outro psicólogo com o qual João se identificou, contudo logo em seguida, sentiu-se abandonado. João caracterizou o momento com o título de *Acolhimento e Abandono*, apresentando como expectativa: encontrar outras pessoas trans o que foi traduzido pela frase: “gostaria de achar mais de mim aqui”.

Conforme falado também anteriormente, a situação apresentada por João representou uma violação de direito, uma vez que a acolhida aconteceu, mas a partir da transferência do profissional para outra unidade não houve continuidade no acompanhamento. Pensando que a pesquisa é uma forma também de melhoria de práticas no serviço, fica evidente que uma boa

comunicação entre servidores e destes com os beneficiários é imprescindível, em especial, nos casos de transferências de servidores para outras unidades.

Uma das sugestões, são reuniões de estudos de caso periódicas, bem como preparação gradativa da transferência de caso entre profissionais, quando for o caso. Assim, como se sugere o uso de conversas de andaime para narrativas mais delicadas, sugiro também, ingressos gradativos dos profissionais durante trocas de caso, com vistas a minimizar os impactos da retirada.

O segundo momento caracterizado pelo adolescente foi o início do nosso acompanhamento, intitulado pelo adolescente como *Avanço*. Nesse sentido, o adolescente considerou como positiva a participação na pesquisa e seu acompanhamento sistemático pelo serviço. João falou desse momento bem empolgado, dizendo que era difícil fazer um resumo sobre o tanto que ele tinha avançado em seu autoconhecimento, reconhecimento dos seus limites, identificação e ressignificação de situações violadoras de direito e elaboração de novas estratégias.

Uma das novas estratégias pensadas pelo adolescente consiste no estreitamento da comunicação intrafamiliar, com o objetivo de maior partilha de sentimentos e percepções. A retomada do acompanhamento no ambulatório trans também surgiu como outra estratégia para cuidados com a sua saúde integral e ampliação de sua rede pessoal, assim como a busca pelo candomblé como uma religião com a qual ele tem maior afinidade.

#### **3.2.4. Síntese dos Resultados**

Categoria: Violação de direito intrafamiliar

Negligência, violência psicológica, ofensa sexual e ameaça de morte

**Tabela 1.** Desenvolvimento das conversas de andaime nos três momentos

Temas	Momento 1: Início do Acompanhamento	Momento 2: Construção de Vínculo	Momento 3: Etapa Final da Pesquisa
Abandono pelo genitor Agente violador: genitor	“Não tenho pai” “Meu pai só me fez”	“Cresci em uma bocada, não tenho notícias do meu pai”	“A última vez que vi meu pai, ele me deu moedas e sumiu, engraçado ele tinha esse hábito de passar no portão lá de casa e me dá moeda”
Abandono da genitora Agente violador: Genitora Maria	“Minha mãe de verdade é minha avó” “A Maria nunca cuidou de mim”	“Minha mãe Maria que percebeu que eu me cortava e me levou no conselho tutelar”  “Minha mãe Maria quem me acompanha nos serviços”	“É muito bom ter duas mães”  “Minha mãe Maria entende minha identidade de gênero, é bom contar com ela”
Ausência de liberdade de expressão e identidade de gênero. Agente violador: Mãe Elô	“Ela não me chama pelo meu nome, mas está tudo bem, ela é a minha mãe”	“Ela falou que eu tinha de ir para igreja, pois estava com demônio. Fiquei bem triste. Pô será tem algo errado comigo?”	“Com relação a orientação sexual minha família foi até de boa, mas com relação ao eu ser trans, foi muito diferente”  Utilização da metáfora especialistas no tema  “Não era negligência era desinformação””.
Ofensa sexual – Agente violador: Tio	“É um assunto que eu não gosto de lembrar”	Narrativa por meio da utilização de <i>metáforas, em que o disco representa a vida dele e as faixas musicais, trechos da vida.</i>  “Não gosto desta parte da música, queria que ela sáisse do meu disco”	“Se eu encontrar ele, eu mato”  “Finalmente ele foi preso, depois de 05 anos, estou muito feliz”  “Ele me ameaçava se eu contasse o que acontecia”

Violência psicológica a partir da ofensa sexual Agente violador: Avó	Não houve fala sobre o tema	Narrativa do adolescente por meio de <i>metáfora</i> do disco: “Minha avó ficou duvidando de mim e me perguntando porque eu demorei tanto pra falar”  Narrativa: “Tudo é sobre o joelho dela, não dá conta de me ouvir”.  “Eles falam do S como se eu não estivesse presente”  “Sexualidade é um tabu na minha família”	“Minha mãe foi a primeira a acreditar em mim, isso nos aproximou”  “Acho que sofri violência psicológica da minha mãe Elô”  “Me cortava por conta das situações de abuso sexual, parei de me cortar depois da denúncia”  “Ninguém acreditava em mim, por isso fui para acolhimento institucional”
Utilização de drogas pelos membros da família junto com o adolescente Agente violador: família	Não apareceu esse tema inicialmente	“Quando nós bebemos ou fumamos é quando conseguimos conversar entre homens”	“Tá ligado, para quem sabe ler um ponto é uma letra”

Categoria: Violação de direito extrafamiliar

Violação de direito: Negligência e Violência psicológica

Agente violador: Política de Assistência Social - CREAS da Diversidade

Tema	Início do Acompanhamento	Construção de Vínculo	Etapa final da pesquisa
------	--------------------------	-----------------------	-------------------------

Identificação do prontuário divergente do nome social adotado	“Eita o nome no meu prontuário estava com meu outro nome”	“Você não irá me abandonar após a pesquisa, né?”	“Fui acolhido e abandonado pelo serviço”
Ausência de evolução sobre os atendimentos realizados;	“Conversamos sobre isso com outro profissional”	Fortalecimento vínculo com pesquisadora.	“Tentei contato com o outro profissional, contudo não tive resposta”
Ausência de informação para família sobre repasse do caso	“Que bom que nós insistimos, achei que tivessem desistido”		“Ainda bem que insistimos”

Agente violador: Política de Assistência Social - Acolhimento institucional

Tema	Início do Acompanhamento	Construção de Vínculo	Etapa Final da Pesquisa
Uso de drogas e violência psicológica	Não houve fala sobre equipamento	Não houve fala sobre este equipamento	“Você sabe como é né? Lá rola de tudo” Referindo-se ao uso de drogas

Agente violador: Política de Saúde - CAPs III

Tema	Início do Acompanhamento	Construção de Vínculo	Etapa Final da Pesquisa
Ausência de vinculação		“A psiquiatra de lá só quer me medicar” “Eles não me escutam”	

Agente violador: Política de Educação - Escola

Tema	Início do Acompanhamento	Construção de Vínculo	Etapa Final da Pesquisa
Transfobia		“Quando eu era lésbica estava tudo bem, até namorei com uma menina da escola, mas quando me identifiquei	“Não tenho interesse de voltar para escola, a minha outra era mais acolhedora”

enquanto trans, foram outros quinhentos”

Agente violador: Política de Justiça

Tema	Início do Acompanhamento	Construção de Vínculo	Etapa Final da Pesquisa
Violência na comunidade	“Bala perdida encontra sempre a pele negra” - Fala em referência ao assassinato de uma tia, vítima de bala perdida	“Para quem sabe ler um ponto é uma letra” - Fala em referência à situação de ofensa sexual e a ineficiência da justiça em decretar a prisão.	“Não acredito na justiça, poxa demoraram 05 anos para prender o S” - Fala em referência à prisão do ofensor sexual  “Justiça não chega” - Fala em referência a situação de cárcere privado

Violação de direito: violência física, cárcere privado e ameaça de morte

Tema	Início do Acompanhamento	Construção de Vínculo	Etapa Final da Pesquisa
Violência psicológica no namoro Agente violador: “F”	João não estava namorando com “F”	João não estava namorando com “F”	Utilização da metáfora do semáforo, onde cada cor do semáforo de trânsito representa a gravidade atribuída pelo adolescente à relação.  “percebi que o sinal ficou amarelo quando ele gritou comigo, achei que fosse melhorar, mas não melhorou”
Violência física no namoro e ameaça de morte Agente violador: “F”	João não estava namorando com “F”	João não estava namorando com “F”	“A máscara caiu” - narrativa em alusão a primeira agressão física
Ameaça de morte Agente violador: “F”	João não estava namorando com “F”	João não estava namorando com “F”	“Ele me sequestrou”

### **3.3. Caso 2: Júlia e Sua Família**

Júlia é a filha caçula de quatro irmãos e filha de Maria. Ingressou no CREAS da Diversidade com 14 anos. A adolescente apresenta ensino médio incompleto e renda familiar de 01 salário-mínimo por núcleo familiar. Compõem o núcleo familiar de Júlia sua mãe Maria e sua irmã Ana. O acolhimento familiar no serviço deu-se mediante solicitação do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do DF (IGESDF). Dentre as violações de direito apresentadas, constava o não reconhecimento da identidade trans da adolescente pelos familiares, em especial por sua mãe e sua irmã, transfobia intrafamiliar e abuso sexual intrafamiliar. Trata-se de família com histórico de acompanhamento pela Assistência Social por meio dos equipamentos CRAS e Unidade de Acolhimento Institucional.

#### **3.3.1. Momento 1: Primeiros Atendimentos**

Júlia deu início ao seu acompanhamento no CREAS, em 01/2020, a partir do encaminhamento pelo IGESDF, logo após passar por uma internação psiquiátrica compulsória em um dos hospitais do Distrito Federal. A internação se deu em razão de tentativa de autoextermínio da adolescente. No encaminhamento constavam diversas situações de violação de direito, dentre elas: transfobia intra e extrafamiliar, abuso sexual intrafamiliar e conflito familiar.

O acolhimento familiar ocorreu inicialmente com a presença da adolescente e de sua mãe Maria e teve por objetivo, em um primeiro momento, a apresentação do CREAS da Diversidade, breve conhecimento histórico familiar e identificação das necessidades socioassistenciais emergenciais. Após acolhimento familiar, seguiu-se com escuta à adolescente, com o objetivo de conhecer sua percepção sobre a história de vida familiar.

Percebi que a realidade experienciada pela família de Júlia se aproxima da realidade de parcela significativa das famílias brasileiras, as quais são chefiadas por mulheres que se responsabilizam por todo cuidado parental: laços de afetividade, educação dos filhos, acompanhamento nas políticas públicas, entre outras atividades (Figueiredo, 2013). Pode-se dizer que são mulheres que enfrentam sobrecarga por terem de conduzir sozinhas a função de parentalidade com outras funções, como por exemplo, a de prover financeiramente à família. Maria reconhece essa sobrecarga e diz sentir-se com esgotamento mental frente ao problema dos filhos, ressaltando para isso sua história de vida.

Com relação ao breve histórico familiar, a partir da narrativa de Júlia, observei que se trata de família com múltiplas violações de direito transgeracionais, sendo a Sra. Maria vítima de violência psicológica e física realizadas principalmente por sua mãe. Outro fator agravante na história de vida familiar de Maria foram as situações de exploração sexual vivenciadas por ela durante o início de sua adolescência, das quais resultou a gravidez de seu filho mais velho. Em razão da gravidez, Maria foi expulsa de sua casa por sua mãe quando tinha 13 anos de idade, buscando o Distrito Federal como novo território de pertencimento e de melhoria de vida. Por não conhecer ninguém, ficou inicialmente em situação de rua e posteriormente encaminhada para unidade de acolhimento institucional, onde passou por outras situações de violência psicológica. Sra. Maria narrou esse trecho da história de vida com muita emoção.

Observei por meio de sua história de vida que Maria demonstrava uma grande necessidade de fala acompanhada por pouca disponibilidade de trocas com a filha. Júlia embora não falasse verbalmente, gesticulava a cabeça, cabisbaixa em sinal de concordância com as falas da mãe, mostrando-se por vezes empática com o sofrimento de Maria.

Percebi, ainda, a partir da narrativa da genitora, que falar sobre trechos de sua história de vida era uma forma tanto de rememorar experiências tristes do passado, quanto também de

buscar autoafirmação no presente. Assim, embora a genitora estivesse se sentindo fracassada e cansada, sabia que era possível superar esses sentimentos, pois já tinha vivenciado muitas situações parecidas. Isso foi percebido diante de narrativas posteriores às falas do histórico de violência e que destacavam o quanto ela teve de dar conta de si sozinha.

Além da lembrança do passado, percebi que, ao contar sua história, ela também buscava se desculpabilizar pelas situações de vulnerabilidade referentes à filha: “não sei mais o que faço, faço de tudo e eles não valorizam (...) Não entendo porque Júlia faz isso [em menção à tentativa de suicídio]”. Diante das falas, percebi ainda o desejo de que a filha também fosse resiliente, como ela foi: “Na minha época não tinha ninguém para me ajudar, tive de me virar sozinha e consegui. Olha só a Júlia, tem tudo...”.

Por fim, considerei que as narrativas de trecho de vida contados por Maria eram endereçadas para a filha, no sentido de ela buscar superação das adversidades. Ao mesmo tempo as falas também eram endereçadas ao CREAS da Diversidade, no sentido de sermos empáticos com sua história. Nas narrativas finais, Maria ressaltou ainda, descontentamento com os serviços que a fazem se sentir negligente e não conhecem sua história: "ninguém me chama para dar nada é só pagamento de sapo". Percebo, na minha prática, que ainda é comum alguns atendimentos nas Políticas Públicas buscarem por uma causalidade linear em detrimento de explicações sistêmica dos fenômenos. A atribuição de relações lineares de causa e efeito ou explicações simplistas que não consideram a história de vida do usuário podem gerar sentimentos de culpa, em especial, em mulheres que vivem configurações familiares monoparentais com pouca ou nenhuma existência da parentalidade ativa paterna.

Neste mesmo sentido, Zanello (2018) chama atenção para adoção de perspectiva de gênero nos atendimentos e serviços públicos, com vistas a reconsiderar terminologias e posturas reducionistas, que pouco abarcam a complexidade familiar e do Estado, que por vezes,

não supre as condições mínimas. White e Epton (1993), por sua vez, pregam o cuidado com saberes científicos que ignoram a dinâmica de vida familiar e que acabam culpando a família pelas situações de vulnerabilidade, não considerando contextos macro.

Importante destacar que, durante todo o primeiro momento do acolhimento familiar, Maria pouco deixava Júlia falar. Júlia, por sua vez, não mantinha contato visual com a mãe ou comigo, de modo que a acolher individualmente era uma forma também de dar-lhe atenção e conforto para falar. Assim, o segundo momento do acolhimento familiar teve por objetivo escutá-la de modo individualizado, com intuito de deixá-la mais à vontade para conhecer sua história de vida e percepção sobre o serviço.

A partir do segundo momento do acolhimento, Júlia relatou ser a filha mais nova de Maria e não ter vínculos familiares com o genitor. Diante da ausência do pai, mãe e filha sempre moraram juntas, com exceção de um episódio recente de acolhimento institucional solicitado pela mãe sem a conviência da filha. O acolhimento foi pedido pela mãe em razão de um episódio de raiva da filha, que culminou com a quebra de alguns objetos da casa. Júlia narrou esse fato de cabeça baixa, dizendo ainda que isso não é justificativa para retirá-la de sua casa, percebendo o fato como uma punição e um abandono, não como proteção.

Júlia contou ainda que foi a partir do acolhimento institucional que ela se percebeu enquanto adolescente trans, pois havia outra adolescente trans no serviço que a ajudou no processo de identificação de sua incongruência de gênero. Conhecer outra pessoa trans ajudou-a a dar nome para o que sentia e a direcionar suas ações para o processo de transição. Ressalta-se que antes de se identificar como trans, Júlia considerava-se como sendo um menino gay.

Embora seu processo de identificação enquanto uma menina trans tenha acontecido no acolhimento institucional, a adolescente informou não ter gostado da experiência de ser acolhida, não vendo a medida como protetiva. A forma como se deu o encaminhamento foi de

encontro à construção conjunta de projeto de vida para adolescentes descrita no ECA (Brasil, 1990), e foi percebido como vergonhoso e humilhante para Júlia.

Acrescento a esses fatores que a sua privacidade, o respeito aos seus bens materiais e o respeito com relação à sua diversidade sexual por parte dos outros acolhidos ficaram comprometidos, conforme fala da própria adolescente. Outra situação exposta como não protetiva, refere-se ao uso indevido de drogas pelos adolescentes da unidade e a realização de pequenos furtos. Ressalta-se que em uma das situações de furto, a adolescente participou e foi pega. Esse fato culminou com o cumprimento de medida socioeducativa.

Uso de substâncias em acolhimento institucional, falta de privacidade e dificuldades em ações voltadas para reintegração familiar são situações descritas em outros estudos da literatura como fazendo parte da realidade de acolhimento institucional no Distrito Federal (Carvalho, 2015). Nesse sentido, a medida de acolhimento pode se mostrar como desprotetiva, derrubando a falsa ideia tida por algumas pessoas e profissionais de que a instituição de acolhimento é sempre a melhor alternativa para adolescentes vítimas de violações intrafamiliares (Passos & Silva, 2017).

A partir da narrativa de Júlia, compreendi o distanciamento entre a previsão de proteção integral no serviço de acolhimento institucional disposta na tipificação do serviço socioassistenciais (Brasil, 2004) e sua prática. Assim, embora conste nas normativas que versam sobre a proteção integral, a garantia de espaços de convivência respeitosos bem como a acolhida voltada para a identidade e individualidade do adolescente, observou-se, no caso de Júlia, diversas falhas.

Ressalta-se que a adolescente permaneceu em acolhimento institucional por aproximadamente 02 meses, retornando para casa logo em seguida. Com o retorno para casa, a temática da sua identidade de gênero passou a emergir como um ponto de conflito entre os

familiares. Segundo Júlia, tanto a genitora quanto sua irmã Ana não a reconhecem enquanto “mulher de verdade”, o que lhe gera sofrimento. Foi a partir da frase “minha mãe não me chama pelo nome que eu gostaria e não permite que eu saia na rua com vestimentas femininas” que compreendi o quanto a violência psicológica estava presente diariamente na vida de Júlia, embora ela não desse esse nome ao incômodo percebido.

A importância de as equipes de acolhimento estarem articuladas com a rede de garantia de direitos e a família é um dos fatores relevantes para o processo de reintegração familiar (Passos & Silva, 2017). Identifica-se, assim, que a articulação entre rede de apoio e família é um dos fatores protetivos para se evitar reincidência no acolhimento institucional.

Diante do exposto, percebi ainda que a transfobia familiar se apresenta como um fator de risco duplo para a adolescente, somando-se a violência psicológica perpetrada, o agente da violação, que nesse caso, é sua família: “Me chamarem de travesti dói, mas ouvir isso da família, ninguém quer...”. Essa narrativa deixa claro que é no contexto da família que a transfobia é mais difícil de lidar.

Nesse sentido, assim como no caso de João, observa-se que Júlia também espera da família o apoio para sua diversidade sexual. Conforme falado anteriormente, a literatura aponta a família como sendo uma das primeiras e principais agentes violadoras do direito de pessoas trans (Bontempo & Mendes, 2020), nem sempre mostrando sua função protetiva.

Assim, apesar das famílias contemporâneas sofrerem novas mudanças nos arranjos e nas relações familiares, é dela que ainda se espera a função de proteção e acolhimento. Ressalta-se, ainda, que a narrativa de Júlia encontra consonância com narrativas das políticas sociais que consideram também a família como um dos principais lócus de proteção e investimento social, como por exemplo a Constituição Federal (Brasil, 1988) e a PNAS (2004).

Outros conflitos familiares também apareceram na fala inicial de Júlia, como, por exemplo, dificuldades em lidar com o irmão que está internado em clínica de desintoxicação de drogas. Conforme relato da adolescente, foi este o irmão que cometeu a ofensa sexual contra ela, mas ela não gostaria de falar sobre isso, nesse momento. Percebeu-se, assim, necessidade de conversas de andaime (White, 2007) que se iniciassem por temáticas mais brandas do ponto de vista de Júlia.

A transfobia extrafamiliar e o afastamento do contexto escolar também apareceram como tema. Segundo a adolescente sua saída da escola ocorreu por *bullying*, em especial, por parte de alguns alunos. As situações variaram desde o desrespeito ao seu nome social a outros tipos de violações psicológicas que desrespeitavam sua identidade de gênero. Apesar de Júlia não ter citado exemplos específicos, foi trazido por ela que o acúmulo dessas violências a levou a agredir outra aluna, o que levou a sua expulsão da escola.

Júlia narrou, ainda, chateação com relação a sua expulsão da escola. Segundo ela, a equipe escolar nada fez com relação às situações de transfobia experienciada por ela. Isso fez com ela se sentisse preterida em relação à adolescente que vinha tendo comportamentos transfóbicos e que não teve a mesma penalidade. O fato trouxe-lhe desânimo e receio de frequentar outra escola e ter de passar por essas situações novamente.

O caso de Júlia mostra como situações de bullying contra pessoas trans no contexto escolar e a falta de apoio de professores e educadores podem tornar o espaço escolar aversivo, levando ao abandono escolar. A saída do contexto escolar, por sua vez, reduz as possibilidades de ascensão social dessas pessoas (Oliveira & Porto, 2016), dificultando sua inserção no mundo do trabalho e facilitando seu ingresso no mundo da prostituição. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 90% dos transexuais já se prostituíram (Bontempo & Mendes, 2020).

Em função da disforia de gênero percebida e das situações de bullying sofridas, Júlia trouxe como uma das expectativas para o serviço a aquisição de hormônios femininos para inicialização do processo de redesignação sexual. Conforme adolescente, sua voz é um dos fatores que mais incomoda: “tenho medo de que não me achem mulher por conta da minha voz que é um pouco masculina, acho que o hormônio resolveria isso”. Inferi a partir da narrativa da adolescente e do contexto de sua história de vida, que a utilização de hormônios ajudaria não só na questão da voz, mas também em questões de segurança pessoal, ou seja, não ser identificada como pessoa trans.

Lembro aqui que o medo de ser identificada como pessoa trans também apareceu nas falas do adolescente João, assim como o uso de hormônios sem prescrição. Júlia, contudo, pareceu-me mais preocupada com relação a sua segurança do que João. É difícil associar de modo linear uma situação complexa do comportamento humano, mas uma das hipóteses para Júlia insistir mais com relação ao hormônio é a agressão já sofrida por ser trans.

A preocupação de Júlia não ser identificada como pessoa trans encontra consonância com os estudos da literatura e que indicam o Brasil como sendo o país em que mais se mata pessoas que fazem parte do grupo da diversidade sexual, em especial, pessoas trans (Balzer & Dutta, 2012). Outro aspecto preocupante é a baixa expectativa de vida dessas pessoas, que apresenta uma média de 35 anos de idade em comparação com a média da população geral, que é de 75 anos de idade (Acontece et al., 2023). Os dados chamam a atenção para a necessidade de políticas públicas mais assertivas voltadas para a segurança do público trans, bem como pela qualidade de vida experienciada por essas pessoas que temem diariamente sua segurança.

Ressalta-se que, apesar de representar riscos para saúde, como, por exemplo o desenvolvimento de trombose, a utilização de hormônios sem acompanhamento é uma prática

comum entre adolescentes trans como uma forma de iniciar o processo chamado por alguns de “transexualizador” (Bontempo & Mendes, 2020). O uso de hormônios sem receita, também foi utilizado por Júlia, sendo, contudo, relatado só ao final do primeiro momento da pesquisa, assim como aconteceu também com João reforçando o apresentado pela literatura.

Por fim, a partir da solicitação de hormônios, a adolescente foi esclarecida de que o processo de hormonização acontece mediante acompanhamento da Política de Saúde. Em contrapartida ao interesse da adolescente de iniciar o processo, teve-se negativa expressa da mãe. Após resposta direta da mãe com relação ao uso de hormônios, percebi novamente, desconforto de Júlia com relação ao atendimento em conjunto.

Lembro que no caso de João isso não ocorreu. O adolescente teve um atendimento familiar com a mãe que se mostrou ciente e conivente com o uso de hormônios por parte do filho mesmo sem prescrição médica. Percebe-se assim, distinção entre a condução da adolescência trans entre os dois casos.

Outra expectativa relatada pela adolescente foi a necessidade de se conhecer melhor enquanto adolescente trans e a melhoria no relacionamento dela com a família. Ressalto que essas expectativas vão ao encontro do previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009), que prevê a segurança de desenvolvimento de autonomia individual, familiar e social.

O atendimento subsequente ao acolhimento coincidiu com o evento da visibilidade trans realizado no CREAS da Diversidade. Em função do evento, a genitora de Júlia permitiu que ela viesse um pouco mais feminina para o serviço e participasse das oficinas. Percebi, ainda que evento marcou Júlia de diversas formas, pois foi a primeira vez que ela esmalto suas unhas na frente da mãe, pôde escolher roupas comumente utilizadas por mulheres, em nossa cultura, e acessórios de modo livre, ou seja, sem a intervenção e proibição da genitora.

Encontrar outras mulheres trans no serviço, vestidas conforme sua identidade de gênero, reverberou positivamente em Júlia, que não tem nenhum contato ou amizade com outras mulheres trans. Segundo a adolescente, o encontro também foi positivo, em função da identidade grupal e do compartilhamento da história de vida entre elas. Destaco ainda uma das narrativas elaboradas com base nesse encontro: “Nem acredito que encontrei outras iguais a mim, é bom que minha mãe vê que isso é normal”. Lembro, aqui, que este era o desejo inicial também de João, ou seja, encontrar outras pessoas iguais a ele.

A narrativa de Júlia evidencia, mais uma vez, a sua vontade de a genitora reconhecê-la enquanto uma "pessoa normal", ainda que esse reconhecimento seja por meio de outras mulheres trans. Outra evidência percebida por meio dessa narrativa é o distanciamento existente entre as narrativas atuais da Justiça e da Saúde, que despatologizam as identidades trans, e as vivências do dia a dia das famílias. Neste estudo de caso, esse distanciamento fica evidente sendo confirmado pela fala da participante Júlia.

Após o evento coletivo em prol da visibilidade trans, observei Júlia animada com os atendimentos subsequentes e com interesse em narrar sobre seu processo de identificação enquanto menina trans. No entanto, ela mantinha uma postura cabisbaixa para falar sobre isso, de modo que iniciamos o processo de contar sobre sua história de vida a partir da utilização de recursos favorecedores da fala, como, por exemplo, desenhos.

Um dos primeiros desenhos realizados por Júlia foi a projeção de sua autoimagem desejável, com o objetivo de conhecer e identificar elementos que são importantes para ela em termos de congruência com sua identidade de gênero. Percebi a alegria de Júlia ao realizar o desenho apesar da vergonha de me mostrá-lo. Isso porque falar sobre o desenho era uma forma de falar sobre si para alguém com quem ela não tinha vinculação.

Conforme desenho realizado pela adolescente, observei a projeção de sua autoimagem com algumas vestimentas e acessórios mais utilizados pela identidade feminina, como por exemplo, bota com saltos, brincos, bolsa entre outros. Um dos destaques dado pela própria adolescente foi o cabelo, pelo qual, segundo ela, era sempre cortado. Júlia relatou com muita tristeza essa parte do desenho, narrando “sempre quis ter o cabelo comprido, mas minha mãe só cortava Joãozinho, "lembro que eu chorava muito para cortar o cabelo (...)", “eu sempre admirava o cabelo das minhas amigas, mas sabia que não podia ter igual”.

Ressalta-se que, nestes primeiros encontros com Júlia, a adolescente apareceu no CREAS com os cabelos curtos e ainda com vestimentas consideradas masculinas. A imagem supostamente masculina estava relacionada, ainda, às regras de sua mãe. A adolescente informou, ainda, o quão era delicado fazer uso de transporte público e alguém não a reconhecer enquanto menina. A crença apresentada encontrava, ainda, reforço na fala da mãe que temia pela segurança da filha.

Identifiquei aqui outra diferença com relação ao caso de João. Nesse caso, o adolescente não tinha dificuldades de usar transportes públicos e nem relatou episódios de transfobia relacionados à sua condução. A diferença entre os casos sugere ser mais difícil ser menina trans do que homem trans, de modo que possivelmente seja mais tolerado uma mulher com aparência masculina do que o contrário.

A partir do exposto, percebi que a mãe tinha preocupação com a segurança da filha e que havia múltiplos motivos para que Maria não quisesse o processo transexualizador de Júlia. Percebe-se, nesse sentido, o fenômeno da não-aceitação da mãe com relação à identidade trans de Júlia como complexo.

Ao longo do primeiro momento com a adolescente, outra temática que apareceu foram os constantes conflitos entre ela e a mãe, os quais se relacionavam a fatores diversos: tratamento

diferenciado entre os irmãos, falta de correspondência afetiva da mãe, ausência de rotina entre elas e oscilação de humor entre mãe e filha. Júlia narrou com bastante emoção a percepção de tratamento diferenciado, informando que no passado os irmãos agrediam a mãe e que nada acontecia com eles. Diferentemente, com ela, um dos episódios de agressão culminou na solicitação de seu acolhimento institucional.

Informa-se que neste período da pesquisa estávamos vivendo a pandemia COVID-19 que conforme já exposto no caso de João, trouxe fechamento de alguns serviços públicos, orientação de isolamento social entre outros que provocaram mudanças nas rotinas e relações familiares (Theodoro, 2020). Pode-se dizer, então, que a pandemia trouxe impactos também para a família de Júlia, a qual percebeu as relações familiares mais inflamadas entre elas.

Ressalta-se que Júlia foi a única filha institucionalizada e que o fato lhe traz vergonha, humilhação e percepção de menos valia quanto à relação com a mãe. A adolescente relatou ainda ser muito carinhosa com a mãe. Contudo, não vê contrapartida da genitora. Diante da dificuldade de contato visual entre Júlia e mim, essa narrativa foi trabalhada com a adolescente segurando uma massinha que apertava fortemente enquanto falava sobre a mãe “Ela não gosta de mim, não sei porque...”.

Percebi, a partir da frase exposta por Júlia, que as expectativas da adolescente com relação à mãe iam para além da aceitação de sua diversidade sexual. Ser amada pela mãe na condição de filha era algo imprescindível, porém não percebido. Percebi, ainda, a idealização de Júlia com relação à expressão de amor pela mãe, sendo o carinho e a tolerância aos seus erros vistos como uma das formas dessa expressão.

Segundo a adolescente, outro fator que dificulta a relação entre ambas é a oscilação no humor de ambas, relacionada à inconstância na tomada de medicação controlada. Tanto Júlia quanto Maria fazem uso de medicação e realizam acompanhamento nos serviços de saúde.

Júlia, contudo, mostra-se resistente a ir ao CAPSI pois não vê resultados concretos com o uso de medicamentos. Para ela, o CAPSI é voltado para o aspecto medicamentoso e existem poucos encontros com outras profissionais, como, por exemplo, psicóloga. Assim, embora a adolescente não tenha falado, fica claro que uma das expectativas com relação aos serviços de saúde seriam encontros mais periódicos e regulares com outros profissionais além do psiquiatra, bem como espaço para escuta e construção de novos vínculos.

Júlia também relata episódios de surtos de descontrole que culminam na agressão física e verbal à sua mãe. Ressalto que a adolescente caracterizou esses episódios como acúmulo de raiva. Além do esquecimento da medicação, a maior proximidade das relações intrafamiliares, em virtude da pandemia, foi outro fator que favoreceu os conflitos familiares.

Segundo a adolescente, com o fechamento das escolas e de algumas outras instituições, a genitora passou a cobrá-la mais para a realização das atividades domésticas, enquanto seus irmãos não eram cobrados da mesma forma. De modo geral, a adolescente percebe a distribuição das atividades domésticas de modo injusto, com privilégios para Ana, que fica pouco tempo em casa e para Henrique que apresenta adoecimento mental.

Outro advento na história de vida de Júlia, agravado pela pandemia, foi seu afastamento total da política de educação. Ressalto que, com o fechamento das escolas e a mudança das atividades presenciais para on-line, Júlia não conseguiu acompanhá-las. A falta de motivação para acessar as atividades na modalidade on-line, acompanhada por possível depressão, foi uma das explicações apresentadas pela adolescente.

Ressalto, ainda, que a adolescente considerou a possível depressão como motivadora para o afastamento de outros serviços públicos. Essa oscilação na busca dos serviços também foi observada com relação ao CREAS da Diversidade. Segundo Júlia, motivos diversos ocasionaram as faltas, no primeiro momento da pesquisa. Como motivos elencados por ela há

a falta de condições financeiras para custear a passagem, falta de disponibilidade da mãe para acompanhá-la até o serviço e dificuldades para acordar no turno da manhã.

Além dos argumentos apresentados por Júlia, observei que, a cada dois ou três atendimentos, a adolescente faltava um. De modo geral, percebi que a família comparecia aos atendimentos no CREAS principalmente quando estava em crise. Em contrapartida, quando a família, ou seja, Maria e Júlia estavam bem entre elas, não havia o comparecimento ao serviço.

A partir do exposto, o manejo do atendimento individual foi pouco voltado para ações preventivas e mais voltado para ações do dia a dia. Por fim, nos últimos atendimentos referentes ao primeiro momento da pesquisa, percebi Júlia chegando ao CREAS com uma identidade visual mais próxima do que socialmente é considerado como feminino. A relação entre ela e a genitora passou a se mostrar mais respeitosa.

### **3.3.2. Momento 2: Vinculação com a Pesquisadora e Narrativas Sobre Violações de Direitos**

No segundo momento da pesquisa, apareceram outros elementos da história de vida da adolescente, em especial sua trajetória de identificação como adolescente trans e sua história familiar. Ressalta-se que os conflitos familiares voltaram a reaparecer enquanto tema, trazidos, muitas vezes, pela genitora e, poucas vezes, por Júlia.

O início do segundo momento foi marcado pelas expectativas de Maria com relação a distribuição das atividades de casa com Júlia e solicitação de maior respeito entre elas. Essa temática, que também apareceu no primeiro momento da pesquisa, foi retomada pela genitora, logo no início do segundo momento, de modo que se iniciou o atendimento a partir da escuta familiar.

Diante do apresentado por Maria, em especial, no que se refere à violência psicológica e física entre ambas, Júlia informou que se sente preterida em sua relação com a mãe. Conforme

a adolescente, a genitora não cobra de todos as tarefas da mesma forma: “não sei o que Ana e Henrique tem de especial, pois não fazem nada de casa...”. Outro indicativo de preterição percebido por ela e que voltou a reaparecer foi a possibilidade de ir para o acolhimento institucional, caso não colaborasse com as atividades do lar ou melhorasse sua postura com a família o que não ocorre com os irmãos: “Ana e minha mãe já brigaram muito quando eu era criança, e não lembro de ela ter ido para abrigo. As brigas eram normais entre agente”.

Essa fala se fez após a genitora dizer não saber mais o que fazer: “estou cansada, dá vontade de desistir de tudo e de todos, não estou dando conta nem de mim”. Por algumas vezes, a genitora deixou claro ser o acolhimento institucional a solução encontrada para a resolução dos conflitos entre elas: “ela poderia ficar um pouco no acolhimento institucional para ver se melhoramos nossa relação”.

Ressalto que, em contrapartida à fala da mãe, Júlia vê o acolhimento institucional como um castigo e não como uma medida protetiva: “não me identifiquei com o local, até sofri bullying por ser trans, Deus me livre voltar para aquele lugar”. A ameaça da mãe caso ela não melhore sua postura foi outro incômodo apresentado: “por qualquer coisa minha mãe já quer me colocar de novo no abrigo de novo, isso não acontece com meus irmãos”.

Diante do apresentado, percebi diferenças nos significados atribuídos ao histórico de violência física e ao acolhimento institucional por Maria e Júlia. Embora houvesse repetição transgeracional com relação ao acolhimento, Maria apresentava crença de que a experiência na instituição poderia melhorar o comportamento de Júlia em casa. Com relação às agressões, a mãe percebe como sendo violento o comportamento de Júlia, pontuando sua intolerância com relação ao fato. Júlia, por sua vez, considera normal seu comportamento, justificando-o a partir de sua história familiar: “cansei de ver, enquanto criança, Ana puxando faca para minha mãe na briga delas, em uma das vezes Ana chegou a cortar o braço da minha mãe”. Já com relação

ao acolhimento institucional, enquanto o significado para Maria era de preservação da relação, ou seja, de se evitar novos embates físicos, Júlia, interpretava o ato da mãe como um castigo por seu mau comportamento.

Diante da diferença de valores e significados atribuídos ao acolhimento institucional, White e Epston (1993) ressaltam que os problemas apresentados pelas pessoas não estão nelas, mas nos significados atribuídos por elas às experiências. Nesse sentido, não há que se falar em perspectivas certas ou erradas, visto que essas questões perpassam por uma construção social (White & Epston, 1993). Porém a forma como esses significados aproximam ou distanciam as pessoas representa uma das possibilidades de atuação para o profissional que trabalha com famílias.

Diante do apresentado, destaca-se a grande dificuldade de mãe e filha compreenderem os significados atribuídos pela outra. Refletimos, neste sentido, sobre como o problema não eram elas, mas os significados atribuídos por elas aos fatos e como essa diferença de significado afetam-nas de diferentes formas. A partir da construção de um denominador comum, ou seja, o afeto entre elas, estabelecemos regras mínimas de respeito, entre ambas, para o favorecimento da relação.

O atendimento subsequente foi realizado com a adolescente na modalidade individual. Foi a primeira vez que a adolescente apresentou a temática da violência psicológica extrafamiliar. A violência foi proferida contra Júlia e sua genitora, por sua vizinha, que as chamou de “travesti” e “louca” respectivamente. Diante da ofensa proferida, Júlia e Ana tentaram agredir fisicamente a vizinha, contudo sem sucesso. A adolescente narrou todo esse fato com muita raiva, riscando e rasgando o papel enquanto falava.

Segundo Julia, outras violências ocorreram antes desse fato, tais como olhares desrespeitosos quando ela passava e cochicho entre os vizinhos sobre sua transição. Contudo,

ela ainda não havia sofrido violência psicológica explícita, ao contrário de sua mãe. A partir da última situação exposta, a família se mobilizou para denunciar a vizinha e se defenderem: “Eu e Ana pegamos uma mangueira para molhar a vizinha, pena que não deu, fiquei orgulhosa pela minha mãe e minha irmã terem me protegido, afinal de contas, família é para isso, né?”.

Todo o fato culminou com a realização de um boletim de ocorrência, contudo sem muitas expectativas com relação a sua efetividade: “acho que não vai dar em nada, ninguém liga muito para transfobia”. A partir da fala de Júlia, ficou evidente sua falta de credibilidade nos aparelhos públicos com relação a crimes de transfobia. Percebi, ainda, desânimo e preocupação, em sua fala, com relação aos episódios de transfobia social que ainda são muito comuns (Bahia, 2022).

Poucos dias após esse fato, Júlia tomou uma série de comprimidos da mãe com o sentido de se “anestesiá-la”: “eu não pensava em me matar, só queria paz”. Segundo a adolescente, a transfobia sofrida trouxe-lhe muita ansiedade por não conseguir se sentir uma “mulher de verdade” e de estar sendo sempre olhada com crítica pelas outras pessoas. Ressalto que a ingestão de medicamentos com essa finalidade já ocorreu em outras fases da vida da adolescente, sendo que uma delas, culminou com uma lavagem estomacal.

Júlia narrou esses fatos envergonhada e cabisbaixa, de modo que conversamos sobre a metáfora do cachorro e as pulgas, em que o cachorro representava a adolescente e as pulgas, seus problemas diante da vida. A partir da metáfora utilizada a adolescente mencionou que em alguns momentos sentia vontade de anestesiá-la o cachorro, para que ele não sentisse nada, contudo tinha consciência que essas tentativas a colocavam em risco.

Diante da situação pontuada acima, ofereceu-se suporte para psicoterapia com uma das instituições parceiras, reencaminhamento para o adolescento, bem como apoio a partir dos atendimentos psicossociais. Não houve interesse nas duas primeiras ações e a adolescente

pontuou que estava bem. Um dos interesses manifestados pela adolescente foi na diminuição dos espaçamentos dos atendimentos de modo que pudéssemos nos encontrar semanalmente.

A construção da linha da vida (anexo J) permitiu conhecer melhor a história de Júlia enquanto adolescente trans, seus desafios e Rede de Apoio. A linha destacou os momentos considerados como positivos e negativos a partir da percepção da adolescente, e as principais pessoas que participaram desses eventos.

Como momentos importantes destacados pela adolescente, houve a fase de escolarização de seus 0 a 08 anos de idade. Período destacado pela adolescente como bom e sem muitas preocupações. Como contexto da época, tem-se a família com boas condições socioeconômicas, a genitora trabalhava e era casada com uma pessoa que a ajudava financeiramente com a escola particular de seus filhos. Nessa época, Júlia tinha acesso mais facilitado a bens materiais e gostava da escola que frequentava.

Com 08 anos de idade, a situação mudou. A mãe de Júlia e seu padrasto se separaram e a adolescente passou a estudar em escola pública. Nessa mesma época, a adolescente narrou gostar de vestir-se como menina “eu adorava pegar as roupas e acessórios da minha mãe e vesti-las escondido”. Segundo a adolescente foi nesse mesmo período em que ela começou a perceber disforia de gênero, contudo não sabia nomear o que sentia.

Já com 10 anos de idade, a adolescente relata o início da disforia com relação a sua parte íntima, incluindo a vontade de ter seios, contudo continuava sem compreender o que isso representava. Com 12 anos se assume como gay para a amiga Sara e apesar de ter boa aceitação dela, o mesmo não aconteceu no contexto social mais amplo “foi um momento que eu sofri muito com homofobia, piada, fofoca, esbarrão”. Percebi, nesse momento, Júlia muito emocionada e ao mesmo tempo com raiva das situações de LGBTfobia. Como estratégias de enfrentamento da homofobia, Júlia fala que passou a comer muito.

Diante do apresentado, percebo que, apesar de o Brasil ser um país considerado liberal, no que se refere à temática da diversidade sexual, mostra-se conservador e LGBTfóbico. Segundo dados da ONG Transgender Europe (UNIC Rio, 2019), ocupamos primeiro lugar no ranking de atitudes transfóbicas. A transfobia é relatada pela adolescente durante toda a pesquisa

Percebi, ainda, que, embora a adolescente estivesse emocionada durante a narrativa de sua história, havia um interesse em contá-la. A adolescente disse ser a primeira vez que alguém escutou a história dela nesta perspectiva da linha da vida e que se preocupou em saber como ela se sentia. Percebi, diante disso a importância não só da lembrança, mas também do papel de testemunha externa desempenhado por mim.

A partir da história contada, um dos grandes destaques da adolescente com relação a sua narrativa se deu aos 13 anos de idade. A partir da disforia de gênero percebida, em especial com a parte íntima, Júlia recorreu à internet para tentar entender seus sentimentos. Nesse momento ela acessou a palavra trans, contudo sem muito significado para ela. Júlia deu muito destaque a esse momento, pois foi a primeira vez que ouviu falar na terminologia.

Com 14 anos de idade, diante de diversos conflitos familiares e a partir da iniciativa de sua mãe, a adolescente foi para uma unidade de acolhimento institucional. Júlia também destacou esse momento como um marco, tanto pela questão de sair de sua casa para morar em um abrigo, quanto pela questão do reconhecimento da identidade trans. Segundo Júlia, o reconhecimento se consolidou a partir do encontro com outra menina acolhida na unidade e que também se identificava enquanto público trans. A partir da amizade entre elas, Júlia começou a adotar seu nome social na unidade de acolhimento, embora nem sempre fosse respeitada pelos outros acolhidos.

O desrespeito ao seu nome social vai de encontro ao previsto na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009) nas narrativas sobre acolhimento institucional. Segundo, ainda, caderno de orientações técnicas o acolhimento deve ser um local heterogêneo, não havendo discriminação de idade, orientação sexual, deficiência física ou de outros tipos, de modo que cabe ao corpo técnico do acolhimento incentivar e promover comportamentos de inclusão social dentre os abrigados.

Diante da dificuldade no relacionamento com outros acolhidos e da insatisfação com a medida protetiva, Júlia retornou para sua casa, após insistência junto à mãe para não continuar acolhida. A adolescente permaneceu por aproximadamente 02 meses em acolhimento institucional e não houve, à época, trabalho do CREAS do território quanto à reintegração familiar. O caso de Júlia chegou ao CREAS da Diversidade, após seu acolhimento institucional e tentativa de autoextermínio.

Com seu retorno para casa, problemas relacionados à convivência familiar voltaram a emergir. A questão da diversidade passou a ser outro ponto de dificuldade na relação entre Júlia e os familiares somando-se às questões anteriores. A adolescente narrou emocionada a dificuldade de compreensão e aceitação de sua mãe e de Ana com relação a sua identidade trans.

Diante da dificuldade de aceitação familiar de sua diversidade sexual, Júlia voltou a usar vestuários socialmente atribuídos mais ao gênero masculino e a usar seu nome da certidão de nascimento, embora isso lhe causasse muito incômodo. Percebe-se diante disso, grande estado de sofrimento da adolescente assim como distanciamento do que prevê o art. 15 do Estatuto da Criança e do Adolescente no que diz sobre garantia de liberdade de expressão (Brasil, 1990).

O trabalho com a linha da vida da adolescente finalizou com o ingresso de Júlia no CREAS da Diversidade, quando a adolescente tinha 14 anos. Com a finalização do trabalho de rememoração e construção de sua linha da vida, Júlia percebeu todos os desafios que lhe foram sendo impostos por ser adolescente trans e suas estratégias de enfrentamento da LGBTfobia. Outro ponto percebido pela adolescente foi a frágil rede de apoio familiar, social e institucional.

A partir da rememoração de como chegou ao CREAS da Diversidade, Júlia percebeu avanço com relação ao momento atual: “as pessoas na minha família já me reconhecem como trans e entendem o que é isso”. Nesse sentido, percebi avanços com relação aos atendimentos psicossociais apesar de a adolescente continuar tendo expectativas para o serviço. Dentre estas, havia a vontade de se conhecer mais a melhora na relação com a genitora: “precisamos avançar em outros pontos”.

Os outros pontos a serem avançados na relação com a mãe referem-se, em especial, a poder sair sozinha com sua amiga, poder namorar e poder se vestir como mulher em outros espaços para além do bairro em que mora para o CREAS. Segundo a adolescente, a discordância de sua mãe com relação a esses pontos refere-se ao medo de sua exposição enquanto trans e à violência direcionada a esse público. Júlia relatou tudo isso, cabisbaixa, ressaltando que concorda com alguns pontos, mas que gostaria de se sentir como “uma adolescente normal”.

Namorar ou expressar afetividade por outra pessoa foi um dos pontos que me chamou atenção, pois, nesse momento, a adolescente demonstrou-se insegura e descontente novamente com relação ao seu corpo: “me sinto uma aberração, como vou namorar desse jeito?” referindo-se a genitália. Percebi, a partir do relato dela, grande sofrimento com relação a sua autoimagem, bem como a cirurgia de redesignação sexual sendo vista como uma condição para estabelecimento de relacionamento afetivo.

À insegurança da adolescente com relação ao namoro, somou-se a proibição expressa da genitora, acompanhada por violência psicológica contra a filha. E em um dos atendimentos familiares uma das frases proferidas pela mãe diante do possível namoro da filha foi: “no meu relacionamento eu dou a buceta e ela vai dar o quê?”. A frase gerou profundo incômodo em Júlia, além de mais insegurança com relação ao seu corpo e relacionamentos “não sei se conto que sou trans para as pessoas ou se deixo acontecer”.

Diante do exposto, as principais intervenções desse atendimento referiram-se ao acolhimento das angústias de Júlia, em especial suas expectativas com relação a um possível companheiro e a importância da afetividade nos relacionamentos como um processo de construção. Outra intervenção feita foi a associação entre “ser mulher” e ter vagina, no sentido de que ser mulher é muito mais do que ter vagina e que, assim, a identificação como mulher também tem peso.

Ao final da sessão, Júlia ressaltou que deseja uma pessoa que seja afetiva, carinhosa e que saiba acolhê-la em seus momentos de dificuldade. Nesse sentido, ela percebeu-se como uma “adolescente normal”, por esperar encontrar um parceiro que tenha os mesmos valores e que a aceite enquanto trans, contudo tudo isso pode ser difícil em função do contexto brasileiro de transfobia.

A solidão sentida pela adolescente também foi outro ponto que me chamou atenção. Percebi uma rotina esvaziada de atividades e de pessoas, além do distanciamento do contexto escolar e de outras instituições públicas. Júlia destacou que, como rotina, tem gostado de ficar muito tempo no celular, pois, assim, conhece outras pessoas. Quando não está no celular gosta de assistir a algumas séries e dormir. Percebi, ainda, que a proibição da mãe com relação a saídas com amigas e namoro, favorecem o comportamento de buscar amigos pela internet.

Durante a fala, a adolescente relatou que tem gostado de um garoto próximo a sua rua, contudo teme que ele não goste dela. Nesse sentido, observa-se novamente a retomada do tema da insegurança no namoro com relação a si e ao seu corpo: “tenho medo de contar que eu sou trans e ele não me quer mais, não sei o que eu faço”. Nessa ocasião, a adolescente também rememorou a frase da mãe com relação a sua sexualidade, ressaltando não ter nenhuma rede de apoio com quem possa conversar sobre essa temática.

Nessa mesma ocasião, a adolescente relatou que está seguindo uma *youtuber* e que voltou a tomar hormônios por conta própria. Conversamos, então, sobre os problemas relacionados à medicação por conta própria e a importância da busca de um equipamento de saúde que possa acompanhá-la, contudo, percebi novamente resistência em buscar o Adolescentro.

A adolescente aproveitou também para dizer que não tem dúvidas com relação a ser trans e que movimentos de querer retornar à identidade masculina estavam mais ligados a estratégias de enfrentamento de conflitos familiares do que com o que o que de fato sentia. Com a aceitação da família, isso não era mais visto como necessário. A adolescente também fez um novo desenho sobre como gostaria de se expressar, ou seja, como gostaria de se parecer. Diferentemente do primeiro desenho observei a presença de um rosto definido e contente.

Por fim, o segundo momento da pesquisa finalizou com a adolescente com maior contato com outros adolescentes, sendo a internet o recurso utilizado para isso. A partir da temática trazida pela adolescente, conversamos sobre medidas de proteção frente a amizades realizadas virtualmente. Como situações de proteção, Júlia informou deixar claro no seu perfil que ela é uma menina trans, pois segundo ela as pessoas não se sentiriam “enganadas” e, portanto, não ficariam com raiva dela. Outra medida adotada por ela foi a exposição de sua idade e omissão de outros dados que pudessem identificá-la ou permitir sua localização.

A adolescente não percebeu nenhuma situação de risco, sendo essas situações trazidas por sua mãe em um atendimento familiar: Júlia forneceria seu número de telefone da adolescente para pessoas desconhecidas e marcaria encontros com elas, além de ter aberto um perfil no Tik Tok com nudes. Percebi, ainda, que, enquanto a mãe falava sobre sua preocupação, Júlia ficava cabisbaixa, dizendo não querer falar sobre o assunto. Por fim, a adolescente relatou não se colocar em situação de risco, tendo em vista a adoção de todos os cuidados que adotava: não falar seu endereço, não se encontrar com pessoas antes de conhecê-las por WhatsApp e não disponibilizar seu contato para qualquer pessoa.

Diante da situação de risco percebida pela genitora e por mim, fiz um atendimento individualizado a Júlia, com vistas a compreender o significado que ela atribuía à postagem de nudes em rede social e minha colocação enquanto psicóloga. Conforme fala da adolescente, para ela, essa ação representou um ato de liberdade: “eu não tenho que ter vergonha do meu corpo, foi a primeira vez que coloquei nas redes sociais e mostrei só os seios, me senti valorizada”.

Diante do exposto por Júlia, intervi validando os sentimentos dela, porém refletindo se a exposição traria resolução para sua demanda: se sentir vista e valorizada por ser trans. Trabalhamos, ainda, a diferença entre essas duas demandas refletindo que ser vista não significa necessariamente ser valorizada. A partir disso, Júlia falou que neste primeiro momento seu interesse é em ser vista, já que se cansou de não mostrar como trans.

A partir do apresentado, desenhamos ainda um palco e uma plateia, sendo-lhe questionado em qual local ela se sente confortável de estar e como. Júlia apontou para o desenho do palco: “cansei de ser plateia, quero que todos me vejam, gostando ou não de mim”. Percebi a partir dessa frase um desejo da adolescente em assumir socialmente sua identidade

trans. Fazer isso por meio dos nudes era uma forma de convencer-se segura com seu corpo, embora ainda tivesse desconforto com relação à sua genitália.

Como avaliação do segundo momento, a adolescente disse: “foi bom colocar um pouco para fora, tenho poucas pessoas para conversar, só minha mãe e minha irmã e quando estamos de boa”. Percebi, a partir disso, a importância da intervenção na vida da adolescente.

Por fim, ressalto que, enquanto o primeiro momento da pesquisa teve por objetivo conhecer os problemas, a partir da perspectiva da adolescente, no segundo momento houve a ampliação da pesquisa. Foi possível, então, acessar os quatro níveis de investigação propostos por White (2007). Considero que o nível 01 foi a aproximação da temática: homofobia para suas vivências práticas, como nível 02 tem-se o sentimento apresentado em relação a homofobia e conflitos interfamiliares. Já os níveis 03 e 04 referem-se sucessivamente ao impacto do problema na vida da adolescente, bem como elaboração de possíveis alternativas frente ao apresentado.

### **3.3.3. Momento 3: Violação de Direitos e Ressignificação das Violações**

A Adolescente passou, entre o momento 02 e o momento 03 da pesquisa quase dois meses sem comparecer aos atendimentos. Uma das justificativas apresentadas por ela foi a dificuldade de a mãe levá-la ao CREAS em função do cumprimento de medida judicial contra própria mãe devido a furto. Ressalta-se que, por medo de transfobia, a adolescente não utiliza transportes público sozinha e não contava com alguém que pudesse acompanhá-la.

Como uma das temáticas trazidas por Júlia nesse terceiro momento, apareceu novamente a questão da disforia de gênero, sendo relatada por seu interesse em colocar prótese de silicone tanto para melhoria do aspecto físico quanto psicológico. A disforia com relação à sua genitália também reapareceu, com a adolescente mostrando-se bem angustiada “se eu pudesse arrancar eu arrancava, já até coloquei fogo há um tempo atrás, mas não consegui

aguentar mais de 05 minutos”. Ressalto que o CREAS da Diversidade é o único local em que a adolescente fala sobre esse tema, apresentando vergonha de conversar sobre isso em outros espaços.

Como agravo à diferença entre o gênero percebido e o sexo biológico, a adolescente informou que passou por outra situação de transfobia social, na qual foi ameaçada de ser agredida fisicamente. A situação aconteceu por parte de um ex-colega que a desrespeitou pelo fato de ser trans e disse que ela não era “mulher de verdade”. Como reação à agressão sofrida Júlia afastou-se do colega: “me senti humilhada, mas não valia a pena bater nele depois sou eu é quem me dou mal”.

A partir da violência sofrida, a adolescente foi acolhida e questionada sobre o interesse de realizar um boletim de ocorrência sobre a situação. “Não vai dar em nada outra denúncia de transfobia” foi a frase narrada por ela e que remete também à sua descredibilidade nos órgãos públicos com relação aos seus direitos. Ressalto que, até esse momento, passados aproximadamente 06 meses do outro episódio de transfobia relatado, a adolescente não teve qualquer retorno judicial o que corrobora a sensação de pouca efetividade da justiça.

Apesar da disforia de gênero e da nova situação de transfobia social, percebi Júlia mais segura com relação a sua identidade trans, ou seja, circulando em espaços públicos com vestimentas e acessórios socialmente considerados como femininos e utilizando seu nome social. Percebi também mudança nas estratégias de enfrentamento de situações transfóbicas, como por exemplo, a procura por atendimento psicossocial. Ressalto que, nos momentos anteriores da pesquisa, a estratégia da adolescente era a agressão física e ou verbal como resposta às violências sofridas.

Outro tema que emergiu, nesse terceiro momento, foram suas vivências de situação de abuso sexual intra e extra-familiar. Segundo ela, os abusos intrafamiliares foram mais difíceis

de se vivenciar do que o extrafamiliar: “meu irmão me assediava quase todo dia e, quando contei para minha mãe ela não acreditou em mim e não fez nada, fiquei bem chateada pois ela não me apoiou”. Percebi, neste sentido, frustração da adolescente em ser a vítima e não receber qualquer tipo de apoio, em especial da família. O fato foi narrado por Júlia com bastante raiva e de cabeça erguida, enquanto rasgava uns pedaços de papel. Ressalto que a ambiguidade de sentimentos com relação a vítima e o ofensor, em violações intrafamiliares, é comum penso et.al (2012) e que esse sentimento também apareceu na família de João. A reverberação da ambiguidade familiar frente às situações de abuso nos dois casos foi descrito pelos adolescentes como raiva.

Já a situação de abuso sexual extrafamiliar aconteceu por parte de um professor, no contexto escolar, quando Júlia tinha 09 anos de idade. No início, ela não entendia que se tratava de uma situação abusiva, se percebendo sofrer abuso com 10 anos de idade. As situações foram interrompidas a partir da transferência do professor para outra escola. Júlia contou que ninguém sabia sobre esse fato, de modo que não houve denúncia nem encaminhamento dela para unidade de saúde especializada.

Rememorar todos esses fatos deixou-a triste, mas também aliviada por ter contado sobre isso para alguém. “Não foi fácil lembrar dessas situações, sinto-me culpada por ter deixado isso acontecer, mas agora estou mais esperta”. A intervenção com a adolescente aconteceu no sentido de acolhê-la, em especial, como vítima de uma situação muito ofensiva. Percebi que reforçar que ela não teve culpa pelos abusos fez ela se sentir melhor.

Todos esses fatos foram narrados em decorrência do retorno de seu irmão Henrique para casa e dos conflitos históricos existentes entre eles. Nesse sentido, percebe-se que embora as narrativas legais prevejam o afastamento entre o agressor e vítima (ECA, 1990), quando se trata de ofensa sexual intrafamiliar, entre indivíduos menores de 18 anos, a questão pode ser

mais complexa (Penso et al, 2012). Além da situação de ofensa sexual, o irmão também se mostra transfóbico: “ele fica me chamando de travesti, rindo da minha cara e minha mãe não faz nada”. Segundo a adolescente a atitude da mãe está ligada ao medo e pena com relação ao filho “teve um dia que ele espalhou bosta na parede inteira, ele não bate bem da cabeça, mas como ele é o mais forte, minha mãe não faz nada”. Ressalto novamente a hipótese de o sentimento de ambiguidade retratado pela literatura em casos de ofensas intrafamiliares Penso et.al (2012).

Trabalhamos com o genograma familiar com o objetivo de identificar a repetição dessas situações, além de acessar crenças e valores familiares referentes a outras violações. Uma das repetições de história de vida observadas foi com relação ao irmão Carlos. Foi a primeira vez que Júlia falou sobre ele e sobre ter irmão público da diversidade sexual. Carlos é fruto de uma situação de abuso sexual da qual sua mãe foi vítima e mora atualmente no entorno de Brasília com seu companheiro. Apesar de Júlia e Carlos não terem morados juntos, a adolescente diz ter uma boa relação com ele e empatia por ele ser um homem gay. A partir da lembrança do irmão Carlos, Júlia se deu conta que ela não foi a primeira pessoa da diversidade sexual a sofrer por LGBTfobia intrafamiliar, em especial por parte de sua mãe.

Júlia rememorou que sua mãe tinha dificuldade de aceitá-lo enquanto homem gay atribuindo-lhe apelidos pejorativos. Segundo a adolescente a LGBTfobia vem desde a época de sua avó. Tudo isso foi expresso com muita emoção pela adolescente com a presença da re-autoria “agora entendi porque minha mãe é assim também, não gosta de gay, vem de família”. Perceber que ela não era a única a sofrer por ser público da diversidade sexual, trouxe-lhe certo alívio e ressignificação da história de transfobia vivenciada: “acabei de me dar conta o quanto meu irmão também sofreu, lembro que minha mãe também não aceitava que ele fosse gay... na época que ele se assumiu, ele passou por vários apuros, não fui só eu”.

O surgimento de um irmão que também é público da diversidade e com questões parecidas com a dela, em especial preterido, me chamou atenção, pois até então, a partir das narrativas de Júlia ela era a única com essas características. Para White e Epston (1993), enaltecer ou omitir fatos é algo normal e que acontece na arte de darmos significados a nossas experiências, cabendo à terapia a ampliação desses significados (White & Epston, 1993). Por fim, percebi que a utilização do genograma favoreceu a re-autoria, uma vez que permitiu explorar o significado dos vínculos parentais antes e depois da lembrança da adolescente com relação aos seus irmãos.

Outros aspectos de repetições familiares também foram observados, em especial, as situações de abuso sexual no núcleo familiar de Júlia. Assim como a adolescente, sua mãe também vivenciou situações de abuso sexual extrafamiliar, contudo o desfecho se deu de modo diferente. Enquanto a genitora foi expulsa de casa por sua mãe estando grávida, Júlia permaneceu no núcleo familiar. Após a rememoração desses episódios houve a reconsideração de Júlia com relação à postura da mãe com relação ao irmão: “poxa, para minha mãe deve ter sido difícil expulsá-lo de casa, pois ele é filho também né?”

A partir da fala da adolescente, percebe-se então três momentos com relação à temática do abuso intrafamiliar sofrido. Momento 01, ocasião em que a adolescente não fala sobre o assunto; momento 02, ocasiões em que o irmão é retratado como ofensor e espera-se uma postura mais ativa da mãe, como, por exemplo, a de expulsão dele de casa. Momento 03, em que se destaca a empatia com a história de vida da mãe e maior compreensão pela não expulsão do irmão.

A questão do uso indevido de drogas entre mãe e filhos também foi outra repetição notada na família. Ressalta-se que todos os filhos e a genitora já fizeram uso, contudo, no momento, apenas Júlia e seu irmão Henrique faziam. Significados diferentes foram atribuídos

pela adolescente, pois, enquanto ela se considera fazendo uso recreacional e para se anestesiarem dos problemas, seu irmão é considerado dependente.

Em uma perspectiva sistêmica, o uso de drogas por um dos membros familiares pode atingir o sistema como um todo (Guimarães & Costa, 2003), e assim foi percebido neste estudo de caso. Conforme as falas de Júlia, brigas frequentes aconteceram entre ela e a genitora em razão do seu uso de álcool e outras drogas as quais culminaram em novo acolhimento institucional, conforme relatado mais à frente.

Além do uso de drogas, a exploração sexual foi outro aspecto de repetição familiar, percebido por mim, como sendo trazido apenas no terceiro momento da pesquisa. Conforme narrativa de Júlia, sua mãe era levada para exploração sexual quando tinha 10 anos por sua avó. Na época não havia equipamentos da Rede Protetiva próximos e o caso não foi denunciado. Júlia narrou isso com bastante emoção rememorando falas da mãe no sentido de sofrimento com relação ao fato.

Diferentemente da mãe, Júlia não se vê em exploração sexual e tão pouco em situação de violação de direito, pois, segundo ela, existe sua escolha em querer vivenciar a situação de prostituição. Percebe-se a partir disso, diferenças entre as narrativas de Proteção de Direito que proíbem a exploração sexual de adolescentes (Brasil, 1990), e a narrativa do adolescente.

A adolescente acrescentou, ainda, que tem gostado de saber que seu corpo é fonte de prazer para outras pessoas: “passei muito tempo preocupada se alguém ia gostar de mim do jeito que eu sou, agora não preciso mais ter essa preocupação, aviso que eu sou trans e só me procura quem quer”. Dar e receber prazer de modo remunerado, para ela é um modo de trabalho e um modo de se ganhar a vida “tenho meu próprio dinheiro onde posso escolher o que fazer com ele”.

As falas de Júlia diante das violações: uso de drogas e exploração sexual infantil, deixam claras as diferenças de crenças e valores existentes entre as gerações familiares de mãe e da filha. Para White (2007) situações de conflito devem ser vistas a partir de uma perspectiva mais ampla e que contemple aspectos macros da vivência desse sistema familiar, como, por exemplo, contexto cultural e socioeconômico.

Nesse sentido, o contexto cultural, além do socioeconômico, experienciado por meninas trans colaboraram para a ida de Júlia para a prostituição. Essa percepção é corroborada a partir da minha vivência há 05 anos no serviço onde atendi mulheres trans e que atuavam na prostituição como modo de reconhecimento pessoal e sobrevivência. Estudos da literatura também apontam que parte significativa de mulheres trans já se prostituíram como estratégia para lidar com a vida cotidiana (Bahia, 2022)

Em razão do histórico de abuso e exploração sexual apresentados e a partir do desejo de Júlia, a adolescente foi encaminhada para o Programa Vira-Vidas com vistas a dar continuidade aos estudos e ter capacitação para mundo do trabalho. Júlia considerou como sendo uma boa oportunidade para conhecer outras pessoas com vivências similares, além de dar continuidade aos seus estudos. “Além de retomar os estudos, finalmente vou poder comprar o que eu quiser com a bolsa recebida pelo programa”.

Durante sua participação no Programa, a adolescente mostrou estar tudo bem e sem dificuldades para acompanhamento das atividades: “acordar bem cedo não é o problema, pois sou bem acolhida”. Percebi a partir da sua narrativa e de sua postura que entre todos os aspectos considerados como positivos pela adolescente, ser bem acolhida, foi o que representou maior destaque. A adolescente relatou isso bem emocionada, dizendo se sentir como ser humano e que todos deveriam ser tratados assim.

Ressalto que embora a narrativa da adolescente fosse de que tudo estava bem, a genitora solicitou atendimento familiar para contextualizar como Júlia estava, bem como para falar sobre novos conflitos familiares. Diante do interesse de ambas por essa modalidade de atendimento conversamos sobre os novos episódios de conflito.

No atendimento familiar, surgiu o tema de que a adolescente tem se exposto novamente a situações de risco, sendo as principais, uso indevido de drogas e exploração sexual. Percebi que enquanto a genitora falava, Júlia ficava cabisbaixa riscando um papel e com uma postura envergonhada. Percebi que enquanto para a mãe era inadmissível a filha chegar bêbada em casa e não avisar onde dormiria, para Júlia isso era um comportamento não frequentes e normal de adolescente “qual problema de eu dormir fora um dia ou outro, estou bem no Vira-Vidas, isso que importa”.

Diante dos agravos nos conflitos familiares e da dificuldade de se chegar a um consenso sobre as regras e valores familiares, Júlia foi pela segunda vez para acolhimento institucional onde ficou por aproximadamente 01 mês. Mais uma vez o acolhimento se deu por decisão unilateral da mãe de modo que a adolescente se sentiu como um objeto: “basta eu não fazer o que minha mãe quer que eu vou para acolhimento institucional”. A frase foi falada com bastante raiva e quando a adolescente já estava em acolhimento.

Durante o acolhimento institucional Júlia fez algumas tentativas de retorno para sua casa, relatando-me por atendimento telefônico sua insatisfação com o local. Percebi a partir de sua escuta que o acolhimento não a respeitava com relação a sua identidade trans, não a escutava quanto a algumas de suas demandas, como por exemplo ligar para casa e não tinha transporte e/ou dinheiro que pudesse custear as suas idas a consulta. Todos os aspectos elencados, vão contra o previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009).

A possibilidade de perder sua vaga no Programa Vira Vidas também foi um dos outros receios mostrados por Júlia. Isso porque a casa lar em que ela ficou acolhida era em uma região administrativa longe do local do Programa. A casa lar, diferentemente do previsto na tipificação, também ficava em região administrativa distante da sua família, o que comprometeu novamente o trabalho de fortalecimento de vínculos familiares (Brasil, 2009).

Diante de todas as insatisfações apontadas, Júlia evadiu a unidade de acolhimento institucional: “não vou aguardar decisão do juiz para ir para minha casa. É direito meu. Não vou voltar para acolhimento institucional e ninguém vai me obrigar”. A adolescente foi bem recebida por sua mãe, que relatou também estar com saudades dela, mas querer que elas morassem juntas, vendo, portanto, outra solução para elas.

Ressalto que concomitante com seu retorno para casa, a adolescente foi desligada do Programa Vira Vidas. O desligamento ocorreu em função de descumprimento de normas do Programa por mais de uma vez consecutiva. O fato chamou-me atenção pois eu não sabia sobre a postura de Júlia na Instituição e de suas advertências passadas. Percebi, nesse sentido, falha da instituição em me dar devolutiva sobre a postura da adolescente e a falta de autopercepção e/ou interesse de Júlia para me contar sobre suas advertências: “eles podiam ter falado comigo sobre o meu desligamento do Programa, não entendi porque não me chamaram”. Diante do exposto, percebi, novamente, Júlia se sentindo traída a partir de uma decisão que não contou com sua participação: “me senti acolhida e abandonada pelo Programa” frase em alusão ao seu desligamento e que reflete a sensação de abandono.

Por fim, trabalhamos a linha de sua vida no CREAS da Diversidade, que foi dividida pela adolescente em três momentos. O momento 01 foi caracterizado por ser de acolhimento e respeito à sua identidade. A adolescente relatou sentir-se bem acolhida tanto pela equipe quanto por outros beneficiários: “chegar aqui foi muito bom, pois vi que sou normal. O CREAS

também ajudou a minha mãe perceber isso”. Ressalto, ainda, que no momento 01 quando a adolescente começou a falar pela primeira vez sobre sua transexualidade, após encaminhamento da Rede de Garantias.

Já o momento 02 no serviço caracterizou-se pela maior aproximação da adolescente com a pesquisadora e início de vinculação. Para a adolescente, os principais momentos foram o fortalecimento de sua identidade trans e o uso de seu nome social “meu sonho era poder sair na rua da forma como eu me vejo, além de poder usar meu nome social, agora já me sinto mais à vontade para fazer isso”.

Por fim, o momento 03 foi o momento considerado, para ela, como de maior vinculação com a pesquisadora e maior percepção sobre as situações de violação de direito experienciadas: “foi o momento em que eu pude falar mais sobre minha intimidade e violações sofridas, vi que sofri muita violência psicológica e que antes não tinha me dado conta, a violência psicológica foi a mais difícil de ser vista”.

A partir do exposto acima, percebi que a pesquisa apresentou um espaço de fala significativo, que ela ainda não tinha experimentado em outros serviços. Pode-se dizer, ainda, que compreender os significados atribuídos às situações violadoras de direito ajudou-a em sua resignificação bem como reautoria de algumas histórias.

Apesar da superação ou resignificação de algumas violações das violações, percebi que outras passaram a existir, como, por exemplo o uso indevido de drogas e a exploração sexual. Assim, a partir da narrativa da Política de Assistência Social, destaco, como fatores de risco, a negação do problema e ou da situação de violação de direito, fatores estressantes como é o caso dos conflitos familiares e disforia de gênero, evasão do espaço escolar e recursos insuficientes para sobrevivência. Como fatores de risco familiar e que reverberam na história

de vida de Júlia, chamo atenção para o legado multigeracional de múltiplas violações de direito, conflitos não resolvidos na família, dependência química em sucessivas gerações entre outros.

Por fim, como fatores protetivos, observei capacidade de colaboração para o trabalho psicossocial, vinculação com a profissional e melhora na autoestima no que se refere à identidade de gênero. Como fator protetivo no aspecto familiar, observei a vinculação existente entre genitora e filha, de modo que existe um interesse familiar em se melhorar as relações, embora elas ainda sejam conflituosas.

### 3.3.4. Síntese dos Resultados

Categoria: Violação de direito intrafamiliar

Negligência, violência Psicológica, ofensa sexual

**Tabela 2.** Desenvolvimento das conversas de andaime nos três momentos

Temas	Momento 1: Início do Acompanhamento	Momento 2: Construção de Vínculo	Momento 3: Etapa Final da Pesquisa
<i>Abandono pelo genitor</i> Agente violador: genitor	“Não tenho pai”	“Quando meu pai descobriu que eu era filha dele, ele sumiu”	Não se fala mais sobre o pai
<i>Abandono da genitora</i> Agente violador Genitora Maria	“Toda vez que eu faço algo que ela não gosta, ela pensa em acolhimento institucional para mim”	“Ela diz que não dá conta de ficar comigo. Meus irmãos já fizeram coisas piores e não foram acolhidos”	“Mais uma vez estou aqui no acolhimento institucional, mas vou fazer de tudo para minha mãe me aceitar de volta”  “Não vou ficar mais em acolhimento institucional, prefiro ficar na rua”
<i>Ausência de liberdade de expressão e identidade de gênero.</i>	“Ela não deixa eu sair de casa da forma como eu gostaria”	“Já posso vir para o CREAS do jeito que eu me sinto, mas por enquanto é só aqui”	“Já posso sair na rua do jeito que eu me sinto melhor”  “Minha mãe e minha irmã já me chamam pelo nome social”

Agente violador Mãe e irmã	“Ela não me chama pelo meu nome social	“Minha mãe e minha irmã entenderam o que é ser trans, já me chamam pelo meu nome social”	
<i>Ofensa sexual</i> – Agente de violação: Irmão	Não houve fala	“Se eu pegar meu irmão mato ele, a gente não se dá”	
<i>Violência psicológica a partir da ofensa sexual</i> Agente de violação: Mãe	Não houve fala sobre o tema	“Minha mãe não fez nada com relação ao abuso sexual do meu irmão, me senti abandonada” “Depois que contei sobre o abuso fui questionada por que estava contando só naquele momento”	“Minha mãe foi expulsa de casa quando ficou grávida, foi uma fase muito difícil da vida dela. Acho que por isso ela não expulsou meu irmão, né? Difícil expulsar um filho.
<i>Violência psicológica</i>		“Minha mãe me disse que ela dá a buceta e me perguntou o que eu vou dar”	

Categoria: Violação de direito extrafamiliar

Negligência, violência Psicológica, violência física

Temas	Momento 1: Início do Acompanhamento	Momento 2: Construção de Vínculo	Momento 3: Etapa Final da Pesquisa
Violações relacionadas ao Acolhimento institucional	“Não considerei o acolhimento como protetivo, só quem está lá dentro sabe como funciona”	“Até sofri bullying por ser trans, Deus me livre voltar para aquele lugar”	“Não vou ficar mais em acolhimento institucional prefiro ficar na rua”
	“Se eu não furtasse um celular eles iam me bater”		

Violações relacionadas à Escola	“sofro discriminação na escola, mas ninguém faz nada”	“eu era chamada de traveco, me davam esbarrões”	
Violações relacionadas ao CAP’s i	“Ninguém conversa comigo. Vou lá só para tomar medicação”		
Violações relacionadas à comunidade		“Uma vizinha me chamou de travesti, daí fui para cima dela”	“Ele me disse que não sou mulher de verdade, acho isso uma violência psicológica, contudo não fiz nada para não me prejudicar”
Abuso sexual			“Tenho medo de pegar transporte pública e ser agredida por ser trans.” “Meu professor abusava de mim e eu não entendia que aquilo era abuso”
Exploração sexual	Não apareceram falas	Não apareceram falas	“Não me vejo em situação de violação de direito, pois faço porque eu quero”

---

## Capítulo 4

### Discussão Geral

Nesta seção, apresenta-se a síntese e a discussão acerca das narrativas dos dois adolescentes participantes deste estudo. Semelhanças e particularidades serão consideradas como forma de melhor compreender como se deu, para eles, o encaminhamento para o CREAS da Diversidade.

#### **4.1. As Expectativas Com Relação ao Acompanhamento Pelo CREAS da Diversidade**

As narrativas dos dois adolescentes participantes deste estudo corroboram com a ideia de que a expectativa com relação ao acompanhamento pelo CREAS da Diversidade é fruto da história de vida individual, familiar e do contexto sociocultural. Relacionadas ao contexto e à história individual e familiar, encontram-se questões como solicitação de auxílio vulnerabilidade, como por exemplo, no caso de Júlia, que gostaria de ter acesso a bens materiais que contribuíssem para a diminuição da sua disforia de gênero e para uma maior “aceitação” social. Ter acesso ao auxílio para iniciar um projeto profissional também é outra questão trazida pelo adolescente João. Nesse sentido, a expectativa dos adolescentes pode se mostrar motivada por esses dois aspectos: aquisição de vestuário, calçados e instrumentos para profissionalização.

Pode-se dizer que a influência das narrativas familiares, nessa expectativa, advém do histórico de acompanhamento familiar pelo CRAS dos territórios. Nesse sentido, são adolescentes que percebem a importância do auxílio como uma possibilidade de garantia do mínimo social também para si. Embora percebam dessa forma, a vergonha de solicitar o auxílio e falar sobre sua vulnerabilidade econômica perpassou os dois casos, podendo-se dizer conflituosa a expectativa com relação ao auxílio vulnerabilidade, em especial para o adolescente João.

Outro ponto em comum trazido pelos adolescentes como expectativa foi a obtenção de hormônios por parte do CREAS da Diversidade apesar de essa não ser uma atribuição desse órgão. Ressalto que os dois adolescentes não sabiam sobre a necessidade de acompanhamento médico para a utilização de hormônios, acreditando ser a Política de Assistência Social a responsável pelo repasse da medicação. Os dois adolescentes já faziam uso de hormônios, orientados por alguns vídeos postados na internet. O uso de hormônios sem prescrição médica é relatado na literatura (Bontempo & Mendes, 2020), corroborando a necessidade de políticas mais efetivas nessa temática.

Quanto à especificidade entre os casos no que se refere às expectativas para o serviço, Júlia demonstrou interesse pelo acompanhamento como uma forma de poder se conhecer melhor enquanto menina trans e se sentir segura com isso. Ressalto que há época da pesquisa a adolescente estava com 14 anos de idade e tinha acabado de identificar enquanto uma menina trans. Nesse sentido, a própria escolha de se sentir mais segura em relação à sua identidade de gênero pode estar relacionada às narrativas familiares e sociais de transfobia, bem como à necessidade de conseguir lidar melhor com esses desafios.

Enquanto Júlia apresentou interesse em se conhecer melhor, como especificidade da expectativa de João veio seu interesse por conhecer outras pessoas que compõem o grupo da diversidade sexual, em especial pessoas trans. Seu desejo, segundo ele, está relacionado à ausência de convivência com outras pessoas trans, o que dificulta, às vezes, questões de amizade e relacionamentos afetivos.

Embora sejam expectativas diversas, ambas se referem à mesma temática: a necessidade de se aproximarem mais de narrativas e vivências de pessoas trans, ou seja, de se sentir pertencente a um grupo com o qual possam se identificar. Percebi, a partir disso, a

importância de os serviços possibilitarem o compartilhamento de narrativas da diversidade sexual a partir de intervenções e atividades direcionadas a grupos.

A não verbalização de expectativas com relação à atuação do CREAS no fortalecimento de vínculos comunitários foi um dos pontos que me chamou atenção, visto ser o cerne desse serviço (Brasil, 2009). Isso foi notado em ambos os casos. Assim, embora os adolescentes tenham ingressado no serviço em razão de violações de direito intrafamiliares, a superação dessas violações não compôs o rol de expectativas apresentados por eles.

Uma das possibilidades de o tema não aparecer de modo direto pode ser a naturalização do processo de violência sofrido por ambos os adolescentes como se a temática não merecesse atenção. Isso pode ser observado nos dois casos, em especial, com relação à violência psicológica. Com relação às outras violações, percebe-se a vergonha de se expor e expor seus familiares, em especial no momento 01 da pesquisa, quando pesquisador e participante estão se conhecendo e se inicia o que White denomina de mapa de conversação (White, 2007).

Apesar do trabalho de fortalecimento de vínculos familiares não ter aparecido de modo direto ao longo da pesquisa, falas diversas remetem à importância que os adolescentes atribuem a essa temática: “eu queria que minha família me entendesse mais, eles só sabem me julgar, não sabem conversar” (João) “se a relação familiar lá em casa melhorasse, seria bom para todos nós”. (Júlia)

Por fim, apesar das diferenças de gênero não ser o tema central desta pesquisa percebi a necessidade de discorrer sobre o assunto. Assim, enfatizo que ao longo da pesquisa às expectativas relacionadas a minimização da disforia de gênero destacaram-se nas falas de Júlia, em contrapartida à necessidade de autonomia financeira, que se destacou na fala de João.

A maior preocupação com a autoimagem por parte da adolescente pode estar relacionada aos episódios transfóbicos que ela vivenciou ao longo de sua trajetória de vida. Por

outro lado, estudos cisgênero, sugerem que mulheres se preocupam mais com questões voltadas à autoimagem pessoal quando comparadas aos homens (Zanello, 2018).

Já no que se refere à maior necessidade de autonomia financeira, as narrativas familiares de João parecem pressioná-lo nessa direção. Nesse sentido, o adolescente busca o auxílio vulnerabilidade não só para a obtenção do mínimo social, mas, para atender a um projeto pessoal e familiar no que se refere ao mundo da profissionalização. Ressalto, ainda, achados de estudos de gênero que os homens se subjetivam pelo trabalho em contrapartida as mulheres pelo dispositivo amoroso, ou seja, de se sentirem desejadas.

Destaco por fim, que as referências de estudo de gênero apresentadas foram realizadas para a população cisgênero. Não se localizaram estudos relacionados ao processo de subjetivação para população trans, de modo que são necessários estudos que contemplem as particularidades das trajetórias dessa população. Pode-se hipotetizar, no entanto, que os adolescentes trans também são atravessados pelos mesmos dispositivos que subjetivam homens e mulheres cisgênero. A busca por atender as demandas desses dispositivos pode ser compreendida, nesses adolescentes, como forma de se encaixarem nos estereótipos de gênero presentes em nossa cultura e, assim, sentirem-se pertencentes e terem sua passabilidade aumentada. Não se deve esquecer, ainda, que a questão da passabilidade está relacionada também a questões de segurança e integridade física, especialmente relevantes no Brasil, que é o país em que mais se matam pessoas trans no mundo (Acontece et al., 2023).

#### **4.2. As Narrativas Sobre Situações Violadoras de Direito e Estratégias Utilizadas**

De forma geral, as narrativas sobre as situações de violação de direito foram heterogêneas. E enquanto as violações intrafamiliares apresentaram-se para os adolescentes como mais graves por terem sido cometidas por pessoas com quem tinham mais vínculo, as

violações extrafamiliares pareceram menos graves, embora, no caso de João, houvesse ameaça de morte.

A LGBTfobia no âmbito escolar foi a violação extrafamiliar apontada pelos adolescentes como mais desafiadora, tendo em vista o contexto diário dos episódios. Ambos os participantes relataram os desafios de continuar indo para escola como adolescente trans.

A transfobia foi o fator decisivo para a “evasão” escolar de ambos os adolescentes, que não apresentaram interesse de retomar os estudos formais. Júlia ainda fez uma nova tentativa ao ingressar no Programa Vira-Vidas. No entanto, também lá, a adolescente sofreu transfobia institucional e foi desligada do programa por outras questões.

Embora, na teoria, a educação seja direito de todos (Brasil, 1990), na prática, situações relacionadas à LGBTfobia entre outras discriminações podem conduzir esse público ao abandono escolar (Bontempo & Mendes, 2020). Os episódios transfóbicos prejudicam, assim, a ascensão social dessas pessoas (Oliveira & Porto, 2016), que acabam não dando continuidade à sua escolarização, permanecendo em situações de subemprego e vulnerabilidade.

Concomitante com a saída da escola, os adolescentes vivenciaram o trabalho infantil, segundo eles, estimulado pela busca de autonomia financeira. No caso de João, identificaram-se atividades como lavador de carro e descarregador de materiais de construção. No caso de Júlia, a exploração sexual. Em ambos os casos, identificam-se atividades consideradas ilegais e, portanto, situações violadoras de direito pelas narrativas das políticas públicas (Brasil, 1990)

Os adolescentes, contudo, não perceberam o trabalho infantil como violação de direito. Para eles, era natural trabalhar caso não estudassem ou acumular as duas funções. Trabalhar também foi visto como uma das estratégias utilizadas pelos adolescentes para que não fossem vistos como “se não fizessem nada”, ou seja, para mostrarem-se produtivos para família e a sociedade. Essas falas encontram ressonância, segundo eles, com as narrativas familiares. De

modo geral, pode-se dizer que trabalhar, caso não estude é um discurso dominante entre famílias vulneráveis nas quais o adolescente não costuma ter tempo para adolecer (Penso, et.al., 2012), ou seja, para se descobrir.

Assim como assinalavam Mc Goldrick et al (2011), percebe-se que a transmissão geracional de valores, culturas e crenças familiares acontecem muitas vezes entre as gerações. Desse modo, se o trabalho na adolescência é visto como um processo natural dentro da dinâmica familiar, pode-se dizer que a repetição para outras gerações pode ocorrer.

Ainda com relação às vivências transfóbicas institucionais, não houve relatos dessas vivências por parte de João, com exceção da escola. Júlia, contudo, relatou uma experiência transfóbica por parte dos equipamentos de saúde, tais como CAPSI e Unidade Básica de Saúde. A transfobia ocorreu por parte de usuário e servidor dos serviços sucessivamente. A diferença entre os casos pode estar relacionada com a estratégia de evitação de João em relação a esses equipamentos.

Com relação à transfobia intrafamiliar, no que se refere à violência psicológica sofrida por ser transgênero, ambos os adolescentes se mostraram entristecidos com a situação experienciada. Crenças e valores transgeracionais e culturais heteronormativos foram as justificativas relatadas pelos adolescentes. Pode-se dizer, nesse sentido, que as narrativas heteronormativas se dão no contexto cultural e familiar como narrativas dominantes, de modo que ampliar essas narrativas para os adolescentes e familiares foi um outro aspecto positivo trazido pela pesquisa. Ressalto, nesse sentido, que ambas as genitoras reconheceram e passaram a respeitar os filhos enquanto trans.

No que se refere ao abuso sexual, este se mostrou a violação de direito intrafamiliar mais difícil de ser falada, de modo que, em ambos os casos, só se falou sobre ela entre o segundo e terceiros momentos da pesquisa. Conforme é sugerido por White (2007), os

participantes iniciaram suas falas a partir das violações que pareciam menos difíceis de serem abordadas, como é o caso da transfobia social, para depois, ou seja, a partir de conversações de andaime, narrarem sobre as violências intrafamiliares, consideradas aqui como mais difíceis de serem expostas.

Ainda com relação ao abuso sexual, o assunto foi narrado com muita raiva por ambos os adolescentes, que relataram que tão ruim quanto a ofensa sexual foi a inabilidade da família para acolhê-los. Em ambos os casos, houve a desconfiança familiar se as denúncias de abuso sexual eram verdadeiras, fato esse que gerou muita raiva dentre os adolescentes. Devido à delicadeza do tema abordado, os abusos foram trabalhados nos dois casos por meio de metáforas onde pode se dizer que foi possível falar sobre o assunto por meio de uma linguagem análoga (Paschoal & Grandesso, 2016) e menos violenta para os dois adolescentes.

A partir das denúncias de violações sofridas, percebeu-se também a falta de credibilidade dos adolescentes nos órgãos públicos, tanto no que se refere a denúncias de transfobia quanto de atendimento especializado. Ressalto que ambos os adolescentes tiveram experiências em outros serviços públicos, tais como CAPS e escola, e não consideraram esses locais como protetivos, pois foram especialmente nesses dois serviços que aconteceram violações extrafamiliares transfóbicas e poucas possibilidades de fortalecimento de vínculos com outros adolescentes.

As tentativas de autoextermínio foram consideradas uma das últimas alternativas frente ao sofrimento percebido pelas situações violadoras de direito. Observou-se que em ambos os casos, a multiplicidade dessas situações corroborou para eles quisessem, metaforicamente falando, -“eliminar as pulgas dos cachorros”. A estratégia apareceu em paralelo à fragilidade dos vínculos familiares e à frágil Rede de Apoio.

Por fim, como estratégias para a superação das violações, apareceram, nos dois casos, a participação na pesquisa e a busca por suporte familiar. Tanto Júlia quanto João descreveram positivamente suas participações, relatando que ter uma pessoa de confiança para falar sobre o que sente, traz alívio às sensações de sofrimento e solidão. No caso de João, diferentemente de Júlia, a família também apareceu como sendo Rede de Apoio e local de proteção.

### **4.3. Metáforas Utilizadas**

A literatura sugere que as metáforas são bons recursos conversacionais para ampliar significados, falar sobre acontecimentos difíceis de serem ditos oferecendo e narrar suas histórias de seu próprio modo (Paschoal & Grandesso, 2016). Dessa forma, é possível cogitar que algumas violações de direito só foram possíveis de serem contadas a partir do uso de metáforas. Os dois adolescentes deste estudo destacaram como que o uso de metáforas veio a contribuir para sua narrativa e para a ampliação de histórias conhecidas como dominantes (White, 2007).

No que se refere ao caso de João, acrescenta-se a afirmação de que o uso de metáforas por meio da compreensão dos significados das tatuagens foi uma boa estratégia para iniciar a construção de vínculo entre participante e a pesquisadora. Nesse sentido, pode-se dizer que inicialmente uma das formas de João falar sobre ele era descrevendo o que cada tatuagem significava. Uma das tatuagens que me chamou atenção foi a do símbolo trans, pois, apesar de o adolescente não contar para ninguém sobre sua diversidade sexual, a tatuagem está ali para quem quiser compreendê-lo melhor. Outra tatuagem que se destacou para mim, foi o símbolo de um ecocardiograma que imitava os sinais vitais. Essa tatuagem segundo João, foi realizada após ele sobreviver a uma tentativa de autoextermínio e serve para lembrá-lo o quanto a vida é preciosa.

Conversas sobre as situações de abuso sexual, também só foram possíveis a partir do recurso da metáfora reforçando um dos papéis das metáforas, reforçando um dos papéis das metáforas trazidos pela literatura (Paschoal & Grandesso, 2016). Trabalhamos com o disco representando sua vida e as músicas os acontecimentos marcantes. Querer tirar a música do disco que representava o abuso sexual e riscá-la foi a expressão de João diante do acontecido.

Destaco também o caso de Júlia, em que falar sobre si enquanto menina trans era inicialmente difícil e vergonhoso. Em razão disso, construímos uma personagem no papel que poderia representá-la enquanto público da diversidade. Ressalto que essa atividade foi realizada no primeiro momento da pesquisa e a personagem desenhada aparece sem muitas expressões de olhar e fala, representando segundo ela, o próprio momento vivenciado entre adolescente e sua família. No terceiro momento, contudo, percebe-se a repetição do desenho com mais riqueza de detalhes e de narrativa da adolescente. Ressalto que, nesse terceiro momento da pesquisa, a adolescente estava vivenciando outras relações familiares com relação à sua identidade trans em que já era possível se expressar e falar como se sentia.

As tentativas de autoextermínio, assunto considerado também difícil de ser conversado, foi metaforizado a partir do exemplo do cachorro e das pulgas. Nesse sentido, o cachorro representava a própria adolescente e as pulgas, seus problemas. Como se livrar das pulgas sem sacrificar o cachorro foi o tema desse encontro. Uma das estratégias utilizadas foi recorrer a Rede de Apoio em que no caso de Júlia, era composta pela pesquisa e uma amiga e vizinha conhecida há algum tempo.

Por fim, conforme indica a literatura (Paschoal & Grandesso, 2016), pode-se dizer que nos casos trabalhados, o recurso de metáfora mostrou-se eficiente para construir uma conversa mais “leve” junto com os adolescentes. Ambos os adolescentes reconheceram que esse modo de conversar facilita narrativas difíceis de serem contadas. A ampliação dos significados

trazidos anteriormente por eles em suas conversações também ocorreu a partir do uso desse recurso.

### Considerações Finais

Este trabalho identificou como se dá a compreensão pelos adolescentes transgêneros sobre seu encaminhamento para o CREAS da Diversidade a partir das situações violadoras de direito vivenciadas por eles. Com esse intuito, realizou-se um estudo de casos coletivo, que acompanhou dois adolescentes durante seu processo de referenciamento no serviço.

A realização dos atendimentos psicossociais com os adolescentes contribuiu para entender os significados que os adolescentes atribuem às violações em diferentes fases do acompanhamento psicossocial. Os atendimentos psicossociais foram realizados individualmente ou com a presença da família (no caso de Júlia), sendo possível observar como a história transgeracional, em termos de crenças, culturas e valores influenciam os adolescentes em suas percepções sobre as violações e nas estratégias elaboradas frente a elas.

Como aspectos positivos para quem narrou sua história, consideraram-se: valorização individual de sua história, rememoração de fatos relevantes que contribuiu para o acesso ao sentido atribuído à sua história de vida e para a ampliação de significados das narrativas, dentre outros. Acredito que a partir das intervenções os adolescentes puderam questionar acontecimentos unitários e os discursos “de verdade” que generalizam suas narrativas, (White & Epston, 1993). Pode-se dizer, que a compreensão das histórias de vida contribuiu para a mudança terapêutica.

Conforme White e Epston (1993), a mudança terapêutica, envolve a desconstrução das narrativas dominantes que estereotipam as experiências em relatos que pouco se aplicam à realidade individual em narrativas mais ricas. Segundo essa visão, a partir de uma postura reflexiva sobre suas vidas, as pessoas podem se dar conta de que as narrações contadas não representam suficientemente a experiência vivida, podendo questionar outras opções de verdades que experimentam como definidoras de si e de suas relações (White & Epston, 1993).

Como aspectos limitadores do estudo, não foi trabalhada a perspectiva dos familiares acerca das violações de direito. Essa seria uma estratégia que permitiria construir uma compreensão mais rica e complexa acerca dos significados atribuídos pelos diferentes membros da família a essas experiências, bem como poderia contribuir para o desenvolvimento de estratégias que acolhessem os diferentes membros da família no CREAS da Diversidade.

A inclusão dos familiares para um próximo estudo pode colaborar, ainda, para ações mais efetivas com relação ao trabalho de prevenção de novas violações de direito. Nesse sentido, ressalta-se a importância não só dos adolescentes terem a compreensão de sua história de vida de modo mais amplo, mas também dos familiares, considerados pelas narrativas institucionais, como violadores de direito. Considero, nesse sentido, que a mesma abordagem narrativa pode ser eficaz para compreender como se dá a percepção dos familiares com relação a essas situações e seu encaminhamento.

Estudos futuros compreendendo a percepção da equipe que acompanha os casos de violação de direito também seriam interessantes. A forma como a equipe compreende as violações pode afetar como se dá a condução do acompanhamento psicossocial.

Com relação a minha implicação com a temática e a pesquisa, ao longo desse processo pude refletir e compreender melhor sobre meu lugar no mundo. O tema da adolescência não aparece na minha trajetória de vida por acaso. Desde a minha própria adolescência sentia falta de espaços de expressão sobre o que eu sentia, sendo comumente chamada de “aborrecente”. Essas questões, sem dúvida, na fase adulta, me levaram a me aproximar dos adolescentes, com objetivo de melhor ouvi-los e compreendê-los.

Confrontar-me com a vulnerabilidade e o sofrimento de cada acolhido e sua família levou-me a questionar sobre minhas próprias vulnerabilidades, provocando um mal-estar descrito por meio dos sentimentos de vergonha e culpa. A vergonha, conforme dito

anteriormente, apareceu nas ocasiões que o adolescente foi “abandonado” pelo serviço e sofreu transfobia institucional. A culpa surgiu-me como um sentimento de reparação das vivências violadoras sofridas e da dificuldade das Políticas Públicas em alcançar essa população.

Atuar juntamente com os adolescentes trouxe a ideia de agenciamento pessoal não só para os adolescentes, mas para mim enquanto pesquisadora de modo que se pode falar em uma pesquisa que também teve uma perspectiva política. Assim, pensar em pesquisa intervenção com abordagem da narrativa de vida é também pensar na implicação com a temática em termo de valores, crenças e atitudes e atuar politicamente na temática proposta.

Por fim, em meu entender, a maior colaboração do estudo foi para a ampliação das narrativas dos adolescentes, ou seja, de seu agenciamento pessoal e do reconhecimento da abordagem utilizada como sensível às demandas psicossociais da população em situação de vulnerabilidade social e econômica. Pode-se dizer que a intervenção realizada se mostrou efetiva como aporte interventivo e teórico para os adolescentes que participaram deste estudo.

### Referências Bibliográficas

- Acontece, ANTRA, & ABGLT (2023). *Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2022*. <https://11nq.com/dossie2022>
- Almeida, T. M. C., Penso, M. A. P., & Costa, L. F. (2009). Abuso sexual infantil masculino: o gênero configura o sofrimento e o destino? *Estilos da Clínica*, 14(26), 46-67. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642012005000007>
- Balzer, C., & Hutta, J. S. (2012). *Transrespect versus transphobia Worldwide: A comparatative Review of the Human-rights Situation of Gender-variant/trans People*. TGEU.
- Bontempo, J., & Mendes, J. A. A. (2020). Risco, proteção e empoderamento na adolescência transexual: Reflexões a partir de um estudo de caso. In A. O. Lima, T.A. Andrade & U. C. Cunha (Orgs.), *Juventudes: Pesquisas e campo de atuação* (pp. 37-52). Editora CRV.
- Brasil (1988). Senado Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008.
- Brasil (1990). Presidência da República. *Lei n. 8069 de 13 de jul. de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- Capra, F. (1996). *A teia da vida: Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. Cultrix.
- Carreiro, T. C. O. C. (1999). A doença como projeto: Uma contribuição à análise de formas de filiações e desfiliações sociais. In B. B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 87-95). Vozes.

- Carter, B., & McGoldrick, B. (2001). *As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar*. Artmed.
- Carvalho, J. C. B. de (2015). *Trajetórias Marcadas: Histórias de vida de adolescentes com vivência de acolhimento institucional*. [Tese de Doutorado, Universidade de Brasília].  
Repositório Institucional da UnB. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/19505>
- Coelho, J. S. (2018). *Violência, transexualidade e representações sociais na mídia* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)].  
Repositório Digital UFRGS. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/189118>
- Figueiredo, M. G. (2013). *Geração canguru ninho cheio: Filhos adultos morando na casa dos pais*. nVersos.
- Gaulejac, V. (2003). *As origens da vergonha*. Via Lettera.
- Grandesso, M. (2008). “Dizendo olá novamente”: A presença de Michael White entre nós terapeutas familiares. *Revista Brasileira de Terapia Familiar*, 1(1).
- Guimarães, F. L., & Costa, L. F. (2003). Clínica psicológica do adolescente: Do sistema à abordagem narrativista. *Paidéia*, 12(24), 163-174. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2002000300005>
- Guimarães, F. L., & Pessina, L. M. (2011). Quem, o quê, quando e como? Manejando o contexto terapêutico na prática sistêmica. In L. C. Osório, M. E. P. Valle & cols. (Orgs.), *Manual de terapia familiar* (v. 2, pp. 27-38). Artmed.
- Habigzang, L. F., Azevedo, G. A., Koller, S. H., & Machado, P. X. (2006). Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(3), 379-386. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722006000300006>

- Jesus, J. G. (2012). *Orientações sobre identidade de gênero: Conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião*. <https://acesse.dev/orientaidentidgenero>
- Ladvocat, C. (2011). Famílias com crianças e adolescentes em situação de risco. In L. C. Osório, M. E. P. Valle & cols. (Orgs.), *Manual de terapia familiar* (v. 2, pp. 39-50). Artmed.
- Lieblich, A., Tuval-Maschiach, R., & Zilber, T. (1998). A new model for classification of approaches to reading, analysis, and interpretation. In A. Lieblich, R. Tuval-Maschiach & T. Zilber, *Narrative research: Reading, analysis and interpretation* (pp. 1-20). Sage Publications.
- Lordello, S. R. (2015). Envolvendo o adolescente na discussão sobre drogas: Qual sua contribuição ao debate?. In M. F. Sudbrack, M. I. G. Conceição, I. M. Silva, & S. R. Lordello (Orgs.), *ABRAMD: Compartilhando saberes* (pp. 121-137). Technopolitik.
- Marcolino-Gali, J. F., & Musial, D. C. (2019). Vulnerabilidade e risco: Apontamentos teóricos e aplicabilidade na Política Nacional de Assistência Social. *O Social em Questão*, (44), 291-306.
- Marin, A. H., Martins, G. D. F., Freitas, A. P. C. O., Silva, I. M., Lopes, R. C. S., & Piccini, A. (2013). Transmissão intergeracional de práticas educativas parentais: Evidências empíricas. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 29(2), 123-132.  
<https://doi.org/10.1590/S0102-37722013000200001>
- McGoldrick, M., Gerson, R., & Petry, S. (2011). Genogramas: Mapeamento dos sistemas familiares. In M. McGoldrick, R. Gerson & S. Petry, *Genogramas: Avaliação e intervenção familiar* (pp. 21-36). Artmed.

- Micucci, J. A. (2009). *The adolescent in family therapy: Harnessing the power of relationships*. The Guilford Press.
- Minuchin, S., Lee, W.-Y., & Simon, G. M. (2011). *El arte de la terapia familiar*. Paidós.
- Murta, S. G., Santos, B. R. P., Martins, C. P. S., & Oliveira, B. (2013). Prevenção primária à violência no namoro: Uma revisão de literatura. *Contextos Clínicos*, 6(2), 117-131.
- Nichols, M. P., & Schwartz, R. C. (2007). Terapia familiar no século XXI. In M. A. V. Veronese (trad.), *Terapia familiar: Conceitos e métodos* (7ª ed., pp. 284-318). Artmed.
- Oliveira, J. F. Z. C., & Porto, T. C. (2016). A transfobia e a negação de direitos sociais: A luta de travestis e transexuais pelo acesso à educação [Trabalho completo publicado em anais]. Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião, São Leopoldo.
- Paschoal, V. N., & Grandesso, M. (2016). O uso de metáforas em terapia narrativa: Facilitando a construção de novos significados. *Revista Nova Perspectiva Sistêmica*, 23(48), 24-43.
- Passos, J. R., & Silva, I. M. (2017). Perspectivas de profissionais sobre acolhimento de crianças e adolescentes e reintegração familiar. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 26(59), 71-86.
- Payne, M. (2002). Una visión global de la terapia narrativa. In M. Payne, *Terapia narrativa: Una introducción para profesionales* (pp. 21-34). Paidós.
- Penso, M. A., Conceição, M. I. G. & Carreteiro, T. C. O. C. (2012). *Jovens pedem socorro: O adolescente que praticou ato infracional e o adolescente que cometeu ofensa sexual*. Editora Universo.
- PNAS (2004). Política Nacional de Assistência Social. Resolução nº 145, 15 de outubro de 2004.

- Ramos, R. (2001). *Narrativas contadas, narraciones vividas: Un enfoque sistémico de la terapia narrativa*. Paidós.
- Sartir, V. (1983). *Conjoint family therapy* (3rd ed.). Science and Behavior Books.
- Sanicola, L. (2008). *As dinâmicas de rede e o trabalho social*. Veras Editora.
- Stake, R. E. (2005). *Multiple case study analysis*. Guilford Publications.
- Theodoro, M. (2020). Mercado de trabalho e informalidade no Brasil pós-pandemia. In L. V. M. Guimarães, T. C. Carreiro, & J. R. Nasciutti (Orgs.), *Janelas da pandemia* (pp. 29-38). Editora Instituto DH.
- Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009). *Texto da Resolução n. 109 de 11 de novembro de 2009*. MDS. Brasil
- Tracz, S. M., & Gehart-Brooks, D. R. (1999). The lifeline: Using art to illustrate history. *Journal of Family Psychotherapy*, 10(3), 61-63.  
[https://doi.org/10.1300/J085v10n03\\_05](https://doi.org/10.1300/J085v10n03_05)
- UNIC Rio (2019, janeiro 29). *Especialista da ONU alerta para exclusão estrutural da população trans*. <https://unicrio.org.br/especialista-da-onu-alerta-para-exclusao-estrutural-da-populacao-trans/>
- Vasconcellos, M. J. E. (2009). Cibernética e terapia familiar: Relações que distinguimos hoje?. In L. C. Osório, M. E. P. Valle & cols. (Orgs.), *Manual de terapia familiar* (v. 1, pp. 150-163). Artmed.
- Vasconcellos, M. J. E. (2013). Pensando o pensamento sistémico como o novo paradigma da ciência: O cientista novo-paradigmático. In M. J. E. Vasconcellos, *Pensamento sistémico: Novo paradigma da ciência* (10a ed., pp. 147-184). Papirus.
- White, M., & Epston, D. (1993). *Medios narrativos para fines terapeuticos*. Paidós.
- White, M. (2007). *Maps of narrative practice*. W.W. Norton & Company

Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: Cultura e processos de subjetivação*. Appris.

## **Anexos**

### **Anexo A**

#### **Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE)**

Você está convidado(a) a participar do projeto de pesquisa O LUGAR DO ENCAMINHAMENTO NA HISTÓRIA DE VIDA DE ADOLESCENTES TRANSGÊNEROS: A PARTIR DA ABORDAGEM NARRATIVA DE MICHAEL WHITE, sob a responsabilidade da pesquisadora AMANDA CARVALHO VALADARES – vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília (UnB). O objetivo geral desta pesquisa é compreender os significados atribuídos pelos adolescentes “transgêneros” a partir de seu encaminhamento para o serviço público denominado como Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS da Diversidade. Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação, arquivos em áudio ou vídeo, bem como filmagens, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa em arquivo digital, com acesso restrito por senha, por prazo mínimo de cinco anos. O acesso às informações será realizado por meio de entrevistas, genograma, linha da vida. É para esta etapa que você está sendo convidado(a) a participar. Ao longo de sua participação, os temas abordados podem ser mobilizadores gerando algum desconforto ou riscos emocionais e psicológicos. Assim, caso estes riscos ou desconfortos sejam observados ou relatados, será oferecido suporte emocional gratuito. Espera-se como benefícios desta pesquisa: o conhecimento de outras Redes de Proteção de Direitos por você e seu (s) responsável (eis) e o encaminhamento para elas, caso considere necessário. A maior tomada de consciência sobre fatos rememorados do passado, bem como a ampliação do significado atribuído a eles são outros benefícios advindos da narrativa de vida. Ressalta-se que compreender a percepção que você apresenta a partir do encaminhamento para o CREAS da Diversidade colaborará para melhor estruturação do serviço e sua articulação com a Rede de Garantias. Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Quando necessário, haverá ressarcimento para suas despesas e de seu acompanhante, tais como transporte e alimentação, anterior à participação na pesquisa. Você é livre para recusar-se a

participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará qualquer prejuízo ou perda de benefícios. No caso de interrupção do estudo, você receberá a assistência que for adequada, de forma gratuita, pelo tempo que for necessário. Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, pode me contatar por meio do telefone (61) 99148 5675 em horário comercial ou [acarvalhoaladares@gmail.com](mailto:acarvalhoaladares@gmail.com). A pesquisadora garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de encontro presencial ou teleatendimento. Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TALE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: [cep\\_chs@unb.br](mailto:cep_chs@unb.br) ou pelo telefone: (61) 3107 1592. Caso concorde em participar, assine abaixo. Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com você.

---

Assinatura do (a) participante

---

Assinatura do (a) pesquisador (a)

Brasília, 03 de novembro de 2022.

## **Anexo B**

### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

O seu(sua) filho(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa: O LUGAR DO ENCAMINHAMENTO NA HISTÓRIA DE VIDA DE ADOLESCENTES TRANSGÊNEROS: A PARTIR DA PERSPECTIVA NARRATIVA DE MICHAEL WHITE, sob a responsabilidade da pesquisadora AMANDA CARVALHO VALADARES – vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília (UnB). O objetivo geral desta pesquisa é: compreender os significados atribuídos pelos adolescentes transgêneros ao seu encaminhamento para o CREAS da Diversidade o que colaborará para melhor estruturação do serviço no que se refere ao acolhimento e acompanhamento familiar. O(A) Sr(a). tem de plena liberdade de recusar a participação do seu(sua) filho(a) ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma para o acompanhamento que ele(a) recebe neste CREAS da Diversidade. Caso aceite participar, a participação do seu(sua) filho(a) consiste em entrevista, elaboração de genograma, linha da vida e acesso ao prontuário e outros, se for o caso – Res.466/12-CNS, IV.3.a. Vocês receberão todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu(s) nome(s) e de seu filho não serão divulgados, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-los. Os dados provenientes da participação de seu(sua) filho(a) na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação, arquivos em áudio ou vídeo, bem como filmagens, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa em arquivo digital, com acesso restrito por senha, por prazo mínimo de cinco anos. A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas e genograma e linha da vida. É para esta etapa que seu(sua) filho(a) está sendo convidado(a) a participar. Ao longo de sua participação, os temas abordados podem ser mobilizadores gerando algum desconforto ou riscos emocionais e psicológicos. Assim, caso estes riscos ou desconfortos sejam observados pelo pesquisador ou relatados pelo adolescente e/ou responsável, será oferecido suporte emocional gratuito por meio de encaminhamento para atendimento individualizado. No caso de identificação de situação de risco à integridade do seu filho, o CREAS da Diversidade será informado. Espera-se como benefícios desta pesquisa: o conhecimento de outras Redes de Proteção de Direitos por parte dos participantes e encaminhamento para elas, caso considerem necessário. A maior tomada de consciência sobre

fatos rememorados do passado, bem como a ampliação do significado atribuído aos fatos também são outros benefícios advindos da narrativa de vida. Ressalta-se que compreender a percepção que os adolescentes apresentam a partir do encaminhamento para o CREAS da Diversidade colaborará para melhor estruturação do serviço, sua articulação com a Rede de Garantias. A participação de seu(sua) filho(a) é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Haverá compensação material, exclusivamente para despesas de transporte e alimentação do participante e seu (s) acompanhante (s), quando necessário, anterior à participação deste na pesquisa. No caso de interrupção do estudo, o participante receberá a assistência que for adequada, de forma gratuita, pelo tempo que for necessário. Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, pode me contatar por meio do telefone (61) 99148 5675 em horário comercial ou acarvalhoaladares@gmail.com. A pesquisadora garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de encontro presencial ou teleatendimento. Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep\_chs@unb.br ou pelo telefone: (61) 3107 1592. Caso concorde com a participação de seu (sua) filho(a), assine abaixo. Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com você.

#### CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Declaro que concordo que meu(minha) filho(a) \_\_\_\_\_

(nome completo do menor de 18 anos) participe desta pesquisa.

\_\_\_\_(Local) , \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Assinatura do Responsável Legal

\_\_\_\_\_

Assinatura do (a) participante

\_\_\_\_\_

Assinatura do (a) pesquisador (a)

Brasília, 03 de novembro de 2022.

## Anexo C

INSTITUTO DE CIÊNCIAS  
HUMANAS E SOCIAIS DA  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -  
UNB



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O lugar do encaminhamento na história de vida de adolescentes transgêneros

**Pesquisador:** AMANDA CARVALHO VALADARES

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 59631822.8.0000.5540

**Instituição Proponente:** Instituto de Psicologia - UNB

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.698.181

#### Apresentação do Projeto:

Introdução: “Apesar do marco legal de retirada dos transtornos de identidade de gênero do capítulo de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, em junho de 2018, pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e dos avanços legais na política brasileira no que se refere ao reconhecimento de direitos pessoas trans observam-se ainda situações de grave violação de direito direcionadas a esse segmento populacional por todo país. [...] observa-se o ingresso de adolescente transgêneros no CREAS da Diversidade [unidade que compõe a rede do Sistema Único de Assistência (SUAS) do Distrito Federal e que tem por objetivo atender famílias e indivíduos que apresentam seus direitos violados em decorrência da diversidade sexual, étnica, racial e/ou religiosa] com fragilidades em seus vínculos familiares e com diversos sintomas de agravamento de saúde mental, tais como: escarificações, depressão, obesidade, histórico de tentativa de suicídio entre outros que chamam atenção da equipe do serviço do ponto de vista de intervenções psicossociais transversais aos agravamentos apresentados. [...] Ressalta-se que apesar da maior parte das violações dirigidas aos adolescentes ‘trans’ serem de ordem multifatorial, a questão intrafamiliar é frequente e traz impactos diretos no modo de organização e vinculação familiar, como por exemplo: fragilidade nos vínculos familiares, expulsão de casa, dentre outros. Apesar das múltiplas violações de direito sofridas por este público, observou-se ausência de busca ativa a este serviço, no ano de 2020, por famílias compostas por adolescentes vítimas de violação. [...] A partir do apresentado, faz-se relevante, compreender os significados atribuídos pelos

**Endereço:** CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de  
**Bairro:** ASA NORTE **CEP:** 70.910-900  
**UF:** DF **Município:** BRASÍLIA  
**Telefone:** (61)3107-1592 **E-mail:** cep\_chs@unb.br

INSTITUTO DE CIÊNCIAS  
HUMANAS E SOCIAIS DA  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -  
UNB



Continuação do Parecer: 5.698.181

adolescentes a partir do encaminhamento realizado pela Rede de Garantia bem como acessar sua compreensão sobre violação de direitos a partir de um contexto mais amplo, ou seja, que envolvam as dimensões familiares e contextos sócio-históricocultural pelos quais a família se encontra implicada. [...] Informa-se, ainda, que o protagonismo dos membros familiares apresenta centralidade nas orientações de trabalho dos CREAS, apresentando também papel fundamental para elaboração do Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar (PAIF)".

**Metodologia.** "Participarão da pesquisa três adolescentes que atenderem aos critérios pré-estabelecidos: ingresso no serviço por meio de encaminhamento da Rede de Garantia de Direito em virtude de violação por identidade transgênero, acompanhamento no serviço há mais de 01 mês e disponibilidade de narrar trechos de sua vida na modalidade presencial. [...] Serão utilizados nomes fictícios para se referir aos adolescentes e seus familiares com vistas a não identificação. Serão utilizados, também, dados dos prontuários das famílias participantes da pesquisa a partir de seu consentimento para participação com vistas a identificação de detalhes específicos e que colaborem com outras fontes de informação". Como instrumentos de pesquisa, serão utilizados a entrevista semiestruturada com os adolescentes e seus familiares, o genograma, que "consiste em uma expressão gráfica sobre a estrutura familiar e suas relações", a Linha de Vida Familiar e a história de vida ou narrativa. "A escuta da história de vida dos adolescentes "trans", bem como o acesso a outras informações que fazem parte dos objetivos desta pesquisa, acontecerão no CREAS da Diversidade [...] Os encontros com os adolescentes serão individuais, em sala privada, com abordagem humanizada e escuta atenta que prime pelo acolhimento do(s) participante(s). Os encontros serão gravados em áudio e agendados conforme disponibilidade dos participantes [...] Diante do contexto apresentado e considerando-se que as famílias dos adolescentes em acompanhamento não apresentam espaço físico adequado para a garantia do atendimento remoto individualizado com privacidade e sigilo, todas as etapas da pesquisa, exceto a análise de prontuário, se darão por meio dos atendimentos presenciais e individuais ou familiares (respeitando-se o mesmo núcleo familiar, quando for o caso) e no CREAS da Diversidade".

**Cronograma.** O início da coleta de dados está previsto para após a aprovação pelo Comitê de Ética.

**Objetivo da Pesquisa:**

De acordo com o projeto apresentado, o objetivo primário que se tem com a pesquisa é "acessar o significado que os adolescentes 'trans' atribuem ao encaminhamento familiar para o serviço da

**Endereço:** CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de  
**Bairro:** ASA NORTE **CEP:** 70.910-900  
**UF:** DF **Município:** BRASÍLIA  
**Telefone:** (61)3107-1592 **E-mail:** cep\_chs@unb.br

INSTITUTO DE CIÊNCIAS  
HUMANAS E SOCIAIS DA  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -  
UNB



Continuação do Parecer: 5.698.181

Assistência Social denominado de CREAS da Diversidade”.

Ainda de acordo com o projeto, os objetivos secundários são “a) Acessar as histórias de vida dos adolescentes participantes da pesquisa no que se refere ao processo de identificação enquanto público da diversidade sexual; b) Identificar elementos transgeracionais, segundo a perspectiva do adolescente, que colaboraram para a vivências de proteção e de risco em sua família a partir da identificação com identidade ‘trans’. c) Acessar perspectivas futuras dos adolescentes ‘trans’ a partir da narrativa de história de vida”.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

“A pesquisa somente terá início após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília [...] Após aprovação por esse Comitê, os adolescentes que atenderem aos critérios de inclusão, para esta pesquisa, serão convidados a participar. Ressalta-se que a negativa diante da participação na pesquisa do adolescente ou de seu responsável não implicará em desligamento do acompanhamento sistemático pelo CREAS da Diversidade. O participante e/ou seu responsável poderá a qualquer momento da pesquisa indicar a desistência independente do motivo. A participação na pesquisa deve ser voluntária por parte dos adolescentes e responsáveis devendo o adolescente a assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – TALE e seu responsável a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. O Adolescente e seu responsável, deverão também assinar o Termo de Autorização para Utilização de Imagem e Som e Voz para fins de pesquisa, caso apresentem consentimento. O pesquisador informará aos adolescentes e seus responsáveis sobre a temática de pesquisa, seus objetivos e instrumentos a serem utilizados, além de se colocar à disposição para outras explicações necessárias. Na ocasião, o pesquisador informará sobre os possíveis danos e benefícios relacionados à participação do adolescente, colocando-se à disposição para atendimento(s) individualizado(s) e/ou familiar(es) a partir da solicitação do adolescente ou de sua família. Os atendimentos individualizados e/ou familiares também ocorrerão mediante a minimização de situações percebidas pela pesquisadora como desconfortáveis e geradoras de risco. Caso haja necessidade, assegura-se ao(s) participante(s) e seu(s) responsável(eis), o encaminhamento à assistência de outros profissionais e de outras Redes de Garantia de Proteção, como, por exemplo, outros Centros Especializados em Assistência Social (CREAS), Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil (Capsi), Adolescentro, dentre outros. Esses encaminhamentos se darão de acordo com os procedimentos já adotados pelo CREAS da Diversidade, onde os

**Endereço:** CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de  
**Bairro:** ASA NORTE **CEP:** 70.910-900  
**UF:** DF **Município:** BRASÍLIA  
**Telefone:** (61)3107-1592 **E-mail:** cep\_chs@unb.br

INSTITUTO DE CIÊNCIAS  
HUMANAS E SOCIAIS DA  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -  
UNB



Continuação do Parecer: 5.698.181

adolescentes já são atendidos. O acesso aos dados ocorrerá em um ambiente que proporcione privacidade durante a coleta de dados, uma abordagem humanizada, optando-se pela escuta atenta e pelo acolhimento do participante em seus valores, cultura e crenças. Ressalta-se ainda que será feita a obtenção de informações apenas no que diz respeito àquelas necessárias para a pesquisa e o que o participante se sinta à vontade para narrar. Não haverá identificação nominal no formulário nem no banco de dados, a fim de garantir o anonimato. Todos os documentos decorrentes da pesquisa serão guardados de modo adequado no computador da pesquisadora e de sua orientadora, estando protegidos por senha. Materiais como o genograma e a linha da vida serão guardados em armário chaveado localizado na sala da orientadora da pesquisadora, no ICC Sul, visando à garantia do sigilo. Ao final da coleta de dados, o pesquisador realizará uma sessão em que será discutida com o participante a análise das informações obtidas. Esse procedimento contribui para a qualidade e o rigor de pesquisas qualitativas, além de permitir que o participante assuma uma posição mais ativa, em que têm controle sobre sua própria história e o uso que é feito dela. A pesquisadora disponibilizará seu contato telefônico para os adolescentes participantes da pesquisa e equipe do CREAS da Diversidade. Dessa forma, será possível o ajuste de agenda junto com os participantes, o atendimento a demandas provenientes do adolescente e/ou familiares, dentre outras questões consideradas emergenciais. Considera-se a possibilidade de riscos mínimos nesta pesquisa, podendo haver riscos em razão de os temas abordados mobilizarem algum desconforto aos participantes. Caso isso seja observado pela pesquisadora ou relatado pelos participantes, a pesquisadora oferecerá suporte gratuito por meio de atendimentos individualizados e/ou familiares, além de disponibilização de seu contato telefônico pessoal. Os contatos e ou mensagens via whatsapp serão retornadas a partir da disponibilidade da pesquisadora, exceto no caso de ciência da pesquisadora de situação de agravamento com relação ao público da pesquisa. Nesse caso, os adolescentes e/ou responsáveis terão atendimentos imediatos ou de forma breve, seja por meio do contato da própria pesquisadora com adolescente e/ou núcleo familiar e/ou por meio de encaminhamento para equipe do próprio serviço, CREAS da Diversidade, e/ou outros parceiros da Rede de Garantia de Direitos, já comumente acessado pelo CREAS nessas situações. Citam-se como parceiros da Rede de Proteção de Garantia de Direitos políticas públicas diversas e outros equipamentos da própria Assistência Social. Dentre eles, os centros de fortalecimento de vínculo familiar e comunitário, outros CREAS, Unidades de Acolhimento Institucional, Serviço de Abordagem de Pessoas em Situação de Rua, Conselho Tutelar e Adolescente. Diante de questões que representem risco para integridade do adolescente, a equipe do CREAS da Diversidade e da Rede de Garantia de Direitos serão informadas sobre a

**Endereço:** CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de  
**Bairro:** ASA NORTE **CEP:** 70.910-900  
**UF:** DF **Município:** BRASÍLIA  
**Telefone:** (61)3107-1592 **E-mail:** cep\_chs@unb.br

INSTITUTO DE CIÊNCIAS  
HUMANAS E SOCIAIS DA  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -  
UNB



Continuação do Parecer: 5.698.181

necessidade de inserção e/ou maior acompanhamento do adolescente e/ou familiar. Ressalta-se aqui que o conhecimento de outras Redes de Proteção de Direitos e encaminhamento para elas por parte dos participantes, é visto também, como um dos benefícios da pesquisa, cabendo aos adolescentes e seus responsáveis a avaliação sobre os serviços a serem acessados. Outros benefícios advindos da narrativa de vida, refere-se a maior tomada de consciência sobre fatos rememorados do passado, bem como a ampliação do significado atribuído aos fatos. Por fim, diante do apresentado, existe a possibilidade para maior elaboração e/ou ressignificação de fatores violadores de direito assim como maior capacidade de elaboração de novas estratégias preventivas de violação. O fortalecimento de vínculos familiares e comunitários também se apresenta como benefício aos participantes da pesquisa em virtude dos fatores expostos. Para o Serviço Público, tem-se como benefício, maior conhecimento sobre história de vida de adolescentes trans e de seus familiares com vistas a elaboração de estratégias de atendimento mais efetivas a partir das demandas observadas. Ressalta-se aqui, a importância das Políticas Públicas enquanto favorecedoras do protagonismo social na interlocução de suas ações. [...] Os adolescentes participantes da pesquisa também terão acesso aos resultados encontrados por meio de encontro presencial previsto para essa finalidade. Os encontros serão agendados conforme a disponibilidade de cada participante e ocorrerá de modo individualizado. O resultado encontrado a partir da pesquisa proposta será transformado em artigos científicos e serão submetidos para periódicos que apresentem interesse na temática abordada. Desse modo, garante-se retorno para comunidade científica bem como a disseminação do conhecimento para outras pessoas que apresentem afinidade com o tema proposto”.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Vide campo “Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações”.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Vide campo “Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações”.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Trata-se de uma resposta ao parecer consubstanciado CEP n.º 5.549.354 datado em 28 de julho de 2022.

1. Documento: Aceite Institucional

Pendência: O termo de Aceite Institucional não havia sido apresentado corretamente;

RESPOSTA: A pesquisadora enviou o termo de Aceite Institucional, assinado pela responsável;

ANÁLISE: Pendência atendida.

**Endereço:** CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de  
**Bairro:** ASA NORTE **CEP:** 70.910-900  
**UF:** DF **Município:** BRASÍLIA  
**Telefone:** (61)3107-1592 **E-mail:** cep\_chs@unb.br

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS  
HUMANAS E SOCIAIS DA  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -  
UNB**



Continuação do Parecer: 5.698.181

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS n.º 510, de 2016, na Resolução CNS n.º 466, de 2012, e na Norma Operacional n.º 001, de 2013, do CNS, manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto. Sugere-se, durante e após a realização da pesquisa, o envio dos respectivos Relatórios Parcial e Final.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1918978.pdf	29/09/2022 17:03:40		Aceito
Outros	posparecer.pdf	29/09/2022 17:01:38	AMANDA CARVALHO VALADARES	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	03/06/2022 19:42:54	AMANDA CARVALHO VALADARES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_mestrado_vfinal.pdf	04/04/2022 21:45:42	AMANDA CARVALHO VALADARES	Aceito
Outros	Instrumentos.pdf	04/04/2022 21:44:53	AMANDA CARVALHO VALADARES	Aceito
Outros	carta_revisao_etica_vfinal.pdf	04/04/2022 21:44:27	AMANDA CARVALHO VALADARES	Aceito
Outros	carta_ao_comite_vfinal.pdf	04/04/2022 21:35:11	AMANDA CARVALHO VALADARES	Aceito
Outros	curriculo_lattes.pdf	04/04/2022 21:34:31	AMANDA CARVALHO VALADARES	Aceito
Outros	termo_autorizacao_som_voz_vfinal.pdf	04/04/2022 21:33:47	AMANDA CARVALHO VALADARES	Aceito
Outros	TERMO_DE_USO_DE_BANCO_dados.pdf	04/04/2022 21:33:11	AMANDA CARVALHO VALADARES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	TALE_final.pdf	04/04/2022 21:30:26	AMANDA CARVALHO VALADARES	Aceito

**Endereço:** CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de  
**Bairro:** ASA NORTE **CEP:** 70.910-900  
**UF:** DF **Município:** BRASÍLIA  
**Telefone:** (61)3107-1592 **E-mail:** cep\_chs@unb.br

INSTITUTO DE CIÊNCIAS  
HUMANAS E SOCIAIS DA  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -  
UNB



Continuação do Parecer: 5.698.181

Ausência	TALE_final.pdf	04/04/2022 21:30:26	AMANDA CARVALHO VALADARES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_final.pdf	04/04/2022 21:30:08	AMANDA CARVALHO VALADARES	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_assinada_vfinal.pdf	04/04/2022 21:27:28	AMANDA CARVALHO VALADARES	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

BRASILIA, 12 de Outubro de 2022

---

**Assinado por:**  
**MARCIO CAMARGO CUNHA FILHO**  
(Coordenador(a))

**Endereço:** CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT-01/2 - Horário de  
**Bairro:** ASA NORTE **CEP:** 70.910-900  
**UF:** DF **Município:** BRASILIA  
**Telefone:** (61)3107-1592 **E-mail:** cep\_chs@unb.br

## **Anexo D**

### **Entrevista Semi-Estruturada Sobre a Identidade de Gênero**

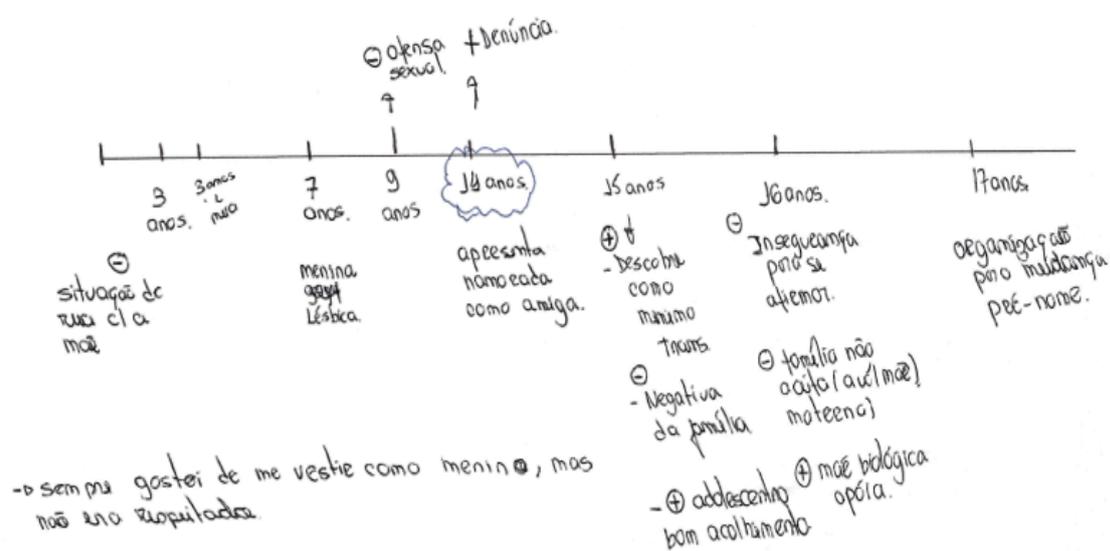
- Quando você percebeu ser público da diversidade sexual?
- Quando você percebeu ser da identidade de gênero trans?
- Com quais pessoas você conversou primeiro sobre sua identidade de gênero?
- Quais pessoas te apoiaram na identificação da diversidade sexual?
- Você percebeu alguma mudança em seu sistema familiar após identificação enquanto público da diversidade sexual? Quais mudanças?
- Você percebeu alguma mudança em seus atendimentos nas políticas públicas diversas após identificação enquanto público da diversidade sexual? Quais mudanças?

## Anexo E

## Linha da Vida João

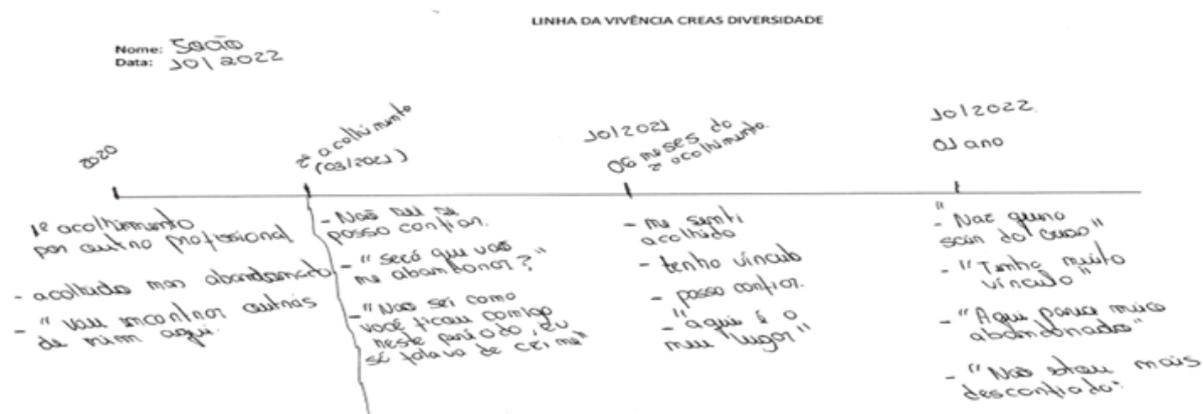
## LINHA DA VIDA

Nome: João  
Data: 30/1/2022.



## Anexo F

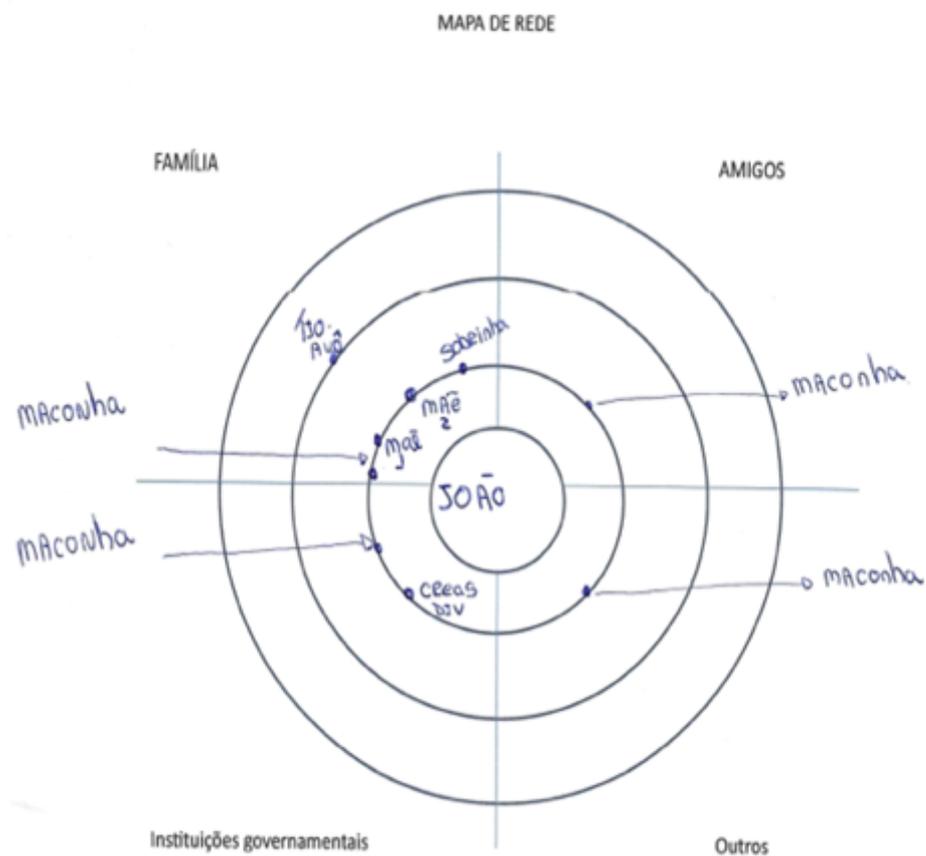
## Linha da Vida no CREAS João



## Anexo G

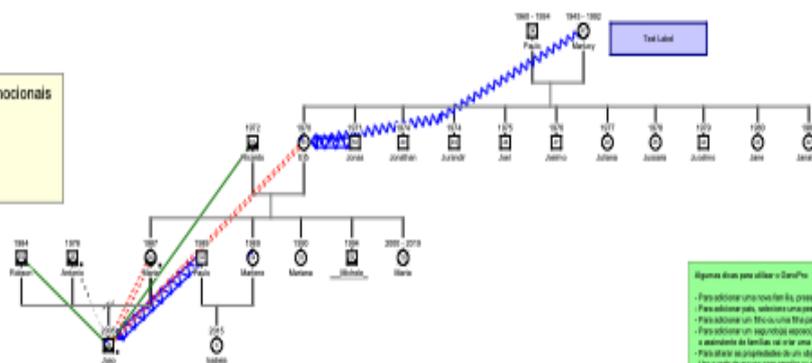
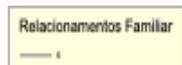
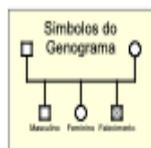
## Mapa de Rede João

DATA: 13/10/2022



## Anexo H

### Genograma João



**Algumas dicas para utilizar o GenPro**

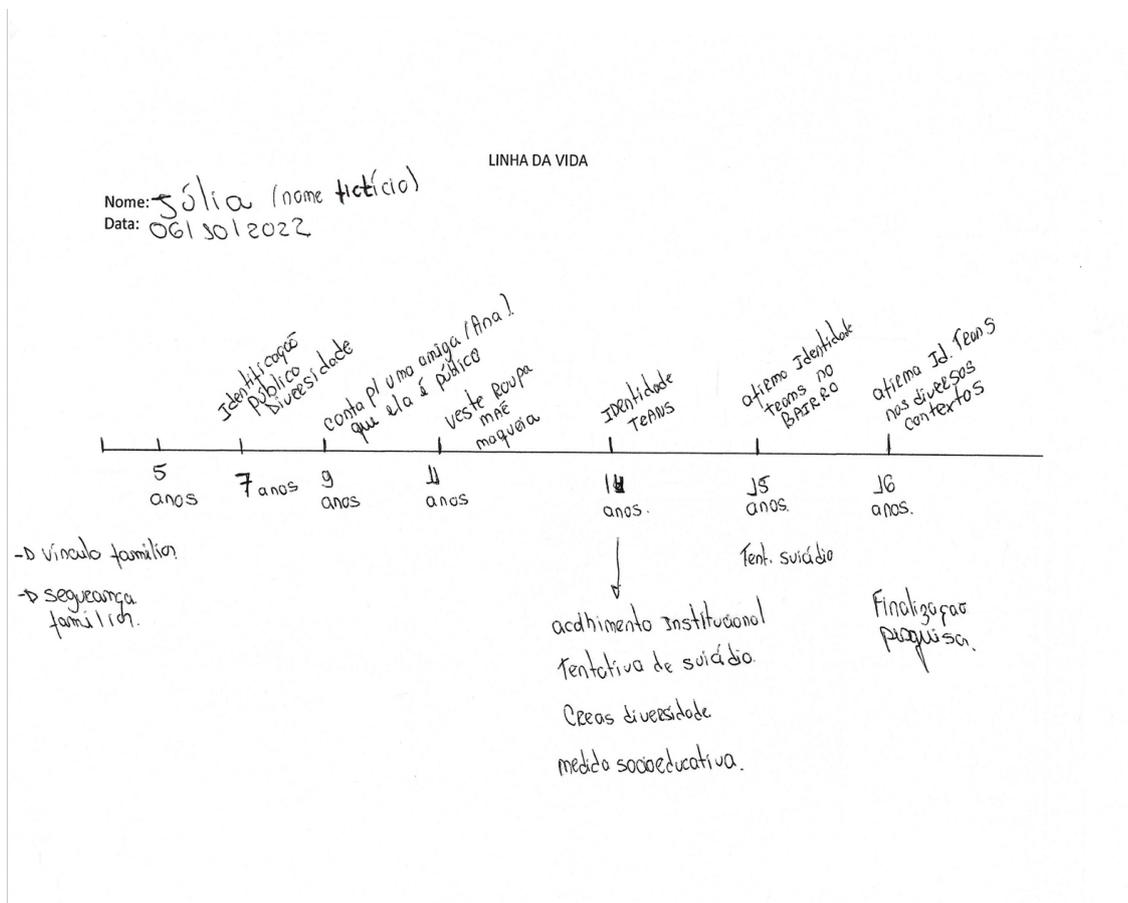
- Para adicionar uma nova família, pressione a letra F para criar o sistema de Família.
- Para adicionar pais, selecione uma pessoa e pressione a letra P.
- Para adicionar um filho ou uma filha para uma família existente, pressione a letra B ou C respectivamente.
- Para adicionar um relacionamento emocional, selecione um dos pais e pressione a letra E para entrar o sistema de família, e selecione de família, pai ou mãe uma nova família com um pai existente ou um novo pai.
- Para alterar as propriedades de um objeto, clique sobre o ícone, pressione duas vezes sobre ele.
- Use o modo de mouse para ampliar ou reduzir, mantenha pressionado o ícone do mouse para modificar a seleção.

Todos os dados do sistema serão salvos automaticamente quando o sistema for fechado.

Todos os dados do banco de informações e base de dados têm uma descrição no banco de dados.

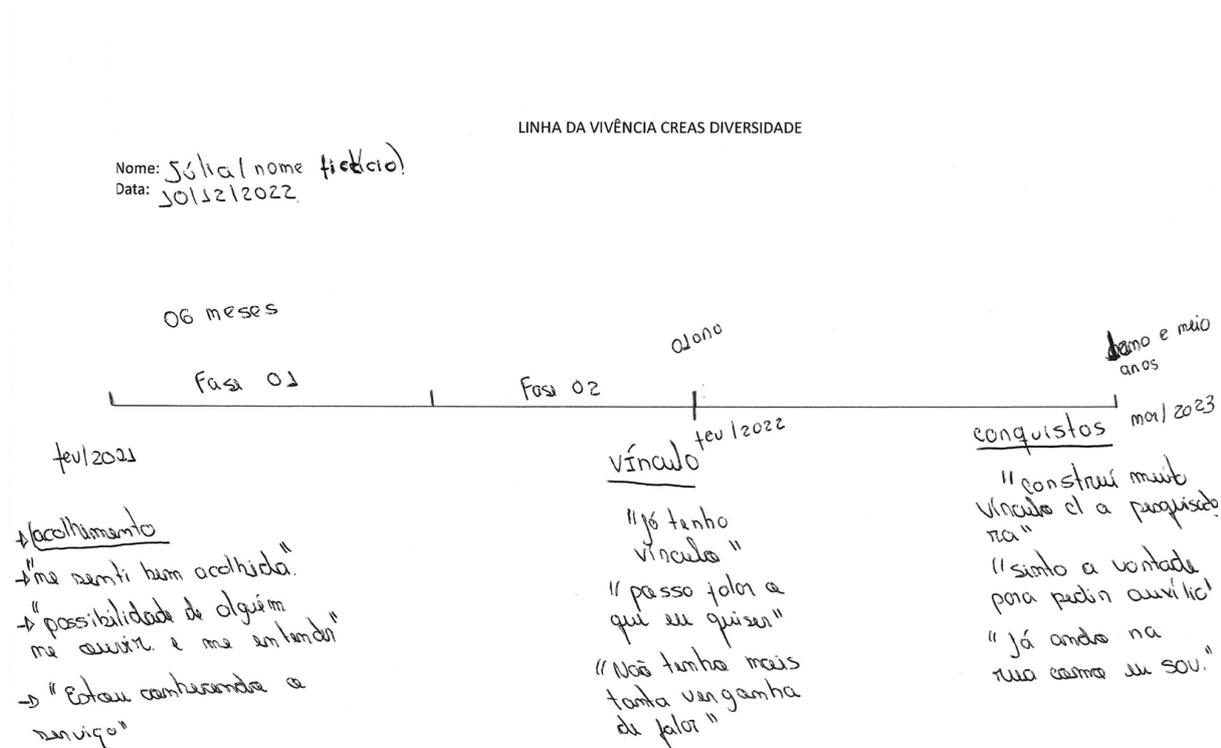
## Anexo I

### Linha da vida Júlia



## Anexo J

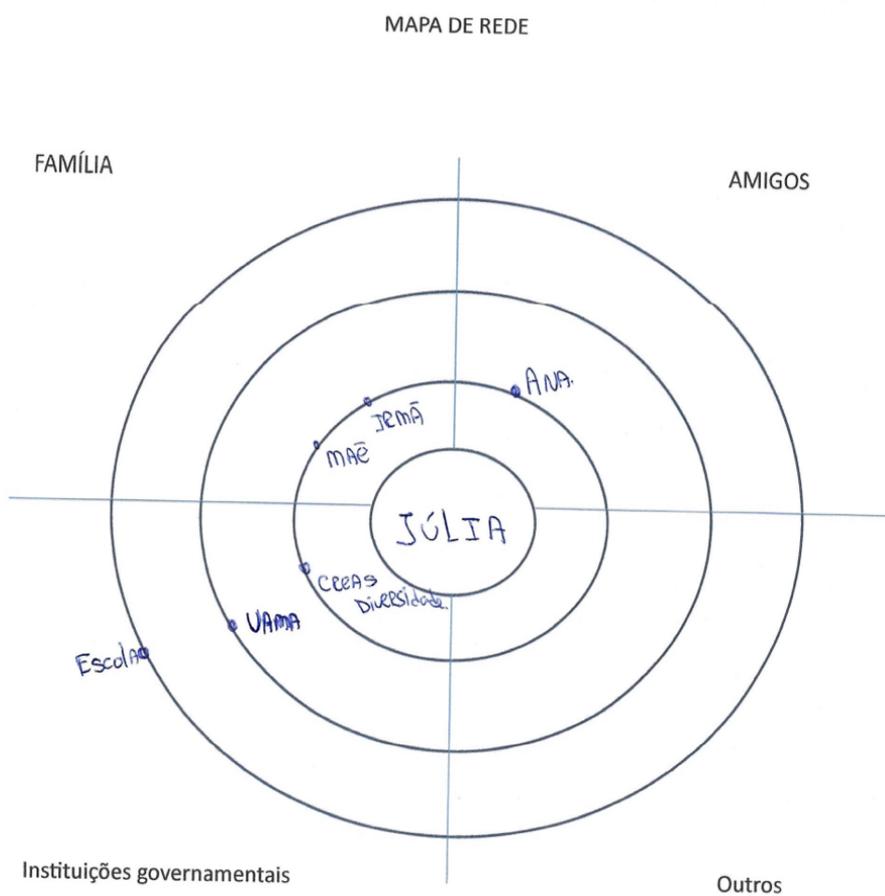
## Linha da Vida no CREAS Júlia



## Anexo K

## Mapa de Rede Júlia

DATA: 13/10/2022



## Anexo L

### Genograma Júlia

